



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Pilar Cordeiro Guimarães Paschoal

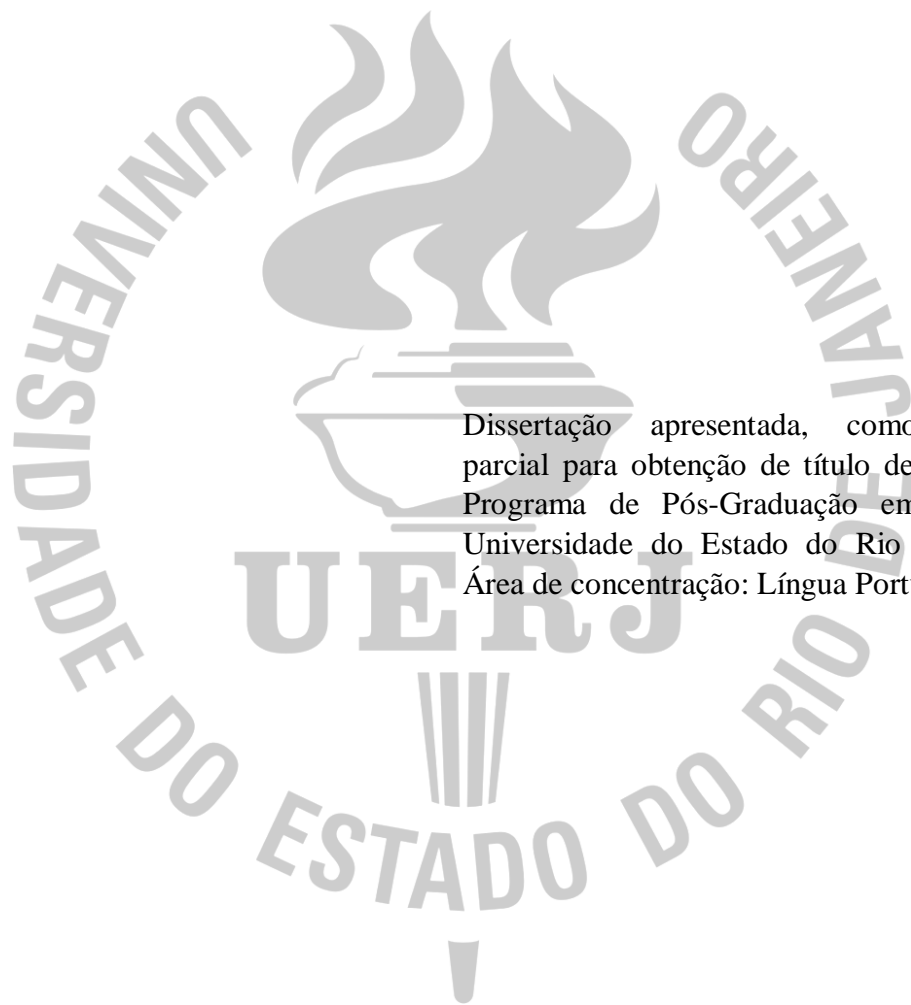
**As mil faces de Ancelmo Gois: a construção do *ethos* em discurso de
informação**

Rio de Janeiro

2017

Pilar Cordeiro Guimarães Paschoal

As mil faces de Ancelmo Gois: a construção do *ethos* em discurso de informação



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. André Crim Valente

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

P279 Paschoal, Pilar Cordeiro Guimarães.
As mil faces de Ancelmo Gois : a construção do ethos em discurso de
informação / Pilar Cordeiro Guimarães Paschoal. - 2017.
178 f. : il.

Orientador: André Crim Valente.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Letras.

1. Jornalismo - Linguagem – Teses. 2. Ética do discurso – Teses. 3.
Linguística. 4. Modalidade (Linguística) – Teses. 5. Ironia – Teses. 6. Gois,
Ancelmo – Crítica e interpretação – Teses. I. Valente, André Crim. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 070.41:17

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pilar Cordeiro Guimarães Paschoal

As mil faces de Ancelmo Gois: a construção do *ethos* em discurso de informação

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em 28 de março de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dr. André Crim Valente (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a Dra. Michelle G. Alonso Dominguez
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Maria Aparecida Lino Pauliukonis
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Ao meu amado Ari, apenas por ser quem é.
Aos meus filhos queridos, que mesmo sem entender a importância deste trabalho,
foram fiéis companheiros em todos os instantes sem cessar.

AGRADECIMENTOS

A chegada até este momento não foi tarefa fácil, pois o caminho que percorri foi longo como o de muitos que se propuseram a se lançar na estrada acadêmica. O percurso, no entanto, foi suavizado porque tive em quem me apoiar para não desistir e jamais fraquejar. Foi com o auxílio dessas pessoas que cheguei tão longe, onde jamais imaginei que chegaria. A todos que subscrevo, deixo meus sinceros agradecimentos e meu afeto incondicional.

A meu querido Aristides, meu companheiro de vida e de luta, que soube ser essencial em: ausência quando necessária; silêncio quando oportuno e presença para que pensamentos se materializassem em sonhos.

À minha família, por suportar minha ausência em muitos momentos nos quais desejavam o avesso, mas compreenderam o tamanho do caminho e o amor por este trabalho.

Aos meus amigos mais que queridos, incansáveis em apoio, diálogos, debates teóricos, mas, principalmente, pela alegria que trouxeram a esses dois anos de estudo. À Ane Caroline dos Santos, Érica Portas, Felipe Andrade, Isabela Souza, Juliana Campos e Viviane Mara Vieira Cardoso, meu eterno agradecimento e toda a minha afeição.

Aos professores da Pós-Graduação que, mesmo em face das tribulações ocorridas durante os dois anos de mestrado, foram dedicados, atenciosos e dispuseram valioso tempo a nosso favor sempre que precisamos.

À querida Magda Bahia Schlee, professora do programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa por seu carinho de sempre, mas, sobretudo, por seus direcionamentos durante seu curso que me permitiram consolidar parte deste trabalho.

Ao querido professor André Crim Valente, por sua disponibilidade, compreensão, paciência e dedicação a este trabalho, pois sem sua presença não teria se realizado.

A todos vocês, minha reverência!

Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto
É que Narciso acha feio o que não é espelho
E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho
Nada do que não era antes quando não somos Mutantes

Caetano Veloso

RESUMO

PASCHOAL, Pilar Cordeiro Guimarães. *As mil faces de Ancelmo Gois: a construção do ethos em discurso de informação*. 2017.178 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho tem por objetivo a construção de imagens do enunciador presentes na coluna de Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*, privilegiando as constituições linguísticas que visam à modalização autonímica. Dessa maneira, buscamos comprovar a relação existente entre os elementos linguísticos selecionados na coluna e o efeito por eles produzido. Para tanto, analisaremos de modo qualitativo os constituintes de um ano de colunas produzidas no período de junho de 2015 a junho de 2016. Além disso, como fundamentação teórica, os apontamentos Maingueneau, Amossy e Authier-Revuz foram alicerces para este trabalho. A partir dessa análise, pretendemos identificar o *ethos* presente em cada informe contemplado. Nosso intuito, portanto, tem o propósito de discutir a construção do *ethos* discursivo no texto jornalístico, mais precisamente em coluna de opinião. Para isso, abordaremos, as ocorrências de marcas linguístico-discursivas que evidenciam a subjetividade e revelam sua intencionalidade, como também, auxiliam na construção do *ethos* na cena enunciativa.

Palavras-chave: Discurso. Ethos. Coluna de Opinião. Modalização. Ironia.

ABSTRACT

PASCHOAL, Pilar Cordeiro Guimarães. *The thousand faces of Ancelmo Ganta: the construction of ethos in discourse of information*. 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This research aims to construct subjective images of the enunciator present in the column of Ancelmo Gois, of the newspaper O Globo, privileging the linguistic constitutions that aim at the autonomic modalization. In this way, we try to prove the relation between the linguistic elements selected in the column and the effect produced by them. To do so, we will qualitatively analyze the constituents of a year of columns produced in the period from June 2015 to June 2016. Moreover, as a theoretical basis, the Maingueneau, Amossy and Authier-Revuz notes were foundations for this work. From this analysis, we intend to identify the *ethos* present in each report contemplated. Our intention, therefore, is to discuss the construction of the discursive ethos in the journalistic text, more precisely in column of opinion. For this, we will approach the occurrences of linguistic-discursive marks that evidence the subjectivity and reveal its intentionality, as well as, help in the construction of the ethos in the enunciative scene.

Keywords: Speech. Ethos. Opinion Column. Modalization. Irony.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1-	Quadro ato de linguagem	21
Imagem 2-	Gois de papel	54
Imagem 3-	Pirâmide da argumentação	76
Imagem 4-	Quadro lógico.....	94
Imagem 5-	Reta dos opostos.....	96
Imagem 6-	Desafio do Caldeirão do Huck	110
Imagem 7-	Informe 1.....	126
Imagem 8-	Informe 2.....	127
Imagem 9-	Informe 3.....	128
Imagem 10-	Dom Eurico.....	134
Imagem 11-	Informe 4.....	136
Imagem 12-	Informe 5.....	137
Imagem 13 -	Informe 6.....	139
Imagem 14 -	Informe 7.....	146
Imagem 15 -	Informe 8.....	149
Imagem 16-	Informe 9.....	153
Imagem 17 -	Informe 10.....	154
Imagem 18 -	Informe 11.....	156
Imagem 19 -	Informe 12.....	158
Imagem 20 -	Informe 13.....	160
Imagem 21 -	Informe 14.....	162
Imagem 22 -	Informe 15.....	163
Imagem 23 -	Informe 16.....	165
Imagem 24 -	Informe 17.....	166
Imagem 25 -	Informe 18.....	167

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DA ENUNCIÇÃO AO TEXTO	14
1.1 A organização discursiva e seus modos	26
1.1.1 <u>Modo Enunciativo</u>	27
1.1.2 <u>Modo Descritivo</u>	28
1.1.3 <u>Modo Narrativo</u>	30
1.1.4 <u>Modo Argumentativo</u>	31
1.2 Discurso e texto	34
1.2.1 <u>O discurso jornalístico e a instância da recepção</u>	41
1.3 Gêneros textuais – o que são?	47
1.3.1 <u>O Gênero coluna: não só uma questão de opinião</u>	50
2 ETHOS: UMA PALAVRA, VÁRIAS PERSPECTIVAS	61
2.1 Da retórica ao ethos: as contribuições clássicas	61
2.2 O ethos aristotélico e a arte de persuadir	62
2.3 As muitas faces do ethos	65
2.4 Do ethos pré- discursivo ao discursivo	82
2.5 A semelhança entre ethos pré-discursivo e ethos prévio	85
2.5.1 <u>Desenvolvendo a competência dos ethé</u>	88
2.5.2 <u>Ethos Homogêneo</u>	88
2.5.3 <u>Ethos Heterogêneo</u>	89
2.5.4 <u>Ethos Híbrido</u>	90
3 MODALIDADE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	93
3.1 Modalidade e Modalização: diferenças e aproximações	97
3.1.2 <u>Modalidade: aprofundamento da conceituação linguística:</u>	99
3.2 Modalização, uma questão enunciativa	108
3.3 Eu e o outro: da heterogeneidade enunciativa à modalização autonímica	115
3.4 A ironia como construção modalizadora	120
3.4.1 <u>A ironia em Gois</u>	121
4 METODOLOGIA	130
5 ANÁLISE DO CORPUS	132
5.1 Um pouco mais de análise	169
CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS	176

INTRODUÇÃO

O conceito de *ethos* vem, há muito, sendo objeto de pesquisa das diversas correntes da análise do discurso. Desde que Aristóteles situou este como sendo um dos elementos para a construção argumentativa do bom orador, as pesquisas linguísticas tentam estabelecer os limites existentes entre *ethos* e os demais elementos da retórica: *pathos e logos*.

Aristóteles, em a *Retórica*, conceitua que o orador deve persuadir o auditório pelo caráter que apresenta. Assim, este deverá ser honesto, bom, compassivo se quiser convencer o auditório, a ágora, de que seus argumentos são válidos. É pelo caráter que se seguirá a argumentação, ou seja, o *ethos* será determinante para a persuasão do destinatário e, conseqüentemente, responsável pelo sucesso da oratória.

Nesse mesmo sentido, somado aos diversos conceitos estabelecidos sobre *ethos* até hoje, há também outro elemento que torna possível a construção de uma imagem, ou nas palavras de Charaudeau (2010), as máscaras sociais. Esse elemento é a engrenagem da enunciação, pois o ato de produzir enunciados inscreve o locutor no discurso. Segundo Benveniste (1976), o locutor usa o aparato linguístico para produzir seus enunciados e, com isso, deixa pistas de sua subjetividade e, portanto, revela parte de sua face de sujeito enunciator.

De qualquer forma, ainda que Benveniste tenha estabelecido as relações entre subjetividade e enunciação, o primeiro a relacionar a imagem veiculada pelo locutor e que essa seria fator preponderante para a argumentação foi Oswal Ducrot em sua teoria polifônica da enunciação. Ducrot postula que o *ethos* está ligado ao locutor e, por isso, é fonte de enunciação. Dessa forma, os caracteres que carrega tornam seu discurso aceitável ou não, por isso o *ethos* não pode ser dito. Ele deve ser mostrado.

De certa forma, a análise do discurso e a pragmática retomam a *Retórica* de Aristóteles através de uma roupagem atualizada, pois se valem dos usos linguísticos para estabelecer de que forma a perspectiva do *ethos* será conduzida. É nessa perspectiva que confeccionamos nosso trabalho. Demonstraremos a construção do *ethos* no discurso jornalístico por meio das escolhas linguístico-discursivas do enunciator.

O *corpus* sobre o qual nos debruçamos para esse estudo são as colunas do jornalista Ancelmo Gois, intitulada com o nome dele. Essa coluna vem situada na seção *Rio*, do jornal

O Globo, diariamente. Suas temáticas abrangem uma diversidade de assuntos dos cotidianos carioca e brasileiro, mas sobretudo, as temáticas são a respeito das esferas política e social.

Tais textos foram escolhidos por diversos motivos para serem nosso objeto de estudo. O primeiro deles foi a nossa simpatia pelo trabalho desse autor, pois a multiplicidade de temas apresenta sempre características únicas como o ineditismo e uma pincelada de humor. Outro fator que contribuiu para nossa escolha foi a credibilidade construída por Gois durante os anos de colunismo no jornal carioca, fato esse que coopera para criação de um *ethos* pré-discursivo.

Nesse sentido, alguns outros aspectos linguísticos também foram preponderantes para a escolha desse *corpus*, como a informalidade discursiva e a presença sempre marcante do enunciador no discurso ainda que, por vezes, implicitamente como característica de sua proteção de face. Somado a isso, devemos acrescentar que a coluna de Ancelmo Gois assumiu tal formato e adquiriu, por isso, especificidades únicas. Por esse motivo, ainda que saibamos que a coluna conta com a auxílio de colaboradores, trabalharemos com o pressuposto de que os textos de Gois são exemplares de um gênero textual e, portanto, serão analisados como um todo.

Pretendemos, portanto, com este trabalho, estabelecer por meio de marcas linguístico-discursivas a presença subjetiva do enunciador no discurso. Para isso, usaremos o conceito de Modalidade como a presença subjetiva e, conseqüentemente, a construção de um *ethos* discursivo. Dessa forma, apresentaremos a discussão a respeito daquele conceito e, a partir disso, conceituaremos os possíveis *ethé* vinculados aos textos de Gois.

Para essa conceituação, partimos da hipótese que a subjetividade está presente em toda e qualquer interação comunicativa e que, por meio dela, é possível construir um ou mais *ethos* discursivos de um enunciador. Dessa maneira, as marcas linguísticas no discurso permitem a composição da imagem social desse sujeito, tendo em vista que todas as escolhas lexicais são atos intencionais e tentativas de atuação sobre o interlocutor. Por esse motivo, analisaremos de que forma as atividades linguístico-discursivas de revelam por meio da modalidade, mais precisamente a modalidade autonímica apresentada na teoria de Authier-Revuz.

Além de fazermos a revisão teórica a respeito dos conceitos de *ethos*, também, estabeleceremos outros conceitos com os quais são possíveis construir a imagem por meio do discurso como a relação existente entre a organização discursiva com a subjetividade linguística apresentadas em textos. Para dar conta de tal demanda, dividimos este trabalho em quatro capítulos. O capítulo 1, intitulado “Da enunciação ao texto”; o capítulo 2, “Ethos: uma palavra, várias perspectivas”; o capítulo 3, “Modalidade: uma discussão necessária.”; o

capítulo 4, Análise do corpus. Devemos ressaltar também que, sempre que possível, utilizaremos como exemplo um dos informes encontrados nas colunas de Gois que estejam incluídas no todo pesquisado das 365.

No capítulo 1, portanto, abordaremos de que forma se relacionam os conceitos de Enunciação, discurso e texto. Assim, discutiremos sob qual perspectiva se aproximam e se afastam esses parâmetros. Para isso, a revisão teórica contará com o auxílio também da teoria Semiollingüística do discurso para que assim sejam discutidas as relações entre modos de organização do discurso e texto.

No capítulo 2, abordaremos nosso propósito de estudo: os diversos conceitos de *ethos*. Por isso, subdividimos o capítulo em três partes nas quais abordaremos as perspectivas tanto da retórica clássica, quanto da pragmática até a visão adotada pela Análise do Discurso.

No terceiro capítulo, a modalidade será alvo de nosso debate, para isso levantaremos as questões a respeito das abordagens possíveis sobre esses temas, inclusive a diferenciação apontada por alguns entre modalidade *versus* modalização. Nesse sentido, as contribuições de diversos teóricos serão contempladas, por isso, por vezes, as outras vertentes da A.D serão apresentadas também neste capítulo a fim de contribuir para nosso debate.

No capítulo quatro, sistematizamos a metodologia desta pesquisa da seguinte forma: em primeiro lugar, reunimos o material a ser analisado para que a coleta de dados fosse mais eficiente. Para isso, consideramos o total de 365 colunas em um ano de coleta, contempladas no período de julho de 2015 a julho de 2016. A partir disso, com a análise mais específica, selecionamos um conjunto de textos contemplados em 25 exemplares.

Essa redução se deu em virtude de dois fatores: o primeiro deles é o espaço que nos cabe para esse trabalho; o segundo, o propósito da especificidade, tendo em vista que a multiplicidade de material é vasta em um mesmo texto, era necessário que o material linguístico analisado fosse especificamente do nosso propósito: expressões que apresentassem o conceito de modalidade.

Após essa etapa, classificaremos o tipo de modalidade encontrada segundo as perspectivas que aqui serão discutidas. Para isso nortearmos os exemplos divididos mensalmente e realizaremos a abordagem crítica do discurso disposto no exemplo. Após isso, verificaremos que tipos de *ethos* são construídos em cada um dos exemplos. Assim, contemplaremos uma análise qualitativa dos dados.

Quanto à abordagem quantitativa, não objetivamos essa abordagem pela extensão do corpus e também pela natureza teórica na qual nos amparamos, no entanto, ao final do

capítulo, faremos um cotejo a respeito dos elementos linguísticos e frequências dos itens encontrados na primeira análise para, assim, encerrarmos nossas discussões.

Finalmente, com essa dupla análise chegaremos ao cabo de nosso trabalho e apresentaremos as conclusões a que chegamos. Dessa maneira finalizaremos parte de nossa pesquisa, visto que o conceito de *ethos* discursivo pode assumir diversas nuances e nós abordaremos mais especificamente um olhar. Além disso, revisitaremos, ao final deste trabalho, nossa hipótese para que discutamos se ela se concretizou como o esperado.

1 DA ENUNCIÇÃO AO TEXTO

Para iniciarmos nossas discussões a respeito de discurso e as relações que os sujeitos estabelecem por meio dele para a construção de uma imagem de si, devemos, primeiramente, começarmos do princípio e este se institui pela enunciação.

Entende-se por enunciação o evento no qual um indivíduo profere enunciados numa interação comunicativa. A enunciação é, portanto, um fenômeno em que, utilizando categorias de uma determinada língua, um sujeito falante organiza elementos em enunciados com propósitos comunicativos diversos, mas, sobretudo, de interagir com seus parceiros de comunidade.

A partir disso, podemos dizer que cada ato de linguagem dos sujeitos comunicativos é dotado de seus saberes, suas crenças, suas ideologias perpetradas em sua comunidade. Não há língua que não seja imbuída dessas categorias ideológicas. Da mesma forma, não há como esse mesmo sujeito pertencente a uma determinada comunidade proferir enunciados em suas interações sem que estes estejam repletos de suas intenções.

Benveniste (1976) postula que “enunciação é colocar em funcionamento por um ato individual de utilização”. Esta deve ser considerada como um instrumento do locutor que toma a língua por meio de seus caracteres linguísticos com propósitos interacionais. Nesse sentido, o autor se diferencia de seus sucessores, os quais impetraram a necessidade de um indivíduo atuar sobre o outro no ato de tomar a palavra na cena enunciativa. Já Benveniste afirma que existe a função fática da língua na qual indivíduos podem vir a interagir comunicativamente sem nenhum propósito aparente de refletir ou induzir tal reflexão.

Dessa maneira, o locutor mobiliza a língua para que se manifeste por meio dela no jogo discursivo. Assim, apropriando-se do aparelho formal, manifesta sua individualidade como sujeito, evidenciado sua posição de locutor. Para isso, o locutor lança mão de artifícios específicos como sua posição em relação ao mundo. Nesse sentido, podemos dizer que enunciar é transformar sentido em palavras e delas formar enunciados.

Toda interação comunicativa, segundo ele, pressuporá uma relação alocutária, isto é, toda enunciação, necessariamente, implícita ou explicitamente projeta um ouvinte como parceiro de interação comunicativa. Nessa relação, a cada momento enunciativo haverá um Eu sendo o locutor e um Tu como ouvinte, alvo dos enunciados proferidos pelo Eu. Com efeito, mesmo que se conteste um monólogo, para refutar tal teoria, há a manifestação dialógica implícita no jogo figurativo interacional, conforme afirma Benveniste:

O “monólogo” é um diálogo interiorizado formulado em “linguagem interior” entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece, entretanto, presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor. (BENVENISTE, 1976, p.87)

Para Benveniste, a enunciação é um ato individual de dizer. Assim, ele chama a atenção para a relação existente entre língua e fala. É a partir disso que estabelece como parâmetro para seus estudos as categorias de pessoa, espaço e tempo como sendo essas as nuances a serem estudadas no fenômeno enunciativo. Como parâmetro, então, utiliza a frase latina *Ego hic nunc*, cujo significado nada mais é que “Eu, aqui e agora”.

Além das duas pessoas enunciativas, que se instituem no ato do dizer, o **Eu** e o **Tu**, Benveniste também estabelecerá a *não pessoa* discursiva sendo o *Ele*. Isso se deve ao fato de o pronome poder designar coisas ou pessoas dentro do discurso e ainda assumir concordância segundo a língua em que esteja instituída. Dessa forma, será este o objeto da enunciação, isto é, aquele/ aquilo de quem se fala. Os outros pronomes serão abordados por Benveniste como referentes, então, *nós*, *vós*, *eles* são externos ao discurso; além disso também serão descritos com o sentido de pessoa ampliada.

O pronome “*nós*”, por exemplo, não é a existência do plural do pronome *eu*, mas a ampliação dessa categoria de pessoa. Isso por que inclui o sujeito de fala (Eu) e mais alguém, seja um indivíduo ou vários: Eu e Tu; Eu e Ele; Eu e Vocês. O Eu sempre apresentará a particularidade subjetiva do singular, mas é a sua presença que cria os “*nós*”.

O pronome “*vós*”, por outro lado, pode assumir duas vertentes distintas: a categoria de pessoa ampliada ou a de plural de Tu. Da mesma maneira, se for pessoa ampliada, o Tu sempre estará presente junto as demais pessoas, como também um *Eu* para projetar a existência desse *Tu*.

A partir do estabelecimento das pessoas do discurso, é mais fácil se estabelecer em que medida a subjetividade está presente ou não nos enunciados. Dessa forma, haverá um desdobramento dos participantes da enunciação. É dessa maneira que se iniciam as discussões sobre a inserção do sujeito na enunciação.

Partindo desse princípio, o autor situa três parâmetros fundamentais para o fenômeno geral da enunciação. O primeiro deles é a realização vocal da língua. A manifestação dos sons emitidos durante a enunciação é sempre única, isto é, são sempre atos individuais que não se repetem. Assim um indivíduo não é capaz de emitir o mesmo som duas vezes igualmente. Dessa forma, a noção de identidade se dá por aproximação. Daí a presença enunciativa.

O segundo aspecto que se deve realçar a respeito das características do fenômeno da enunciação são os paradigmas temporais. Isso se deve ao fato de que toda e qualquer manifestação temporal tem como parâmetro o momento da enunciação no qual o sujeito da enunciação se manifesta no tempo e no espaço. Então, tomando por base esses elementos, o presente sempre será o paradigma primordial temporal, pois é este que coincide como o momento da enunciação.

A enunciação pode se organizar de modos específicos para que dessa maneira se possa estabelecer maior contato com outro indivíduo. Desse modo: **a interrogação, a intimidação e a asserção** são as formas de apresentação que se pode organizar um enunciado.

A *interrogação*, por exemplo, impele o ouvinte, necessariamente, a uma troca. Isso significa que esse tipo de enunciação é construído para suscitar uma resposta do alocutário. Assim, esse é um processo que ao mesmo tempo é comportamental, pois motiva no outro uma atitude a ser tomada, como também é de dupla entrada, isto é, ao mesmo tempo em que se é locutor também se é alocutário.

A *intimidação*, como o próprio sugere, situa-se no campo da ordem e do pedido. Por meio da *intimidação*, os apelos são concebidos pelos alocutários pelas categorias do imperativo e do vocativo. Assim, essas categorias demonstram uma relação imediata entre o enunciador e o parceiro discursivo. Visando ao objetivo de atuação sobre este parceiro, o locutor utiliza a intimidação enunciativa, levando sempre em consideração o tempo e o espaço como referentes.

Ainda que em menor realce, a *asserção* está inserida uma das formas de manifestação da enunciação. Seu objetivo é comunicar uma certeza e, por esse motivo, é a mais comum das formas de manifestação da presença do locutor na enunciação. Seja por meio da entonação ou por outros caminhos, a asserção produz formas únicas de comunicar afirmação negativa ou positiva numa proposição.

Por fim, a enunciação para Benveniste é a manifestação da produção um enunciado por meio do qual se estabelecerão as relações humanas. É através do jogo discursivo criado no momento enunciativo que os sujeitos interagem, seja com objetivos persuasivos, isto é, de atuação sobre o outro, seja por mera comunhão social. A enunciação permite que a língua se efetue em discurso e se semantize por meio de palavras.

Ducrot (1987), por sua vez, ao formular sua teoria polifônica da enunciação, dispensa a concepção de sujeito intrínseco ao enunciado, para o qual ele diz existirem enunciados sem sujeito. Além disso, a enunciação precede a concepção de subjetividade no enunciado já que pode existir por si mesma. Obviamente que não descaracteriza o dialogismo existente entre

um locutor e um ouvinte destinatário, mas eleva o fenômeno da enunciação a nível mais elevado como no trecho: “A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá depois. É esta aparição momentânea que chamo *enunciação*”. (DUCROT, 1987, p. 168)

Ainda que Ducrot estabeleça como sendo mais importante o evento enunciativo num dado momento que a presença do sujeito que o profere nessa cena enunciativa, não há como negar a presença de um sujeito que, ao tomar a palavra, lança mão de suas experiências coletivas e conhecimentos compartilhados para se imbuir de significados a partir de seu ponto de vista. Ainda assim, o autor salienta que acontecimentos de cunho social que podem vir a ser motivacionais a determinados enunciados e eventos enunciativos.

Ducrot situa como cerne de seus estudos o próprio evento enunciativo, isto é, a enunciação como a aparição de um enunciado em um dado momento. Assim, a cada frase dita em momentos diferentes haverá enunciados diferentes, já que o momento enunciativo deve ser levado em consideração, como o *antes*, o *aqui* e o *agora*. Somado a isso, propõe uma nova perspectiva para se ver o locutor, sujeito produtor de enunciados.

Em primeiro plano, contesta a unicidade desse sujeito. Não há, para ele, como o sujeito falante ser único, pois, por trás de seu discurso, há diversos outros discursos impetrados há muito para construir este que se apresenta. Dessa maneira, o sujeito falante usa inconscientemente outros discursos para construir o seu. A partir disso, é possível separar locutor de produtor empírico.

O enunciadador, designado por E, está apenas presente nos enunciados. Ele é a origem das posições expressas no discurso, uma abstração existente no fenômeno da enunciação. Não podemos confundir, portanto, com os produtores de enunciados. Devemos distinguir, também, o sujeito empírico e produtor dos enunciados, do sujeito consciente. Denomina-se – L para o locutor, uma ficção discursiva; para o ser do mundo, aquele de quem se fala, λ . É dessa forma que se distingue, *Eu*, sujeito da enunciação e *Eu*, sujeito do enunciado. “L pertence ao comentário, a enunciação feita globalmente pelo sentido, λ pertence à descrição do mundo feita pelas asserções interiores ao sentido.” (DUCROT, 1987, p. 191)

Vejamos o exemplo a seguir:

Cena carioca

Ontem, por volta de 18h e 30 min, um ônibus da linha 220 (Usina – Candelária) parou em frente à prefeitura do Rio e, um mendigo tentou embarcar. O motorista chiou e o moço disse que pagaria a passagem.

No que o do volante mandou:

- Primeiro, você toma um banho. Depois você entra no meu ônibus.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 01.07.2015)

Ao analisar o exemplo anterior, podemos observar duas perspectivas enunciativas. A primeira do Locutor - L, semelhante a um narrador em uma narrativa. É a voz de Gois que inicia o informe, portanto é o ser da enunciação.

A segunda perspectiva pertence ao locutor, λ . Como podemos ver, este é pertence à descrição do mundo, este, portanto, é o personagem da fala, o motorista. Ambos estão incluídos na mesma enunciação, no entanto, são pontos enunciativos distantes, já que L pertence apenas ao discurso; λ é ser social.

Desse modo, ao analisarmos o locutor L no discurso, devemos nos ater não aquilo que ele diz de si mesmo, mas, sobretudo as modalidades de sua fala; já que a ele imputamos a responsabilidade do discurso. Este é construído no nível do dizer por meio da forma do enunciado. Quanto a λ , apenas existe se for tomado por referência L. O locutor L qualifica e justifica aquilo que λ faz. É assim que o *ethos* se insere na teoria polifônica de Ducrot. Para ele, o *ethos* está ligado a L. Desse modo, vê-se investido de certos caracteres e que podem vir a tornar a enunciação aceitável ou não. Desenvolveremos melhor esse conceito no próximo capítulo.

Essa distinção entre os sujeitos da enunciação L e λ permite que se entendam melhor os performativos explícitos. Para Ducrot, não se pode realizar um ato de linguagem pelo simples fato de se declarar tal fato. Se usarmos seu exemplo: “Eu desejo” para designar o ato realizar o ato de “desejar” seria atrapalhar-se com a linguagem. Confundir linguagem com metalinguagem. Desse modo, “desejar” enquanto conceito teórico é como sinônimo do verbo desejar. Nesse sentido, Ducrot apresenta a proposição sobre *delocutividade*.

Essa hipótese, inspirada na concepção jurídica, na qual se realiza um ato que se enuncia. Nela, os atos são complementos do desempenho enunciativo. No caso do exemplo

tomado, “Eu desejo”, há uma lexicalização do conceito de “desejar” no enunciado “Eu desejo”.

A teoria polifônica, portanto, reformula não apenas a noção de enunciador, como também a de locutor. A partir disso, sugere que um enunciado é produzido por diversas vozes. Essas vozes são veiculadas por meio da expressão dos pontos de vista que o locutor organiza para identificar-se ou para opor-se a eles. Nesse caso, haverá uma asserção. Em caso de o Locutor aprovar o ponto de vista do enunciador, então podemos ter um a proposição; mas, se ao contrário, o locutor entrar em desacordo com o enunciador, como no humor, por exemplo. Essas vozes não são explicitadas nos enunciados, mas decorrem da imagem que elas oferecem à enunciação produzida por L.

A polifonia se constrói por meio do próprio sistema da língua que propicia tal coisa, pois, pelo fato de ser linear, permite se captar de forma inconsciente indícios de pensamentos e discursos alheios. Dessa forma que é possível se construir o mascaramento do sujeito, pois este é uma figura complexa resultante de uma união de diversos elementos.

Para além da discussão sobre a unicidade do sujeito na enunciação, a teoria polifônica de Ducrot propõe, também, uma revisão dos aspectos semânticos dos enunciados tendo em vista os propósitos argumentativos, já que, para ele, a argumentação está contida na língua. Assim, salienta que a lógica de encadeamento dos enunciados sugere uma forma de influenciar o interlocutor por meio da fala.

A enunciação, então, não precisa necessariamente ter uma origem e um fim. Ela se basta em si mesma, pois dela provém o tema do sentido. Na verdade, uma das qualificações que emanam da enunciação é justamente ser uma *fonte* e um *alvo*. Isso significa que o sujeito falante e o sujeito interlocutor pertencem à enunciação e não o contrário.

Retomando as teorias de seus predecessores, Charaudeau (2010), por sua vez, amplia o conceito de pessoas da enunciação. O teórico francês concebe a noção de enunciação da seguinte forma:

No âmbito da análise do discurso enunciar se refere ao fenômeno que consiste em organizar as categorias da língua, ordenando-as de forma a que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao interlocutor, em relação ao que ele diz e em relação ao que o outro diz. (CHARAUDEAU, 2010, p. 82)

Assim, uma interação comunicativa deve ser entendida como um processo dialético e não linear, havendo, portanto, mais de uma intenção na relação emissor- receptor. A partir dessa perspectiva, Charaudeau postula que haverá quatro pessoas inseridas no momento enunciativo e não apenas duas. Dessa maneira, um Eu enunciador e um Tu interlocutor

destinatário se desdobram em outros dois sujeitos. Isso deve ao fato de, segundo ele, todo ato de linguagem resultar de um jogo de implícitos e explícitos. Desse jogo, nascerá o processo de produção e interpretação.

A teoria de sujeito quádruplo inserida por Charaudeau salienta o fato de que o sujeito que se apresenta ao público, ser social, não ser o correspondente do sujeito discursivo. O sujeito social é uma máscara assumida diante de cada uma das situações comunicativas, então, para cada ato de linguagem haverá a apresentação de uma máscara social adequada a essa situação e um conseqüente posicionamento para o qual se terá, também, um discurso correspondente. A essa máscara, nomeia-se *seethos*, como veremos adiante.

Ao mesmo tempo, que esse sujeito que se apresenta é duplo, o receptor de suas mensagens ao qual o EU projeta suas expectativas, também o será. Isso por que todo ato de linguagem, como já dissemos, pressupõe uma interação, então, também é configurado com sendo um receptor duplo. O sujeito destinatário, denominado TU destinatário, doravante TUd é o ser para o qual se destina a mensagem, ser da fala. O TUd sempre estará presente no ato de linguagem ainda que não esteja explicitamente marcado, todo discurso é direcionado a um TU. Como podemos observar no exemplo:

Os assaltos do Rio

Alerj vota amanhã o projeto que cria o sistema estadual contra roubo e comercio ilegal de bicicleta de Marta Rocha (PSD) e André Ceciliano (PT).

Também terá votado projeto de Geraldo Pudim (PR) que pune com multa de 20 a 200 UFIR-RJ (R\$2, 71 cada) quem for flagrado com arma branca.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 01.06.2015)

No exemplo anterior, podemos ver que não há nenhuma evidência ou marca linguística explícita da presença dos parceiros da enunciação. Não há, ainda, nem a presença de um Eu marcado através da primeira pessoa e nem um *Tu* marcado pela 2^a/3^a pessoa. Há, no entanto, ambas as pessoas pressupostas implícitas ao discurso mostrado no trecho em destaque. Isso por que a coluna tem um público definido, pois o autor escreve para este público idealizado. Esse *Tu* se configura na pressuposição de um possível público leitor.

De outra forma, o TU interpretante, TUi, é um ser que age fora da do ato de enunciação. Isso porque ele é responsável pelo processo de interpretação, significando, portanto, que pode vir a interferir no ato de linguagem. Por esse motivo, é um sujeito independente, isto é, escapa ao domínio do EU.

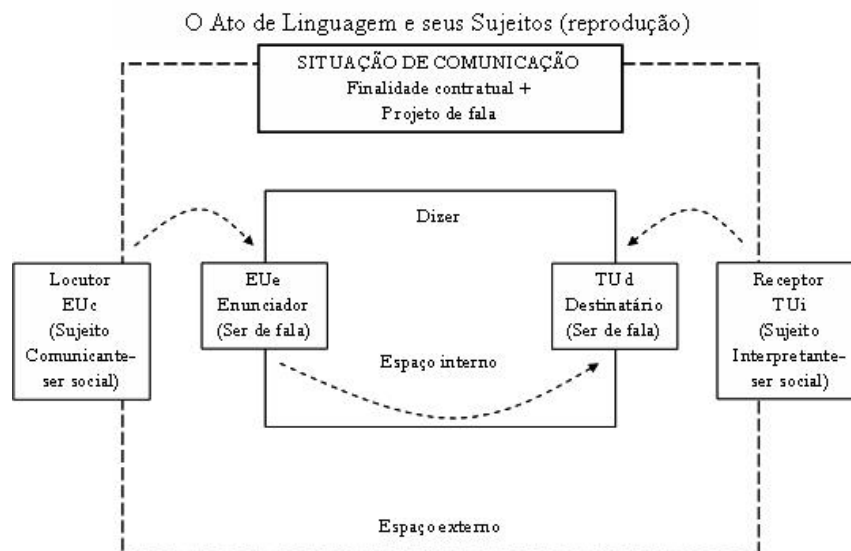
O TUi se difere do TUD por ser aquele mais ou menos livre em suas reações, quanto o TU destinatário é instituído pelo EU e, por esse motivo, não possui plasticidade. Além disso, o TUi é o sujeito que constitui a significação daquilo que se é proposto no ato de linguagem, pois é a partir de suas expectativas e conhecimentos de mundo que se construirá um EU.

Durante o ato de linguagem o TUi pode vir a se identificar com o TUD ou não. Isso dependerá da aceitação ou recusa da proposição feita no jogo comunicativo pelo EU. Em caso de aceitação, o TUi recupera a imagem do TUD, isto é, há aceitação, concordância entre os sujeitos ouvintes. De outro modo, haverá um afastamento entre esses sujeitos, portanto, a recusa da mensagem do EU.

Por outro lado, na assimetria comunicacional, o sujeito que toma a palavra em primeiro plano no turno enunciativo, o EU, apresenta-se num desdobramento de EU enunciador e EU comunicante, futuramente, EUE e EUC. No caso desses sujeitos, o produtor da fala é o EU comunicante, isto é, ser da produção assim como o TUD. Já o EU enunciador é uma máscara usada no discurso segundo as suas circunstâncias. É dessa forma que esses dois sujeitos se opõem.

No processo de produção, o EUE é uma imagem construída pelo produtor da fala, EUC. Nesse ato que o EUC representa seu traço de intencionalidade discursiva. Já pelo processo de interpretação, o EUE é uma imagem construída pelo TUi como hipótese de intencionalidade. Assim toda interação comunicativa ativará os quatro sujeitos apresentados conforme quadro apresentado:

Imagem 1 – Quadro ato de linguagem



O quadro apresentado anteriormente é o mesmo apresentado por Charaudeau em *Linguagem e Discurso: modos de organização* (2010, p.8). Por meio dele podemos ilustrar o processo pelo qual os sujeitos, protagonistas da interação comunicativa, passam a usar estratégias discursivas e atingir seus objetivos comunicacionais. Esses objetivos podem não vir a ser atingidos, já que dependem de fatores como as circunstâncias comunicativas que o permeiam. O resultado produzido, no entanto, não está ilustrado. O quadro demonstra apenas a relação de ativação dialética entre emissor e receptor no ato de linguagem. Para ilustrar esse processo de forma prática, abaixo destacamos mais um exemplo de nosso *corpus*

Isso pode, Paes?

Tem gente achando que é dona do calçadão de Copacabana no Rio. Veja só o que o pessoal deste prédio (foto), na esquina da Av. Atlântica com a rua Bolivar, fez. Pintou este caminho bisonho entre a saída da garagem e a rua. Com direito a “garagem” no meio da calçada. Vale lembrar que a orla de Copacabana e do Leme é tombada. Perceba que as faixas de tinta branca passam inclusive sobre o trecho de desenho com pedras portuguesas como aquela em frente à Devassa. Caraaamba!

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 01.06.2015)

O sujeito comunicante é o jornalista Ancelmo Gois, que no informe anterior, ativa o Sujeito enunciador. Assim este comunica a mensagem sobre a faixa pintada em local irregular na Av. Atlântica. Notemos que essa mensagem é destinada a um único Tu destinatário, como podemos perceber por meio do verbo “Veja” em 2ª pessoa do discurso.

Por meio do título, podemos dizer que o Tu destinatário não corresponde ao Tu interpretante, pois o TUD e TU_i não correspondem aos mesmos sujeitos. Isso porque, a partir do título, podemos identificar que o informe se destina ao interlocutor “Paes”, ou seja, Eduardo Paes, prefeito do município do Rio de Janeiro em 2015. No entanto, o Tu interpretante acaba sendo o leitor por circunstâncias a que se destinam o jornal.

A situação estabelecida durante um ato de linguagem é um jogo. Nesse jogo os parceiros escolhem ou não jogar segundo as regras estabelecidas por meio da situação. Assim, para Charaudeau, o ato de linguagem pode ser visto como uma aventura sob a perspectiva da produção. Isso significa que o sujeito da produção da enunciação faz uma aposta em relação à recepção que sua mensagem terá. Nesse sentido, para que o sujeito comunicante tenha sucesso

em sua empreitada, fará uso de dois mecanismos: contrato de comunicação e estratégias de discurso.

O contrato de comunicação nada mais é que a aceitação das regras estabelecidas pelos sujeitos parceiros segundo determinado momento. Isso significa também que ambos os parceiros tenham as mesmas competências linguageiras para que a situação ideal de comunicação seja concretizada. A esse respeito, Charaudeau esclarece:

A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. (CHARAUDEAU, 2010, p. 56)

As estratégias usadas no discurso, por seu turno, dependerão das condições de produção e suas circunstâncias. Além disso, é o mecanismo pelo qual o sujeito comunicante se apodera para promover efeitos em seu destinatário ideal, como efeitos de persuasão e sedução. A partir disso, o EUc deseja que o TUi se identifique com o TUd, este ser idealizado a partir de suas concepções de mundo.

Para que esse efeito seja concretizado, o sujeito comunicante poderá utilizar além da estratégia de reconhecimento entre os sujeitos receptores também a fabricação de duas formas de imagem: imagem real ou de ficção. Ao assumir a primeira, o EUc usará como um *lugar de verdade, exterior ao sujeito e que teria força de lei*. Se ao contrário, lançar mão da segunda, deverá usar imagem como identificação de um sujeito com o outro e, assim, criar uma imagem que corresponda àquilo que se supõe ser parte das expectativas do TUi.

A estratégia da encenação intencional, no entanto, pode não surtir efeito esperado, visto que o sujeito interpretante pode não corresponder às expectativas do EUc. O TUi pode não estar ciente do contrato de comunicação estabelecido naquele dado momento e, portanto, os efeitos produzidos não serão os esperados ou o contexto sócio-histórico de produção do ato de comunicação não seja o previsto. Dessa maneira, a interpretação dada à mensagem por TUi poderá ser alterada consideravelmente.

Nesse mesmo sentido, o sujeito comunicante pode ser o responsável pelo insucesso dos efeitos produzidos sobre o sujeito interpretante. O EUc pode não ser capaz de, num ato de linguagem, conseguir mascarar seu inconsciente e suas reais intenções. Desse modo, pode deixar transparecer marcas, ou melhor, evidências do *real*. O efeito, então, será longe do esperado e, nesse caso, haverá o que Charaudeau vai chamar de *desnegação*, isto é, interpretação não prevista pelo EUc por parte do sujeito interpretante.

A enunciação para Charaudeau é, portanto, um evento no qual se realiza um jogo dialético entre parceiros que tentam atuar um sobre o outro em cada tomada de palavra em um dado momento. Essa atuação utiliza estratégias que, podemos dizer, serem argumentativo-persuasivas para seduzir o interlocutor para um determinado ponto de vista. A partir disso, podemos dizer, então, que a subjetividade é tão importante para a enunciação quanto a própria existência desse evento, visto que é realizada por meio da manifestação de impressões esses personagens.

Maingueneau (2010), além de debater a noção de situação da enunciação, esclarecendo a diferença entre esta e contexto, por exemplo, esclarece pontos necessários à enunciação. Para ele, a situação de enunciação não é apenas uma situação de comunicação socialmente definida, mas aquela na qual se definem as posições do enunciador, do coenunciador e da *não pessoa*.

A posição do enunciador sempre será o ponto de origem das coordenadas enunciativas. Isso significa que não apenas será o marco de referência, mas também, o marco para a modalização, entendendo-se aqui por modalização a inserção do sujeito no discurso.

O coenunciador, como já visto, sempre estabelecerá uma relação de alteridade, isto é, sempre será o Tu. Junto a isso, também estabelecerá uma assimetria, visto que não será este que toma a palavra em primeiro plano numa situação dialogal hipotética. Há, no entanto, que se acrescentar que o coenunciador também será polo de enunciação simultâneo ao enunciador, pois ambos são parceiros e, portanto, solidários.

Diferentemente das anteriores, a posição de *não pessoa*¹ se destina: “às entidades que não estão suscetíveis a efetivar um enunciado, a assumir um ato de enunciação.” (MAINGUENEAU, 2010 p.201). Isso significa que a relação entre a não-pessoa e as demais é de ruptura, pois as três não se encontram no mesmo plano enunciativo. Isso significa que não há troca entre as duas primeiras e a última pessoa, porque ela está fora do plano enunciativo.

Nesse sentido, Maingueneau acrescenta, ainda, uma ressalva à teoria de Benveniste a qual chama a atenção ao fato de nem todos os enunciados nos quais apareçam um “Eu” ou um “Tu” estarão necessariamente pressupondo uma interlocução. Nesse caso em específico, os lugares da situação de locução não estão em evidência, pois se locutor é o lugar de quem fala; alocutário de quem ouve e delocutado o lugar daquele do qual falam, então, que lugar ocupam as perguntas retóricas ou aquelas que não possuem resposta?

¹ Termo adotado por Benveniste.

A esse respeito, há duas possibilidades: na primeira delas, haver a supressão do alocutário. Isso ocorre em caso de perguntas retóricas, nas quais o enunciador está presente, mas não há um *Tua* que se destine, como na frase: “O que é que *eu* tenho a ver com isso?”² Nesse exemplo, não é uma pergunta a ser respondida, por isso, não haveria um *Tu* pressuposto.

A segunda possibilidade que se é possível apresentar é aquela em que o emprego do eu se dá por meio hipocorístico no enunciado. Isso acontece quando o alocutário é impossibilitado de interagir dialogicamente como nos casos em que se dialogue com bebês ou animais de estimação, por exemplo, vistos como a não inserção subjetiva de um comportamento elocutivo ou alocutário.

Acrescenta, ainda, às discussões sobre enunciação o conceito de *cena*. Dessa forma, amplia a cena enunciativa para três cenas que atuam nesse plano: cena englobante, cena genérica, cenografia.

A cena englobante diz respeito ao tipo de discurso que se é proferido no momento da enunciação. A cena englobante é fundamental na determinação da interpretação e compreensão de determinado discurso. Assim, quando observamos um folheto, por exemplo, devemos saber que tipo de discurso veicula, se é religioso, político, midiático etc. Isso significa que a cena englobante está diretamente envolvida com a função social do discurso e com sua finalidade.

A cena genérica corresponde aos diversos gêneros do discurso com os quais nos deparamos diariamente. São os gêneros do discurso que determinam os papéis sociais que cada parceiro discursivo vai assumir. Este um dispositivo de comunicação por meio do qual é possível atualizar as interações com gêneros já existentes e facilitar as relações sociais, já que não é preciso criar novos gêneros a cada nova situação comunicativa.

A cenografia, por outro lado, é validada pela própria enunciação, pois ao mesmo tempo em que é fonte de discurso, é também aquilo que o compõe. A cenografia é aquilo com que o leitor se confronta diante de um texto. Grosso modo, poderíamos traduzi-la como uma representação hipotética de situação real. A esse respeito as palavras de Maingueneau esclarecem:

A cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala. (MAINGUENEAU, 2013, p. 97)

² Exemplo retirado de (Maingueneau 2010, p.203)

Podemos dizer, então, que a cenografia é construída pela enunciação à medida que o leitor preenche as lacunas deixadas nos textos com seus conhecimentos prévios à medida que lê e faz inferências sobre o que vê e o que imagina a respeito da cenografia.

Até aqui expomos os diversos olhares que permeiam a discussão sobre enunciação. Acreditamos que esta seja uma forma de corroborar com o nosso debate acerca da construção da imagem de um sujeito por meio do discurso.

Para darmos continuidade ao nosso trabalho, a seguir exporemos a teoria sobre engrenagem discursiva e a construção e identificação de um gênero do discurso.

1.1 A organização discursiva e seus modos

Nesta seção, desejamos apresentar de que forma o discurso se organiza para que depois possamos engendrar uma possível definição do gênero textual ao qual nosso *corpus* se vincula. Essa necessidade se deve a alguns fatores de ordem teórica e, também, para fins de esclarecimentos posteriores. Para isso, tomamos por base principal a teoria semiolinguística do discurso de Patrick Charaudeau a fim de que possamos melhor expor o modo que os discursos se organizam.

Ainda assim, apresentaremos também outras perspectivas sobre gêneros textuais para fundamentar a classificação da coluna de Ancelmo Gois. Acreditamos, ainda, que a definição aproximada do gênero textual auxilia na evidenciação do *ethos* discursivo, já que este é nosso maior objetivo.

O modo de organização do discurso é, portanto, a reunião dos princípios básicos da matéria linguística, dependem da finalidade comunicativa do sujeito. Assim, a finalidade para qual o sujeito dirige o uso da língua se destinará o modo que se apresentará o seu discurso. Para Charaudeau (2010), a divisão se agrupa em quatro Modos: Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo.

Em cada um dos Modos há dois elementos constituintes primordiais que são a função base, que designa a finalidade para qual se destina determinado Modo, e também o princípio de organização desses Modos. A organização também se dá em dois níveis: podemos caracterizá-la como uma encenação e uma construção referencial do mundo. Adiante, mais a esse respeito.

1.1.1 Modo Enunciativo

O Modo enunciativo é aquele que estabelece uma relação englobante com os demais por estar sempre pressuposto nas diversas cenas dialogais ou monologais. Para isso inserimos os esclarecimentos de Patrick Charaudeau:

O Modo *Enunciativo*³ tem uma função particular na organização do discurso. Por um lado, sua vocação essencial é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um *aparelho enunciativo*; por outro lado, e em nome dessa mesma vocação, esse Modo *intervém* na encenação de cada um dos três outros Modos de organização. É por isso que se pode dizer que este Modo comanda os demais [...] (CHARAUDEAU, 2010, p. 74)

É necessário ressaltarmos que o Modo Enunciativo não deve ser confundido com a situação de comunicação. Nesta situam-se os parceiros do ato de linguagem externos a ela, seres sociais. No Modo Enunciativo, no entanto, a relevância está nos protagonistas que são os seres da fala, isto é, internos à linguagem.

O Modo enunciativo se organiza em virtude da relevância que se queira dar no momento da interação com o parceiro. Assim, se o propósito estiver em evidenciar o ponto de vista do locutor, então, o comportamento será elocutivo; se a relação estabelecida entre interlocutor e locutor for de influência, então, a alocutividade estará em destaque; por fim, no caso de se retomar a fala ou o pensamento de um terceiro sujeito externo ao momento enunciativo, então, o comportamento será delocutivo.

No comportamento alocutivo, o sujeito falante deixa transparecer a relação que deseja de influência sobre seu interlocutor. Dessa maneira, o sujeito falante tenta promover uma resposta do interlocutor, normalmente a que se julgue desejável. Dentro dessa perspectiva o sujeito falante atribui papéis a si e ao seu parceiro, seja assumindo para si um papel de superioridade durante a enunciação e, conseqüentemente inferioridade ao interlocutor; seja de inferioridade a si e a superioridade destinada a alocutário.

Quando se assume a superioridade na enunciação, a relação que se estabelece entre os parceiros será a relação de força, portanto, a imposição do fazer agir se configura nesse quadro. Se, ao contrário, atribuir a si o papel de inferioridade em relação ao interlocutor, a

³ Grifos do autor.

relação estabelecida, então, será de petição na qual a solicitação é parte dessa organização discursiva.

A relação que o locutor estabelece consigo mesmo chama-se, como já dissemos, comportamento Elocutivo. Nesse comportamento, o ponto de vista sobre o mundo está em evidência, mas da mesma forma o locutor não é implicado na tomada de decisão visto que a modalização se revela aliada do sujeito falante. A modalização será, então, o resultado de ocultamento, na enunciação, do ponto de vista subjetivo. Abordaremos mais o tema no capítulo 3.

No Elocutivo, o sujeito falante pode expressar seu ponto de vista por meio de um *modo de saber*, no qual estabelece uma relação com interlocutor de saber ignorância; pode expressar uma *avaliação* na qual haverá um julgamento e este será o propósito do enunciado ou um ponto de vista da *motivação*. Este corresponde à razão pela qual o sujeito é levado a realizar o conteúdo. Diz respeito à *possibilidade*, à *obrigação*; ponto de vista de *engajamento*, por sua vez, releva a adesão do sujeito ao propósito comunicativo. Corresponde à Promessa, relação de Aceitação/ Recusa etc; por último, o ponto de vista de *decisão* se refere tanto ao tipo de decisão que é realizado no ato enunciativo quanto o estatuto conferido ao locutor. Esse ponto de vista corresponde à “Proclamação”.

No comportamento delocutivo, as marcas linguísticas que sugerem a presença do sujeito falante se apagam no ato de enunciação. Além disso, não há implicância ao interlocutor, isto é, o interlocutor não está em realce como no comportamento alocutivo.

Esse comportamento se centra na categoria de *não pessoa* de Benveniste (1997), ou seja, no *Ele*. Por esse motivo, distancia-se do sujeito falante, revelando maior objetividade, já que o ponto de vista é externo e seus componentes se impõem ao sujeito falante.

1.1.2 Modo Descritivo

O Modo Descritivo, por vezes, é eclipsado ao ser confundido com o Narrativo. Isso se deve ao fato de a tradição escolar alimentar muito essa aproximação por meio de exercícios cujos comandos utilizariam verbos como “contar” e “descrever”. Além desse primeiro problema apresentado por Charaudeau, há outros dois problemas que permeiam a caracterização deste Modo que são: a finalidade; Língua/ Texto.

A segunda problemática tange à finalidade de um texto com Modo de organização do discurso. Em outras palavras, há ainda equívocos quanto à clareza do que seja gênero textual e modo de organização do discurso ou segundo a terminologia de Marcuschi (2002), há uma confusão entre gênero e tipo textual. O tipo textual será sempre como o texto se organiza, por isso optamos pela terminologia de Charaudeau (2010). O gênero, ao contrário, dentre as diversas características é basicamente a finalidade desse texto. Veremos adiante mais um pouco sobre a temática gênero textual.

Um texto pode ser de organização descritiva, mas sua finalidade ser de venda /informação cujo gênero pode vir a ser panfleto.

Quanto à terceira problemática apontada a respeito do Modo Descritivo, reside no fato de se apresentar como seus caracterizadores apenas instâncias da língua como, por exemplo, verbos no imperfeito; adjetivos; indefinidos; a progressão ou não da ação baseada na categoria de tempo; ser animado ou não como agente de uma ação. Esses elementos possuem tamanha afinidade com o gênero que alguns estão a ele conferindo um status de caracterizadores quando, na verdade, tal afinidade é a mesma relação que se estabelece entre o Modo enunciativo e a modalização. Esta não é parte decisiva para acontecimento do Modo, isto é, a situação de comunicação ainda peremptória nesses casos.

Não devemos reduzir, portanto, as características do Modo descritivo a apenas as categorias da língua, visto que esses elementos são passíveis de serem encontrados em outros modos que não este. Da mesma forma, o Modo descritivo, assim como os demais, pode apresentar categorias diferentes que não as esperadas comumente. Esse é o caso dos denominados “verbos de ação”, designadores, segundo muitos manuais, como uma das características do Narrativo. A esse respeito, Charaudeau adverte:

As categorias da língua não são, enquanto tais, operatórias para determinar um modo de discurso. Pode-se dizer que as marcas que compõem um texto constituem em combinação com as marcas de outras categorias, os traços de uma possível caracterização discursiva. (CHARAUDEAU, 2010, p. 110)

Ao mesmo tempo que “descrever” se opõe a “contar” e “argumentar” enquanto atividade de linguagem, combina-se com ambas para a construção dos gêneros diversos. Descrever se diferencia de contar, por exemplo, pelo fato de este representar o desenvolvimento das ações no tempo e, portanto, estabelecer relação de movimento; descrever está no plano estático da visão de mundo o qual faz existir os seres por meio da

nomeação, localização e da atribuição de qualidade. Ambos se coadunam quando, num conto ou fábula as ações passam a ter sentido por meio das qualificações e identidades dos actantes.

Por outro lado, descrever se opõe em características primárias a argumentar, pois este consiste em efetuar operações lógicas de causa e efeitos entre fatos e acontecimentos para atingir determinado objetivo; enquanto descrever se pauta na identificação dos seres do mundo de modo que se possa classificá-los. Essas duas atividades se unem, ao passo que seja possível construir por meio da qualificação, por exemplo, um argumento plausível para determinado gênero.

Por último, devemos chamar atenção para o fato de o Modo Descritivo apresentar em seu cerne três componentes que são autônomos e ao mesmo tempo indissociáveis ao modo: nomear, localizar/situar, qualificar. Esses elementos desempenham em grande parte as funções dentro do Descritivo. É dessa maneira que o Modo Narrativo ganha cor e se desenvolve. Vejamos, então, como o Modo Narrativo se caracteriza.

1.1.3 Modo Narrativo

Assim como o Descritivo, o Modo Narrativo apresenta problema para a classificação em virtude de a tradição ter comungado este Modo àquele. Além disso, é também parte da tradição a classificação de textos literários diversos como narrativos ou procedimentos nos quais se induza a pensar argumentar sobre narrativa literária. Isso posto, é necessário que se esclareçam os componentes e métodos pelos quais se caracteriza o Modo Narrativo.

Narrar corresponde à finalidade de contar cujo produto será uma narrativa que, ao longo do tempo, tomou forma e correspondeu aos anseios das diversas sociedades. É necessário, porém, que não confundamos narrativa com o Modo Narrativo. A narrativa em si é a totalidade que engloba a organização deste e o Modo Descritivo. Dessa forma, pode assumir características que transmitam a relação que o homem estabelece com o mundo, criando uma tensão entre unicidade e pluralidade.

A função do Narrativo é, então, levar o leitor/ ouvinte a descobrir um mundo construído a partir do desenrolar de uma sucessão de ações que em “efeito cascata” influenciam umas as outras. Dessa forma, que os fatos se transformam num encadeamento progressivo a que chamamos de “coerência”.

Nesse processo, há dois papéis que podem ser desempenhados pelos sujeitos: o papel do sujeito que descreve ou do sujeito que narra. Se desempenhar o papel daquele que descreve, então assumirá o lugar de observador, isto é, aquele observa os detalhes, que identifica ou nomeia elementos. Em caso inverso, o sujeito que narra desempenha papel de testemunha. Isso significa que ele está na posição de um experienciador, isto é, em contato direto com aquilo que é vivido.

Vale salientar, ainda, que o discurso construído pelo Modo Narrativo, caracteriza-se por uma dupla articulação: organização da lógica narrativa e organização da encenação narrativa. A primeira consiste na construção de ações encadeadas segundo a lógica, como o próprio nome orienta. Nela, estão contidos os seres participantes dentro da sequência dos fatos; a segunda, na realização da representação da narrativa a partir da construção do mundo narrado, estabelecendo assim, a relação narrador-destinatário da narrativa.

Podemos dizer, então, que o Modo Narrativo não apresenta antecipadamente suas características como nenhum outro Modo, principalmente, porque a classificação de um texto extraído de uma cena enunciativa é sempre uma problemática de dupla vertente: primeiro porque depende da encenação dos sujeitos partícipes e esta pode ser imprevisível quanto aos resultados e, segundo, não há estrutura da linguagem alguma que se apresente em estado puro, portanto, ao receber sentido, transforma-se em outra.

1.1.4 Modo Argumentativo

A problemática de se apresentar uma discussão sobre o Modo de organização do discurso Argumentativo reside no fato de este ser aquele que considera como uma de suas características a experiência humana. Assim, tomando essas experiências por base, um discurso argumentativo pode ser invalidado em seu fundamento. Pode, também, apresentar argumentos refutáveis, o que também descaracteriza a organização discursiva.

Segundo Charaudeau (2010), outras questões de tensão estão no fato de a tradição escolar manter certo distanciamento desse Modo, seja contemplando apenas o Descritivo e o Narrativo, seja utilizando como ferramentas de ensino frases descontextualizadas de uma real situação comunicativa para o ensino de argumentação. Esse posicionamento reforça o entendimento conturbado a respeito do tema e impulsiona a necessidade de novas discussões como a nossa.

Diante disso, devemos esclarecer que argumentação e argumentativo são instâncias diferentes. Argumentação, assim como a narração é uma totalidade que é construída pelo modo argumentativo. Isso significa que o argumentativo enquanto modo é uma engrenagem, e a argumentação é o resultado final obtido.

A argumentação é uma relação triangular estabelecida pela existência de um sujeito que argumenta, isto é, um sujeito argumentante, um sujeito-alvo dos argumentos do primeiro e uma proposta, mas, sobretudo, é necessário que haja um *pólemos*, ou seja, uma polêmica, já que nenhum indivíduo argumentará sobre temática consensual. “O sujeito que argumenta passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo ou modificar seu comportamento.” (CHARAUDEAU, 2010, p. 205)

Segundo Oswal Ducrot, como já mencionamos, a argumentação está inserida na própria língua, no entanto, não é de maneira explícita nas categorias da língua que a encontramos, mas justamente ao contrário, nos implícitos em que reside a argumentação, naquilo que pode ser inferido pelo interlocutor e seu conhecimento de mundo no momento enunciativo.

Enquanto atividade discursiva, portanto, a argumentação se desdobra em uma dupla empreitada também sob a ótica do sujeito argumentante, pois deseja a vitória na “batalha” discursiva que iniciou. Para tanto, racionalidade e influência serão seus objetivos principais. A primeira tende a ser um ideal de verdade baseada nos seus conhecimentos de mundo partilhados e suas experiências de vida como algo mais verdadeiro possível, pois é pertinente lembrar que a argumentação se baseia nas relações humanas para se estabelecer. O místico, o fantástico e o incrível não serão, então, aceitos nesse jogo discursivo.

A segunda busca do sujeito argumentante, a necessidade de influência, é gerada pela busca da racionalidade. Assim, baseado no que é verossímil, tende-se a partilhar com o interlocutor o ponto de vista do argumentante até que ele tenha aderido à sua proposta. A isso, chamamos persuasão.

A argumentação dispõe de diversos mecanismos para que nela resulte. O primeiro deles são elementos que compõem a base da relação argumentativa que se subdividem em diversos outros. Esses elementos são, pelo menos, três: asserção de partida, asserção de chegada e asserção de passagem. As asserções são o ponto inicial da engrenagem argumentativa.

A *lógica argumentativa*, por sua vez, revela os encadeamentos linguísticos – discursivos são mais aparentes, principalmente a olhos leigos, pois a lógica argumentativa

consiste no encadeamento lógico (como sugere seu nome). São parte desses mecanismos as conjunções e as locuções de mesma natureza que podem por meio delas inserir uma disjunção, por exemplo, no caso do *ou*.

A modalidade é também participante da engrenagem lógica, podendo apresentar diversas subdivisões e nuances. Para Charaudeau (2010), as modalidades estão inseridas numa asserção entre uma premissa e uma conclusão. Assim, poderão apresentar três perspectivas: o domínio do possível, do necessário e do provável. Nessa visão, construções como “é possível”; “é provável”, e outras. Não nos aprofundaremos aqui nos desdobramentos que o Modo Argumentativo vem apresentar a esse respeito, no entanto, trataremos no capítulo 3 um pouco mais sobre a subjetividade revelada por meio das Modalidades, então, voltaremos a esse tema.

Podemos resumir, então, os procedimentos da encenação argumentativa, cujos dispositivos são: Proposta, Proposição e Persuasão. A Proposta é construída pelo conjunto de asserções que se põem implícita ou explicitamente num texto. Isso significa que para haver uma proposta deve haver uma afirmação sobre algo ou alguém seguida de uma explicação. A proposição se configura em um questionamento a partir do momento que se toma posição direcionada a favor ou contra a proposta. Quanto à Persuasão, é possível dizer que ela evidencia os questionamentos desenvolvidos na proposição.

Para que esses procedimentos realizem um bom funcionamento da argumentação, o é necessário, como já dissemos, que os saberes partilhados sejam comuns aos parceiros do jogo argumentativo. Além disso, a posição ocupada pelos sujeitos, o contrato de comunicação estabelecido, a situação de troca, tudo isso estabelecerá o sucesso da argumentação.

Acreditamos que foi pertinente tratar até aqui os *Modos de organização do discurso* porque acreditamos contribuir para o entendimento do gênero Coluna. Dessa maneira, é possível construir o gênero textual revelador de marcas subjetivas em maior ou menor grau de comprometimento, como é o caso do gênero apresentado. Além disso, também, o gênero em apreço exibe a miscelânea dos diversos modos de organização em seu cerne, donde vimos tal necessidade.

Na seção que apresentaremos a seguir, discutiremos a respeito da conceituação de gêneros textuais e classificaremos os textos de Ancelmo Gois, publicados no jornal o Globo, por meio das características nos textos apresentadas.

A necessidade de busca por uma classificação se deve ao fato do gênero ser bastante atual e tendência na mídia impressa, como também, a justificativa de se vincular as discussões sobre gêneros textuais a imagens de si nas discussões. Além disso, este é um gênero que ainda

é alvo de muitos debates, pois revela a presença de mais de um Modo de organização do discurso, adaptando-se às circunstâncias sociais.

1.2 Discurso e texto

A noção que se tem de discurso é muito ampla quando tomamos por base os propósitos e usos para os quais se tem designado a palavra; no entanto, ao partir de um pensamento do senso comum, texto seria a materialidade escrita de conteúdo específico para fins de leitura. O que nos inquieta, porém, é em que medida ambos os significados se aproximam ao ponto de haver consonância a tal ponto que o uso se dê como sinônimos.

A partir disso, nas linhas a seguir, discutiremos as diferenças e as aproximações pertinentes ao sentido e propósitos que se tomam para cada um deles: discurso e texto e, também, a necessidade de discussão da diferença e posições que tomamos por entendimento de um e de outro.

Em algumas vertentes, que compõem a Análise do Discurso, os elementos “discurso” e “texto” são considerados, por vezes, sinônimos, principalmente, se tomarmos por perspectiva a Linguística Textual, cujo objeto de estudo são os entreamas da tessitura de um texto. Acreditamos que é a partir da influência dessa corrente no meio escolar e acadêmico que surgiu não apenas a aproximação, mas a adoção dos termos como pares.

A esse respeito Koch confirma parte de nossa hipótese com suas palavras iniciais a respeito do que venha a ser texto:

É sabido que conforme a perspectiva teórica do que se adote, o mesmo objeto pode ser concebido de maneiras diversas. O conceito de texto não foge à regra. E mais: nos quadros mesmos da Linguística Textual, a que tem no texto se objeto precípua de estudo, o conceito de texto varia conforme autor e/ou orientação teórica adotada. (KOCH, 2012, p. 25)

A autora, ainda, chama a atenção para o fato de que, apesar das diversas contribuições até hoje sobre o que seria a definição de “texto”, seja como “unidade linguística superior à frase” ou complexo de proposições semânticas, dentre outras definições, deve ser concebido como um resultado parcial das atividades comunicativas. Assim, propõe o seguinte ponto de vista: “textos são resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual

estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, de conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza.”(KOCH, 2012, p.26)

Dessa maneira, afirma seu ponto de vista conceituando texto por meio da realização verbal através de elementos linguísticos ordenados e direcionados a coenunciadores. Isso significa que um texto seria um ato de comunicação dentro das relações humanas diversas. Nesse sentido poderá se organizar distribuindo a informação semântica no todo textual em dois grandes blocos que se configuram em: dado e o novo. A relação estabelecida entre esses dois elementos e a disposição textual interferiria na construção do sentido textual. Dado, seria a informação dada, aquela que se estabelece na consciência humana, já novo seria aquele que se apresenta como algo nunca antes visto.

Por outro lado, para Fiorin (2012, p. 154.) há uma necessidade de se diferenciar os dois termos no seguinte conceito: “Discurso é do domínio da imanência; já texto se configura no domínio da manifestação.” Isso significa que um texto está subjugado ao plano da expressão enquanto discurso ao plano do conteúdo. A partir disso, discutamos primeiro o que seja texto, para partimos daquilo que consideramos concreto para o abstrato.

Ambos estão sob o domínio da enunciação. A grande questão está na materialização deste que pode ser construído sem que haja diálogo com nenhum outro texto, pois pode bastar em si mesmo. Isso se deve ao fato de um texto ser um todo dotado de sentido, que não necessita de outros textos para que este se construa. Para isso, é necessário, também, que a textualização esteja em cena e ative procedimentos importantes como a linearização e a elastização.

A linearização nada mais é do que a capacidade de se organizar as relações existentes entre espaço e tempo segundo a natureza do significante. Além disso, também estabelecer de que forma os elementos linguísticos assumem posições hierárquicas dentro do todo.

Os procedimentos de linearização textual são diversos como a sequenciação de acontecimentos ou a inversão desta ordem. O primeiro conta com os recursos linguísticos do uso dos advérbios e locuções adverbiais como “assim que”, “enquanto” e outros. Quanto ao segundo procedimento, isto é, a inversão da ordem dos acontecimentos, consiste em se quebrar a expectativa textual, contando os fatos do fim para o início dos acontecimentos. Para o conceito de *sequenciação*, apresentamos o seguinte exemplo:

Calma, gente!

Logo após participar do “Saia Justa”, em outubro de 2013, no auge daquela polêmica das biografias, a empresária Paula Lavigne deu queixa na polícia. Disse que alguém, pelo twitter ameaçara sua integridade física. (...)

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 16.06.2015)

Podemos perceber no exemplo anterior, o recurso textual da senquenciação, por meio de locução adverbial no início do trecho em destaque: “*Logo após participar do ‘Saia Justa’*”. O uso da locução temporal situa o leitor para o momento de ocorrência dos fatos conferindo maior progressão textual. Assim, como o próprio nome sugere, institui uma sequência lógica de tempo e espaço no texto para aumentar a fluidez do texto.

Quanto à elastização, isto é, a elasticidade textual, podemos dizer que é atributo por meio do qual se permite a equivalência semântica entre elementos de naturezas diferentes. Dessa maneira, é possível mesclar ou expandir sentidos como em caso de definições ou denominações de termos. O princípio da elasticidade dá origem a muitos recursos como a paráfrase, muito utilizada para se evitar repetições num texto.

Apesar de não ser necessário que nenhum texto esteja em consonância com outro para que seja construído e corporizado como afirma Fiorin, é possível que um texto dialogue com outros sem que haja problemas em sua composição, entendimento ou em seu objetivo final. A esse tipo de diálogo, nomeia-se intertextualidade como sabemos, muito comum na literatura, no jornalismo e em diversos meios.

O que de fato não devemos deixar de observar é que se um texto pressupõe um discurso, logo uma intertextualidade pressupõe um interdiscurso. Não podemos considerar a existência da premissa contrária como verdadeira, ou seja, a existência de um interdiscurso não implica a existência de uma intertextualidade.

Com efeito, quando uma relação dialógica está presente em um texto, há uma relação intertextual, porém nem todos os diálogos apresentados textualmente serão fruto desse tipo de manifestação, conforme afirma Fiorin:

Quando temos por exemplo um discurso indireto livre as duas vezes estão presentes no mesmo texto. Nesse caso, trata-se de uma relação intratextual. A intertextualidade diz respeito a relação entre mais de um texto; ocorre quando um texto se relaciona dialogicamente com outro texto já construído, quando um texto se encontra com o outro, quando duas materialidades se entrecruzam, quando duas manifestações discursivas se atravessam. (FIORIN, 2012, p. 154)

Em sua discussão sobre a necessidade de se diferenciar texto e discurso, Fiorin (2012) acrescenta que discurso pode ser analisado sob diversas perspectivas. Sendo assim, sob a ótica linguística, pode ser classificado como pertencente à ordem da imanência, isto é, ao plano do conteúdo como já dissemos outrora; do ponto de vista translinguístico, só existe em relação a outro discurso, dirige-se a um enunciatário e possui autoria, expressando, assim, valores e emoções.

Por outro lado, um mesmo discurso pode ser apresentado sob textos diferentes, pois discursivização difere de textualização. A discursivização procede por meio da tematização, figurativização, actorização, temporalização e espacialização. Ou seja, opera sob as categorias de tempo, espaço, atuação, temática e outros.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (1992) ressalta que um texto se configura como qualquer conjunto coerente da união de signos. Assim, sustenta que todo signo é carregado por consciência ideológica, já que é ao mesmo tempo coletivo e individual. É justamente o caráter coletivo do signo que é repleto de significados partilhados por determinada sociedade.

Na perspectiva de Bakhtin, texto e discurso são redundâncias de um mesmo conceito, ainda que não estabeleça dessa forma, fica evidente a partir de suas concepções acerca do signo ideológico. Obviamente, este pensamento a respeito da ideologia do signo contribui para as questões aqui discutidas, principalmente se considerarmos a perspectiva sobre a qual uma comunidade influencia o signo como um todo a partir de suas experiências individuais e coletivas.

Assim, um signo torna-se ideológico a partir do momento em que corresponde aos anseios socioeconômicos de uma determinada sociedade. Isso significa que um signo ser formado como tal precisa que, primeiramente, um grupo se perceba como unidade. Posto isso, nas interações desse núcleo comum, o signo se materializa em meio à comunicação social, pois é somente dessa maneira que existe. Fora esse ambiente, o signo é tão somente um objeto físico.

É por meio da ideologia veiculada nos signos linguísticos que os discursos dos diversos grupos nos seguimentos sociais são formados. Ainda que haja um entendimento comum, isto é, um discurso único (ou quase) a respeito das emblemáticas sociais em geral, dessa mesma sociedade se estratifica em grupos menores, formando, então, discursos ainda mais coesos. Isso se deve, principalmente, à formação do signo ideológico de Bakhtin, pois como num movimento cíclico contínuo influenciará o social em significados e *vice-versa*. Em outras palavras, o signo está condicionado através de marca indelével por sua época e, ao

mesmo tempo, por segmentos sociais. Qualquer mudança na organização social resulta na modificação do signo.

Dessa maneira, se a linguagem está presente em todas as relações humanas, isto é, nas trocas e interações dos indivíduos, ela será também a indicadora das tendências discursivas e das ideologias praticadas nos grupos sociais, pois se o signo é ideológico, o discurso também será. Nessa mesma medida, o signo será uma *arena onde se desenvolverá as lutas das classes sociais*. Assim, signo comporá discurso e este será sinônimo de poder de uma classe sobre outra, significando, então, que classes abastadas tentarão silenciar o discurso dos menos favorecidos a fim de que sejam ouvidas apenas uma causa: a dos dominantes.

Portanto, o discurso veicula ideologias e, dessa forma, é visto por Bakhtin como um instrumento de poder. Isso porque ele defende que o discurso possui uma natureza política, pois são mascaradas as reais intenções daquele que pertence à classe dominante. Da mesma forma, a necessidade de se chegar ao poder, se mascara por meio do discurso e se ajusta os sujeitos às necessidades daquilo que as classes esperam desse indivíduo.

Charaudeau (2007) assume uma posição semelhante à de Bakhtin na qual o conceito de texto será o resultado da produção de um ato de linguagem. Isso significa que se a interação for monológica ou dialógica ainda assim será materializada em um texto. A isso, Charaudeau (p.24) completa: “Entretanto ambos os casos concernem o discurso. É por isso que no estudo dos textos, sejam quais forem, partimos de nossas hipóteses gerais sobre o funcionamento do discurso, as quais constituem, aqui, um quadro de pesquisa [...]”.

Dessa maneira, o teórico francês reforça que é sempre necessário se considerar o contrato de comunicação vigente, ou melhor, no qual os textos estão inseridos. Deve-se ainda observar os espaços de estratégias da situação de comunicação, como sendo um espaço legítimo, ou de credibilidade ou, ainda, de captação. São esses elementos que determinarão o gênero textual e suas particularidades.

Maingueneau (2013), por outro lado, assume posição diferente quanto ao assunto. Postula que podemos chamar “discursos” aos enunciados solenes como os presidenciais, por exemplo, mas que qualquer uso restrito da língua pode ser caracterizado como tal, como o discurso religioso, político, administrativo etc. Há, no entanto, uma questão de aproximação de concepções acerca do que seja esse discurso. Primeiro porque muitos designam como um conjunto de textos realizados por determinado grupo ou também um sistema que permite produzir um conjunto de textos. Dessa maneira, a noção de discurso deve ser aquela que é entendida como “o sintoma de uma modificação em nossa maneira de conceber a linguagem”. (MAINGUENEAU, 2013, p.58)

Por esses motivos, sugere algumas características essenciais à construção discursiva. Esses conceitos não apenas permeiam o que seja discurso, como também são engrenagens cruciais a essa construção, as quais desenvolvemos a seguir.

É uma ação situada além da frase: o discurso é uma categoria superior à frase à medida que dela é constituído enquanto materialidade linguística, no entanto, são regidos por regras de ordens diferentes às que regem a frase, tais como as que governam um determinado grupo social.

Ao mesmo tempo, **o discurso é orientado.** Isso significa que todo discurso não apenas retrata determinado ponto de vista quanto à perspectiva do locutor, como também é orientado o sentido de que possuiu um objetivo, ou melhor, uma finalidade. Essa finalidade a ser atingida deve muito à linearidade discursiva, ou seja, um caminho traçado e não desviado em meio ao discurso. Obviamente, que a linearidade pode ser rompida por meio das digressões, mas que não impedem a orientação.

Dizemos que o discurso **é uma forma de ação** no momento que o ato de tomar a palavra implica agir sobre o outro. Em outras palavras, o “agir” significa que o locutor deseja modificar o comportamento de seu parceiro interlocutor à medida que interagem dialogalmente. Vamos além disso, a necessidade discursiva de agir sobre o outro não se restringe à interação face a face, mas também àqueles discursos nos quais o interlocutor está distante, ou é apenas imaginado, como no caso do discurso midiático.

Nesse sentido, se o discurso é uma forma de ação, logo também **é interativo.** Dessa maneira, a interatividade comunicativa quando se estabelece como relação comunicacional, estabelece-se também como uma situação de troca entre indivíduos que assumem posições enunciativas à medida que o jogo discursivo se desenvolve. Ao mesmo tempo, são instituídos dois parceiros para as trocas, um EU, enunciador e um TU coenunciador. Isso significa que o enunciador arquiteta o discurso em virtude da existência do coenunciador, seja ele real ou virtual. Por esse motivo, o sujeito coenunciador não pode ser classificado como um mero destinatário, pois se assim o admitirmos não há interação e a enunciação se dá em uma única via: EU para TU, mas nunca como uma troca.

Assim, todo discurso se estabelece em um dado momento do tempo e espaço. Sobre isso, dizemos que o discurso **é contextualizado.** Dessa forma, o discurso não existe sem um contexto, por isso a análise de frases ou enunciados soltos sempre é questão para debates. Podemos dizer então que o contexto compreende elementos necessários à interpretação discursiva como o ambiente físico da enunciação, o cotexto e o conhecimento de mundo. Esses três elementos garantem o sucesso das trocas languageiras.

O primeiro, também chamado de “contexto situacional”, diz respeito ao momento temporal em que determinada enunciação ocorreu; o segundo corresponde às imediações das sequências verbais de uma unidade na qual se é possível interpretar. Ele permite que se estabeleça uma sequência lógica entre os elementos do enunciado sem que para isso seja preciso se recorrer à repetição. Por último, o conhecimento de mundo, como o próprio nome sugere são os saberes acumulados e partilhados pelos indivíduos em suas memórias. Assim, no momento da enunciação, esses saberes são ativados para auxiliar na interpretação e na troca dos parceiros.

Por consequência, para haver discurso este deve ser **assumido por um sujeito**, isto é, todo sujeito será fonte de referência para que haja um discurso. Essas referências poderão ser pessoais, temporais ou espaciais. Em suma, é a partir das referências do sujeito que o discurso se desenvolve. Ao mesmo tempo, quando um discurso é assumido por um sujeito, indica que este tomou uma atitude em relação àquilo que se diz e, ao mesmo tempo, em relação ao coenunciador. A essa atitude diante do que é dito e como é dito chamamos modalização, como veremos adiante.

Devemos ressaltar, também, que um discurso não é apenas uma enunciação em um dado contexto entre dois parceiros de forma descompromissada e aleatória, mas, sobretudo, é **regido por normas**. Essas normas nada mais são do que um contrato de comunicação assumido durante o jogo comunicativo. Nesse contrato, a cooperação entre os parceiros só se dará efetivamente quando ambos seguirem as regras estabelecidas socialmente como, por exemplo, partilharem dos mesmos conhecimentos prévios. Elas estão estabelecidas no seio da sociedade vigente, portanto, um sujeito presume que o outro aceitará tais regras para participar dessa interação.

Por fim, podemos dizer que todo discurso é **considerado no bojo do interdiscurso**. Isso significa que nenhum enunciado é o primeiro a ser dito em uma cena enunciativa. Todos, até os mais criativos, são construídos a partir de outros enunciados, conseqüentemente, um discurso é criado e recriado a partir de outros. Ainda que cada gênero tenha uma forma única de apropriação para cada discurso, ainda assim estará em consonância com algo que já fora dito por outrem.

Nas próximas páginas, abordaremos como se configura o discurso midiático, mais precisamente o discurso jornalístico.

1.2.1 O discurso jornalístico e a instância da recepção

A seguir propomos mais um recorte em nosso trabalho. Ao seguirmos o debate sobre discurso, não poderíamos excluir a necessidade de se discutir a respeito do discurso construído no campo midiático, mais precisamente, o discurso de informação, já que este é nosso lugar de atuação.

Como não fugiria à regra, o discurso de informação, assim como aqueles que pertencem a determinado segmento da sociedade, possui características próprias. Dessa maneira, centra seu potencial no referente, ou seja, possui uma linguagem mais distanciada do enunciador e, por conseguinte, a subjetividade enunciativa é ocultada por vezes. Isso não quer dizer que não haja marca desse sujeito, apenas há uma ocultação da face do sujeito social por meio do uso da *não pessoa* no discurso jornalístico.

Maingueneau (2013) acrescenta que o discurso jornalístico/ informação leva vantagem sobre os demais discursos midiáticos porque, de certa forma, é legitimado antecipadamente pelo leitor quando compra o veículo impresso, por exemplo. Além disso, o discurso jornalístico se realiza como face positiva no leitor quando em uma de suas seções orienta-o e o conduz a determinado conhecimento como no caso de seções como de “saúde” e “boa forma”.

Para Charaudeau (2015), por outro lado, o discurso midiático é construído em uma lógica simbólica social em que as relações envolvidas são baseadas na *mis-en-scene* comunicativa. Assim, as instituições levam em consideração uma dupla lógica acional: lógicas econômica e semiológica.

A lógica econômica visa ao universo empresarial, ou seja, a informação tem por propósito ser um produto que atinja uma maior gama de público existente. Em outros termos, informação é um produto e deve ser vendido no mercado midiático. Já a lógica semiológica leva em consideração o fato de o órgão de informação ser um grande produtor de sentidos, donde se é possível se objetivar esse ou aquele entendimento sobre determinado fato.

O mundo midiático tenta com frequência criar a imagem para as instâncias que o gerem de que são distantes do poder e contrários à manipulação, opondo-se, portanto, às instâncias políticas e conseqüente discurso. Paradoxalmente, são políticos que usam as mídias para manipular a opinião pública, chamando o que Charaudeau observa como quarto poder:

Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública – ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação. (CHARAUDEAU, 2015, p. 17)

Dessa forma, a construção do sentido por meio da máquina midiática segue uma engrenagem que estabelece *três lugares de construção de sentido*: **Lugar de produção; lugar de construção do produto; lugar de condições de interpretação.**

O discurso como informação, então, está voltado para as condições de produção e recepção, ou seja, quem é instância que informa, de qual lugar informa, a quem informa. Somando-se a esses elementos, não há como apartar as engrenagens que movem essa produção de informação. Por isso, Charaudeau (2015) chama atenção para três elementos essenciais: a mecânica de construção de sentido, a natureza do saber e o efeito de verdade.

Com efeito, podemos dizer que o sentido é construído por meio da linguagem em um processo de troca social, mas só é possível ser percebido ao final desse processo. Assim, a semiotização construída se constitui num duplo processo: de *transformação* e de *transação*.

O processo de *transformação*, como o próprio nome antecipa, consiste em transformar o mundo posto em mundo significado, em outros termos, transformar acontecimentos em notícias. Por isso, o ato de informar participa do processo de transformação, pois é por meio deste que reporta os acontecimentos, identifica e qualifica os fatos e fornece ao outro uma possível causa desses acontecimentos. Tudo isso ocorre sob forma sob determinada ótica.

O ato de informar é também um processo de *transação*. Esse processo consiste na construção da influência do outro por meio de estratégias, baseado em alguns parâmetros como as hipóteses sobre quem seja esse outro; o efeito que seja deseja produzir nesse destinatário; a regulação que orienta o discurso e a relação que se pretende instaurar por meio dele. Assim, o discurso de informação é construído nesse processo de *transação* para criar um efeito de verdade, pois usa o aparato da influência psicossocial.

De tal modo que todo discurso representa antes a relação existente entre os indivíduos que a representação do mundo, pois as atividades de linguagem partem, como já nos referimos, da necessidade humana de atuar sobre o outro. No discurso de informação, portanto, o sujeito que informa só o faz mediante os fatores existentes na situação de troca.

Nesse sentido, podemos afirmar que por passar pelo processo de *transação etransformação*, nenhum discurso de informação será transparente, neutro ou factual, pois a partir de sua própria definição e constituição, ele depende do alvo a que se destina e as

condições de interpretação do receptor da mensagem veiculada. Em outras palavras, o discurso de informação está voltado aos elementos que o constituem como construção de sentido, além dos saberes envolvidos e partilhados nesse processo; efeitos de sentidos produzidos.

Os saberes são essenciais para a construção de qualquer troca humana por meio do exercício da linguagem. Dessa maneira, os saberes se configuram no exercício de olhar para o mundo ou de olhar para si. O primeiro consiste nos saberes de *conhecimento*, ao segundo fica a cargo dos saberes das *crenças*. A partir do propósito de uso da linguagem que se utiliza os saberes para interpretar e dar significação ao mundo visto com maior ou menor distanciamento conforme os objetivos de interação.

Segundo Charaudeau (2015), os saberes de *conhecimento* se constroem de diversas maneiras, pois é a forma que o homem encontrou de tornar o mundo inteligível. Assim, seja pela aprendizagem formal, ou seja, em instituições; seja por aprendizagem empírica, os saberes aprendidos são a engrenagem que tornam o indivíduo capaz de se relacionar de forma mais objetiva. Os saberes de *crença*, por sua vez, são os saberes que resultam da atividade humana subjetiva, isto é, residem na avaliação do mundo representado e, a partir disso, há uma tentativa de regular e normatizar esse mundo.

Ambos os saberes são construídos no processo de representação. Isso significa que são construídos por uma organização que, por meio de imagens, justifica atos e comportamentos, criando, assim modelos e categorias sociais. As representações, portanto, baseiam-se em observação das trocas sociais e constroem um discurso que justifique tais posicionamentos como regulação social. Desse modo, o discurso de informação passa por esse âmbito para criar os gêneros produzidos no meio midiático com efeitos de representação do real, ou seja, com efeitos de verdade.

É necessário esclarecermos, à luz de Charaudeau (2015), que os termos *efeitos de verdade* são produzidos no discurso de informação. Esse efeito consiste na capacidade de se acreditar em algo como verdadeiro. Isso significa que é um processo subjetivo e perpassa novamente pelo estatuto da *crença*. Além disso, o efeito de verdade surge a partir da interpretação subjetiva, da relação do indivíduo com o mundo, de ser algo que seja categorizável com as normas desse conhecimento. Portanto, o discurso de informação, cria efeitos de verdade no discurso que constrói junto ao público a que se destina.

Por esse motivo, o discurso de informação não pode ser encarado como forma ingênua de um comprometimento com a verdade e com o real, mas sim como um contrato social estabelecido por meio de relações econômicas e socioculturais. Assim, este contrato se

estabelece a partir de fatores que regulamentam a relação estabelecida entre mídia e público como a *identidade*, *finalidade*, *o propósito*, *dispositivo*, mas sobretudo, como é *o alvo* a ser informado.

Aidentidade trata-se de se conhecer o sujeito da troca comunicativa. Para isso, saber idade, sexo, profissão dentre outros traços que sinalizam as condições psicoógicas do indivíduo, parceiro na comunicação é necessário a essa construção. *Afinalidade*, por sua vez consiste no objetivo que se baseia a troca linguística dos parceiros. Em outros termos é ela que responde à pergunta: “Para que estamos aqui?” O *propósito* é a reunião em torno do conteúdo abordado, de saberes partilhados, por isso, corresponde ao universo que responde à pergunta: “Do que se trata?”. Finalmente, trata-se da condição em que se constrói o ato de comunicação. Em outros termos em que ambiente o ato de comunicação está se construindo. (Charaudeau, 2015)

Na instância de produção de informação, residem alguns atores que produzem a informação a ser veiculada no contrato. Assim, o jornalista não é produtor do conteúdo informativo, mas ele transmite a informação. Por esse motivo, desempenha o papel de pesquisador e fornecedor de informação. A fonte também é outro elemento que participa dessa engrenagem, podendo ser esta física, como uma testemunha ou institucional, como agências de imprensa, empresas etc.

Nesse sentido, o jornalista tem um papel contraditório no contrato de informação, pois dependendo do posicionamento assumido, sua função dentro da mídia mudará. Por exemplo, quando se coloca apenas como fornecedor de informação, é visto apenas como mediador, entretanto, é possível que desenvolva também o papel de revelador de fatos, intérprete de acontecimentos narrados ou, por fim, assumir o perfil didático de educador da opinião pública.

Na próxima seção, nos depreenderemos ao público a que se destina o material jornalístico: o alvo e quais são as condições de produção desse conteúdo.

A instância de recepção, por seu turno, deve ser observada com cautela, pois os alvos visados para cada mídia são distintos, ou seja, leitores e telespectadores não desempenham o mesmo papel no contrato de informação. Desse modo, estabelece-se uma problemática, porque mesmo que o destinatário seja comum ao suporte de transmissão, no nosso estudo, sejam leitores, não há como abarcar todas as identidades sociais. É por esse motivo que se tenta definir *perfis* a esse respeito, mas ainda assim não deixam de ser hipóteses sobre esses sujeitos.

Por sua dupla finalidade, a instância de recepção pode ser abordada de duas formas: por meio do alvo *intelectivo* ou através do alvo afetivo. O primeiro é capaz de avaliar e compreender a informação dada, ou seja, atribui-se a esse alvo a capacidade de pensar por si só. Já o segundo, o alvo afetivo, ao contrário, não avalia a informação recebida, pois é incapaz desse processo. Assim, está sujeito, segundo a instância midiática a reagir segundo as emoções sociais. É visando a esses alvos que o discurso de informação é construído para a atuação sobre os leitores de modo mais preciso. Receptor público, por exemplo, é um alvo que reconhece os elementos e o organismo que o informa. Por esse motivo, é visto como um alvo que é capaz de pensar.

Outro mecanismo de importância no contrato social fica a cargo do objetivo visado do discurso de informação midiático. Esse papel existe sob a tensão que Charaudeau esclarece serem duas visadas: *fazer saber e fazer sentir*. A primeira visada, fazer saber, é baseada na lógica cívica de informar o cidadão; o fazer sentir, por outro lado, baseia-se na lógica de consumo de captar as massas e eliminar a concorrência.

Ao fazer saber o cidadão, a instância midiática tenta informar ao cidadão os acontecimentos, mas também, é necessário se trabalhar com a verdade e, portanto, mais uma problemática se institui, pois, dependendo do que se atribua como verdadeiro ou falso pode implicar a credibilidade da instância midiática.

Além disso, o discurso jornalístico trabalha com o já dito. Isso se deve tanto pelo suporte que o ampara, quanto pela ocorrência dos fatos e sua reportagem desses fazer crer a partir dessa lógica quando os fatos não serem simultâneos. Além disso, é a escrita que se faz prova do discurso de informação, portanto, é tarefa árdua. Por isso a busca pela credibilidade é outra visada dentro da visada *fazer saber*. Em outras palavras, é necessário fazer *crer que o que é dito é verdadeiro*.

A credibilidade, portanto, é construída pelas instâncias midiáticas através de algumas estratégias discursivas, além do trabalho com a verdade, como já aludimos. A exatidão do dizer; a reconstituição dos fatos e a intenção do dito são alicerces à fundamentação da credibilidade.

Segundo Charaudeau (2015), quando se diz o exato significa que há coincidência entre os fatos e o tempo ou melhor, entre os fatos e o mundo exterior, portanto, é possível ser verificada a veracidade dos acontecimentos. Além disso, *autenticar* esses fatos por meio de fotos, confere veracidade ainda que não haja a simultaneidade.

Outra maneira é dizer o que aconteceu por meio da reconstituição dos fatos, sendo necessária ser a reconstituição o mais verossímil possível, pois, por se tratar de reconstituição,

a problemática apresentada é a veracidade daquilo que se conta. Por esse motivo, o recurso de analogia, uso de imagens, os testemunhos, é possível dizer o que aconteceu sem que a veracidade dos fatos fique comprometida.

A intenção, por fim, corresponde à transparência do discurso proposto pela mídia, não havendo, então, nenhuma forma de ocultação de informação ou segredo, sendo esse o papel da mídia de informação, desvelar o ocultado, o escondido. Por isso a denúncia; a entrevista e o relato de confissão são provas de que a mídia está comprometida com a transparência.

Devemos observar também que no contrato do discurso de informação o propósito para qual se destina tal discurso deve ser analisado. Atrelado a isso, o chamado, acontecimento e universo de discurso completam os elementos que são reunidos, que resultam na objetivação da informação. No entanto, devemos esclarecer que acontecimento sempre é construído, nunca é transmitido em estado bruto. Isso significa que todo acontecimento necessita de uma “filtragem” feita por um sujeito para que possa ser transmitido de modo inteligível.

Em vista disso, o duplo sujeito proporciona também a visão de desdobramento do acontecimento, pois, quando se desloca para intersubjetividade enunciativa a concepção de sujeito, temos, então um novo olhar sobre o acontecimento do acontecimento. Em outros termos, o sujeito produz um ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em significante. Dessa forma, ao receber esse acontecimento, o Tu interpretante transforma o acontecimento segundo sua inteligibilidade.

As circunstâncias de informação determinam a condição do discurso produzido. Assim, como todo ato de comunicação está condicionado a um determinado ambiente para sua realização, no mesmo sentido, cada mudança de ambiente implicará as condições do discurso produzido. Isso significa que seguindo o contrato estabelecido pela relação de troca, se associa a dispositivos específicos para realização do ato comunicativo.

Os dispositivos são o modo de pensar e articular os elementos para que dessa forma seja possível formatar a mensagem e, após isso, conferir-lhe um sentido. Todo dispositivo é, por assim dizer um apanágio complexo de elementos materiais, agenciados que são capazes transportar mensagem. Ao mesmo tempo, não devemos desconsiderar que, além do dispositivo, a mensagem é dependente do *suporte*, elemento que funciona como um canal de transmissão. No caso do discurso de informação jornalístico, o suporte é o jornal impresso, principalmente.

A imprensa, portanto, se ampara na relação de distanciamento existente entre o sujeito que escreve e o sujeito que lê. Essa relação se reforça por ser pautada essencialmente na

escrita. Ademais, a ausência física da instância de emissão com a instância de recepção reflete em lógicas específicas de representar o mundo. Por isso, é possível tanto retomar e recapitular o que foi lido como reescrever e reestruturar o que foi escrito.

É por esse motivo que a imprensa é uma mídia que não reproduz discurso produzido entre tempo e acontecimento, já que para cada momento, desde a produção de transmissão, há um tempo específico a ser cumprido para o acontecimento, a escritura, produção da informação e a leitura. Somado a isso, devemos atrelar o tempo de fabricação do produto em si, além do tempo de transporte. Até a chegada ao leitor, o distanciamento e as etapas não permitem a simultaneidade.

A leitura sendo o grande recurso do leitor, alvo da imprensa, o permite conceituar de forma mais analítica e hierarquizada. Assim, as operações desenvolvidas levam em consideração recursos de diferentes formas de raciocínio tanto textuais, quanto discursivos. Nesse sentido, Charaudeau (2015) afirma que essa mídia é eficaz por atrelar análise de comentários inseridos em gêneros específicos, como nos editoriais, e às narrativas cotidianas, como as manchetes desencadeiam no indivíduo um processo de inteligibilidade.

Finalmente, podemos dizer que o discurso de informação tem dura tarefa de suscitar interesse por meio da captação e da credibilidade, fatores esses que podemos comprovar através de análise em nosso *corpus* como veremos adiante. A seguir, discutiremos como os gêneros se estruturam.

1.3 Gêneros textuais – o que são?

O uso da linguagem com objetivos diversos segue a finalidade de não apenas comunicar, mas também da interação social. Para isso, os textos escritos ou falados apresentam determinadas características. Desse modo, agrupamos e nomeamos as apresentações dadas a esses textos. Sendo assim, gênero textual é, portanto, a manifestação material da encenação de um ato de comunicação. É por meio dos gêneros que manifestamos intencionalidades e objetivos de interação.

Para Bakhtin (1992), é a estabilidade apresentada nos textos durante um contínuo de tempo que caracteriza um gênero. O autor ainda divide ainda os gêneros textuais em Primários e Secundários. Os primeiros dizem respeito aos gêneros de maior interação comunicativa e, por tanto, sendo eles mais simples. Quanto aos segundos, mais complexos e,

obviamente, permitindo maior elaboração discursiva. Aos gêneros primários, caberia a fala mais espontânea e imediata, principalmente as que se dão face a face. Os gêneros secundários são direcionados por meio da escrita, isto é, a situação de comunicação se dá por via de maior fiscalização da estrutura da língua, exemplo disso são as poesias, contos, discursos políticos etc.

Segundo, ainda, este autor, é possível que um gênero se encontre dentro de outro gênero. Isso por que os gêneros complexos podem absorver os gêneros mais simples para propósitos discursivos. Para isso, temos as seguintes conclusões:

Os gêneros primários aos se tornarem componentes dos gêneros secundários transformam-se dentro destes e adquirem características particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios. (BAKHTIN, 1992, p. 282)

As palavras do autor provam a existência dos gêneros em consonância com outros, pois os gêneros nada mais são do que um agrupamento linguístico com características afins e, portanto, não são estanques, mas ao contrário, móveis e adaptáveis ao tempo.

Para Charaudeau (2010), como já mencionamos anteriormente, o discurso se organiza de quatro formas: *Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo*. É a partir deles que os gêneros se organizam textualmente, isto é, materializam-se. Para ele, o Modo Enunciativo comanda os demais modos de organização discursiva, pois é por meio da enunciação que um locutor se posiciona diante de seu interlocutor. Além disso, esse modo intervém na encenação dos demais modos, portanto, comanda os outros três.

Segundo o autor, os gêneros são frutos da finalidade de comunicação e, dessa forma, suas constantes permitem ser classificados segundo tal gênero. Assim, os gêneros tanto podem ser resultantes dos modos de organização como também serem coincidentes a eles. Um mesmo gênero pode apresentar mais de um modo de organização discursiva, como é o caso do discurso jornalístico, por exemplo. Note-se que o pensamento desse autor corrobora ao de Bakhtin.

Maingueneau (2007), por seu turno, além de debater mais amiúde a questão do gênero em si, chama a atenção para alguns aspectos relevantes sobre a construção de um gênero a que ele nomeia gênero do discurso. Um desses aspectos ressaltados são as chamadas *rotinas*. Essas são os comportamentos estabilizados que estão sujeitos à variação segundo as circunstâncias, mas que, aos poucos, estabelecem-se.

A finalidade para qual se destina um gênero do discurso é outra característica relevante a ser considerada. Isso porque todo gênero serve a um propósito, isto é, serve para dizer ou

fazer algo. A correta determinação da finalidade do gênero implicará o comportamento adotado pelo destinatário no recebimento do gênero do discurso.

A legitimidade, também, integra uma das características mais que determinantes, quando atrelada a outras para compor um gênero do discurso. Ela é necessária tanto para validar determinado discurso segundo aquele que o profere quanto invalidá-lo. Isso significa que a legitimidade está associada ao papel assumido pelos parceiros nos diferentes gêneros. Também se faz decisiva quanto à determinação de momentos e lugares escolhidos para alguns gêneros. Um discurso religioso, por exemplo, é mais legítimo e, por consequência, é tomado por verdadeiro, se proferido por um membro ordenado de determinada religião e em um templo específico.

Nesse sentido, o suporte material será elemento preponderante na configuração dos gêneros. Trata-se, por assim dizer, do meio pelo qual um texto se veicula. Assim, se for por meio oral, o suporte será as ondas sonoras. No caso de um texto escrito, o suporte será onde estará vinculado tal texto. Dessa maneira, ao se modificar o suporte material, modifica-se também o gênero do discurso. Isso porque seu ambiente e suas condições serão necessariamente afetadas.

Os recursos linguísticos, também, são cruciais quando o que está em relevância são os sujeitos e a finalidade do gênero do discurso. É necessário que os sujeitos envolvidos sejam dominantes de mais de um uso da modalidade da língua para que a finalidade do gênero possa atingir seu objetivo. Isso ocorre porque para cada tipo de atividade verbal há recursos linguísticos específicos como, por exemplo, as linguagens técnicas, as científicas e outras as quais um leigo não conseguiria dominá-las.

Marcuschi (2002), diferentemente da corrente francesa de Charaudeau, acrescenta a diferenciação entre discurso e texto, além de assumir a dicotomia “tipo textual” e “gênero textual”. Para ele, a tipologia textual reflete a natureza do material linguístico em sua composição como aspectos sintáticos, textuais, lexicais e outros. Além disso, a tipologia textual apresenta uma cadeia finita de estruturas que seriam: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

Quanto ao gênero textual, este autor postula que são textos materializados, encontrados diariamente com propósitos sociocomunicativos definidos por conteúdo, estilo e composição. Além disso, diferentemente da tipologia, os gêneros possuem infinitas possibilidades de representação, tantos quantos forem os objetivos do discurso.

Por esses motivos, a definição concreta de cada um dos gêneros textuais é trabalho árduo, pois a plasticidade da língua influencia o surgimento e o desaparecimento dos gêneros. Também é

por isso tamanha a dificuldade em se definir este ou aquele grupo. Assim, encontramos no Gênero coluna social uma matriz ao que tentamos estabelecer.

A seguir proporemos melhor abordagem para tal gênero, analisando-o a partir da estrutura textual, passando pela organização discursiva e, principalmente, pautada na perspectiva de gênero para estabelecer os limites deste.

1.3.1 O Gênero coluna: não só uma questão de opinião

Os textos por nós recolhidos e destinados ao nosso trabalho, a princípio, não se caracterizam por uma definição específica quanto gênero textual, se consultados alguns teóricos formais no assunto como, Marcuschi et alii. (2011) ou Charaudeau (2010). Mesmo assim, esse modelo apresentado em seção diária, assinada por Ancelmo Gois é frequentemente usado por outros jornalistas, no mesmo jornal ou outros.

Nossa intenção nas próximas páginas é a defesa de que a *coluna jornalística* não se traduz em um mero espaçamento nas capas de jornais, mas que, muito além disso, assumiu, com o tempo, as características e formalidades de um gênero textual. Além disso, é nosso intuito, também classificar o gênero a partir do conceito de coluna de opinião. Isso porque o texto em estudo apresenta tais singularidades que o definem como tal, por exemplo, a verticalização, a seção diária no espaço jornalístico.

Souza (2009), por sua vez, apresenta a definição de que o gênero *coluna* surgiu no Brasil por meio do “colunismo social”. O autor exhibe as características oferecidas no período colonial, no qual a partes dos jornais destinadas a comentar a vida social burguesa. Quanto ao nome do espaço destinado a esse assunto, deve-se à própria diagramação do jornal impresso, pois o espaçamento destinado a cada jornalista era medido em colunas verticais. “Assim quanto maior fosse o prestígio do jornalista, maior o número de colunas estaria disponível a ele.”(SOUZA,2009,p.165)

Ainda segundo Souza (2009), apenas com o passar do tempo que o jornalismo publicado em colunas assume normatização específica e características textuais para admitirem ares de um novo gênero no meio jornalístico. Aparentemente, há um crescimento desse gênero que aqui nomearemos, como dissemos, *coluna de opinião*.

Tal nome foi escolhido devido às características enunciativas próprias aos textos que se aderem ao formato coluna. Se Souza declara como imprescindível o fato de o gênero “coluna

de notas”⁴ ser veiculador de conteúdo jocoso, informar fatos diversos e coloquialidade presente nos textos, nós atentamos para esses mesmos fatos serem marcas do enunciador no discurso. Além disso, são essas as provas para que o discurso veicule um determinado olhar sobre determinado assunto, portanto, a opinião do autor.

É também importante salientar que muitos gêneros surgem a partir de outros, isto é, nenhum gênero textual aparece textualmente por si mesmo, mas usa como suporte outros que tenham núcleo comum ao seu. Assim, o gênero carta originou o e-mail; o e-mail, as mensagens instantâneas e assim por diante. Logo, o gênero *colunasocial*, com propósitos parecidos de entretenimento, origina a *coluna de opinião*. Este usando suporte parecido, o jornal, é veiculador de opinião e conceitos de um determinado autor. Além disso, ambos os gêneros se definem pelo aspecto da interação com o leitor e pela necessidade de maior interação. Para isso, Marcuschi reforça que:

Aspecto central no caso de gêneros mais emergentes é a nova relação que instauram com os usos da linguagem. Em certo sentido, possibilitam a redefinição de aspectos centrais na observação da linguagem, como por exemplo a relação entre a oralidade e a escrita, desfazendo ainda mais essas fronteiras. (MARCUSCHI, 2002, p. 21)

Não são apenas os fatores formais que definem um gênero, sejam aspectos linguísticos ou estruturais, mas um gênero pode surgir a partir de uma necessidade do próprio suporte ou meio no qual esse está inserido. Assim, colunas como as aqui descritas surgiram por meio de uma modificação através do tempo do próprio fazer jornalístico. Podemos dizer que a maior necessidade de interação tenha impulsionado a modificação de tais materiais textuais e aos poucos ter se dado o surgimento de um novo gênero.

O gênero *coluna*, então, define-se, a princípio, por seu aspecto estrutural verticalizado e a necessidade de apresentação de textos imagéticos para associação temática ao conteúdo. Isso significa que o uso da linguagem não verbal, atrelada à verbal (obviamente) é uma característica pertencente ao discurso jornalístico, mas que também é parte eficaz para esta definição. Além disso, devemos acrescentar o conteúdo temático e as marcas de enunciativas do escritor.

Essas marcas estão presentes nas escolhas linguístico-discursivas que sugerem maior intensidade dialogal ao gênero e, conseqüentemente, maior capacidade de interação ao texto. Nesse sentido, o conceito de modalidade também auxilia na definição aqui pretendida e expõe

⁴ O autor classifica textos como os de Ancelmo Gois, Patrícia Kogut, Jorge Bastos Moreno e outros como gênero textual “coluna de notas”. Nós, no entanto, adotaremos coluna de opinião.

o caráter opinativo veiculado ao texto. Logicamente, como já foi dito, um gênero pode apresentar mais de uma organização discursiva, ou melhor, mais de uma tipologia. O que enfatizamos, realmente, é que o aspecto opinativo auxilia na composição do gênero coluna.

Há, no entanto, outra problemática que surge ao se tentar deliberar a respeito do gênero: a existência de uma linha tênue que separa *coluna* e *crônica* dentro do espaço jornalístico. Por vezes, tanto a primeira, quanto a segunda são tomadas pelo público em geral ou, até mesmo pelos próprios autores, cujos trabalhos no jornal estão em espaços fixos, como sinônimas. O fato é que, ainda que tenham origens similares, o distanciamento entre uma e outra se faz por meio do entendimento da origem da crônica na Literatura e não no jornalismo.

Em sua tese de doutorado sobre os caminhos percorridos pelo gênero crônica, cujo título é “Do humor da crônica à crônica de humor”, Fabiana dos Anjos Pinto visitou o berço deste gênero até os dias atuais para esmiuçá-lo e abordar seu perfil. Além disso, discutiu, também, em uma seção do capítulo 3, as confluências e divergências existentes nos dois gêneros: crônicas e colunas. Por esse motivo, consultou o jornalista Pery Cota, cujo testemunho⁵ foi de grande contribuição ao seu trabalho, por isso, destacamos parte dele a seguir:

Para entender a diferença entre crônica e coluna é necessário enxergar a diferença entre literatura e texto jornalístico. Entre liberdade de criar e (ficção) e obrigatoriedade de buscar a realidade cotidiana dos fatos. Não bastasse isso, nem de longe o jornalista faz texto literário, nem mesmo sob forma literária por mais pobre que seja.

Quando trabalhava na Redação, os coleguinhas detestavam as críticas que eu fazia aos que se pretendiam intelectuais. Literatura é arte, **jornalismo é necessariamente escrever de formas simples, clara, direta, objetiva e concisa. Certamente com maior correção possível quanto ao Português, mas escravo da exatidão na informação que ainda precisa ser acessível a todos.**

Crônica é artigo assinado por escritores conhecidos e/ ou especialistas de notório saber específico. O texto é de livre criação e altamente subjetivo, mesmo quanto o tema escolhido e a narrativa exige rigidez científica. O texto pode ser até mesmo sobre nada, o pensamento voando sem rumo. Algumas vezes o jornal pode propor determinado assunto, nunca o enfoque e a análise, ambos de total liberdade do autor. As crônicas são mais conhecidas como “artigo assinado” ou “artigo de fundo” e ocupam espaço aberto nas páginas de opinião, editadas junto aos editoriais e cartas dos leitores.

Coluna é o espaço para o comentário do profissional com larga experiência em alguma área de cobertura jornalística. Ou seja, hácolunistas nas diversas Editorias do jornal: Política, Economia, Esportes etc. **As colunas (em espaço de uma coluna, duas ou até mais colunas) também trazem a assinatura do autor, algumas com o próprio nome dele ou nome fantasia. Esses comentaristas trabalham o texto em cima da notícia e fatos publicados pelo próprio jornal ou**

⁵ Esse texto é um e-mail destinado ao professor André Crim Valente. Cf PINTO, 2013. pg.220.

outros veículos da mídia. Mesclam opinião com informação, no desdobramento e sequência dos parágrafos.⁶ (PINTO, 2013, p. 220)

As palavras do jornalista Pery Cota são bastante ilustrativas a este trabalho, pois separa em dois campos distintos os gêneros coluna e crônica, principalmente, porque convergem ao encontro de nosso pensamento sobre coluna ser um gênero social já estabelecido nos jornais. Tanto isso é verdadeiro que o jornalista amalgama a noção de espaço a conteúdo quando diz que os comentaristas “mesclam opinião com informação”.

Os trechos os quais destacamos, no comentário do jornalista, podem ser exemplificados ao analisarmos a coluna de Ancelmo Gois como um todo, desde o título com o nome do próprio jornalista até o caráter opinativo ao noticiar os fatos diários.

Abaixo, separamos uma das colunas diárias, publicadas no jornal, dia 10.06.2016. Chamamos a atenção, também, para a presença de todas as características, apresentadas por Cota anteriormente ao dimensionar o que seja, para ele, “Coluna” nos textos de Gois. Acrescentamos, ainda, às suas palavras outros fatores que observamos serem pertinentes especificamente a esta coluna, como: a presença de colaboradores em situação secundária a Gois, fato que confirma seu prestígio; a relação de coesão estabelecida em mais de um *box* informativo; imagens ilustrativas centralizadas na coluna, normalmente, de um perfil feminino como podemos ver no exemplo a seguir:

⁶ Grifos nossos

Imagem 2 - Gois de papel

14 | O GLOBO | Rio | 2ª Edição, Quarta-feira, 10 de 2015

www.oglobo.com.br/ancelmo

ANCELMO GOIS

ANA CLÁUDIA GUIMARÃES, DANIE BRUNET, MARCIA VIEIRA E TIAGO ROGERIO

À ESPERA DE SOPHIA



Biografia em detalhes
Quem está em Brasília para assistir ao julgamento, hoje, no STF, do caso das biografias não autorizadas é Paulo Cesar de Araújo, cujo livro sobre Roberto Carlos foi proibido detonando uma onda de indignação. Caso o STF derrube a censura, como é esperado, "Roberto Carlos em detalhes" terá nova edição. Contado, não pela Planeta. O autor se sente abandonado pela editora espanhola em 2007, quando da proibição.

Segue...
O mais provável é que a biografia saia pela Companhia das Letras, que publicou o livro "O rei e o rei", ano passado. Nê, Paulo Cesar narra toda a história da censura.

Alliás...
A tarefa mais difícil no julgamento de hoje, no STF, cabe a Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, advogado de Roberto Carlos. No plenário, ele vai dizer que é um desafiante falar em censura quando o que se busca é a garantia de um direito, no caso o da privacidade. — Censura é querer proibir o cidadão de ter acesso ao fidejucário.

Garoto-propaganda
Há seis anos como editor-chefe e apresentador do Globo Esporte de São Paulo, Tiago Leifert deixará o jornalismo em julho. Vai trabalhar na área de entretenimento da TV Globo, sob a direção de Boninho. A troca permite a Tiago atuar como garoto-propaganda, como ocorreu com Flávia Bernardes.

Operação abafa
Há uma articulação em marcha para desmiliagiar a CPI da CBF no Senado. O desmanche passaria pela escolha do senador João Alberto de Souza para presidir a comissão. Ele é do Maranhão, ligado a Sarney, cujo filho, Fernando, é vice-presidente da CBF.

A encrenca das polacas
Os documentaristas Sergio Rotzenblit e Ricardo Kauffman estão mesclando num artigo tabu da comunidade judaica: a máfia dos cafetões judeus, que, segundo eles, dominou a prostituição na Argentina e no Brasil, entre 1870 e 1950, explorando mulheres judias da Europa Oriental, as polacas. — Teve um delegado lá que criou esta história toda. Eram moças pobres, famílias numerosas, sem dote para casamento e sem profissão. Claro que uma ou outra pode ter sido "reganada". Mas não foi a regra.

Só que...
A historiadora Beatriz Klashniz, a autora de "Baile de máscaras", diz que esta máfia dos cafetões judeus é uma invenção do antissemitismo argentino. — Teve um delegado lá que criou esta história toda. Eram moças pobres, famílias numerosas, sem dote para casamento e sem profissão. Claro que uma ou outra pode ter sido "reganada". Mas não foi a regra.

O show da Rio 2016
Dilma e Mercadante encontraram, terça, um tempo para ouvir o plano do cenógrafo Abel Gomes para as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos ano que vem. Como se sabe, na Copa, essas festas foram frustrantes.

Na terra de Fidel
Marcos Valle mal chegou dos EUA, onde cantou no Rock in Rio de lá, e já embarcou para Cuba. Apresenta-se, hoje, com músicos brasileiros e cubanos, no Teatro Mella, em Havana. Dos 1.500 lugares, 500 estão desmiliados a estudantes de música.

Zona Franca
Lilja Schekler dá o curso "Grupo Zero: em busca do futuro", hoje, na Fundação Eva Klabin. Gabriel Di Biasi fala, hoje, sobre o Marco Legal da Biodiversidade, em evento da Fiap. O Sanebr Copacabana recebe o Google Mobile Day, hoje, às 15h. Hoje, no Memorial Getúlio Vargas, será lançado o "Livro(s) do desassossego".

Forno quente
A CSN voltou a ficar quente, para usar uma expressão daqarla Irincadeira "quente e frio", na tentativa de compra da CSN, agora usina além na Baía de Sepetiba, que, hoje, produz mais prejuízo que aço. O governo fluminense, que embriava com Benjamin Steinbruch desde que ele transferiu a sede da CSN do Rio para São Paulo, agora apóia o casamento.

A ponte do aço...
A aproximação entre Pezão e Steinbruch vem sendo pavimentada pelo ex-ministro Ciro Gomes, que hoje trabalha para o empresário. Nesta nova fase light, a CSN se comprometeu a saldar dívidas com o fisco fluminense que vinham sendo questionadas na Justiça.

CPI na Alerj
Mesmo com a decisão do STF de queitar o sigilo telefônico de Pezão e Cabral por causa da Lava Jato, Marcelo Freixo (PSOL), o deputado, está tendo dificuldade em criar uma CPI na Alerj. — Que a bancada do governo não apóie a CPI, eu entendo. Mas nem o PT nem o PM de Garibaldi qüerem assinar.

Faroeste caboclo
Segunda, o Órgão Especial do TJ do Rio decidiu, por 21 votos a 4, instaurar processo por infração disciplinar contra o juiz Isão Batista Damasceno, acusado de apontar uma arma para um desembargador. O presidente do TJ, Luiz Fernando de Carvalho, chama o episódio dentro do prédio do tribunal, de faroeste caboclo.

Calma, padre
O padre espanhol Francisco Xavier, na missa das crianças da Igreja Nossa Senhora da Iressarração, no Rio, domingo, falava sobre demônio quanto soltou a pérola: — Vícios, viciações, devem ser percebido: em toda aula tem aquele menino que faz arte, que provoca a professora...

Fonte: Anselmo Gois, O Globo, 30.06.2015.

A Primeira característica que destacamos salientada por Pery Cota é: “**Coluna é o espaço para o comentário do profissional com larga experiência em alguma área de cobertura jornalística.**”

Não é possível comprovar tal especificidade acima por elementos linguísticos ou imagéticos, já que, em nenhuma seção do jornal *O Globo*, há menção de quanto tempo os jornalistas, escritores e outros colaboradores estão com seus espaços. É possível sim, a partir do confronto com as palavras acima, supor tal característica. Pois, se *coluna é o espaço para profissionais com larga experiência*, logo, não seria possível Anselmo Gois manter seus textos em publicação diária, se este não fosse seu caso.

Fomos consultar, porém, se há possibilidade de nosso argumento anterior ser refutado. Por esse motivo, investigamos a trajetória jornalística de Anselmo Gois para comprovar a credibilidade de nossa dedução. Eis que na sua página oficial da rede social *Facebook*, página que também publica os conteúdos de maior relevância de sua coluna do jornal e o auxilia na

interação com o público, há uma breve descrição do caminho percorrido pelo jornalista até o jornal. Destacamos abaixo:

Ancelmo Gois, 67 anos, é, modéstia a⁷ parte, sergipano de Frei Paulo, casado com Tina, pai de Antonio e Bia, avô de Carol, Francisco e Rosa. **Começou no jornalismo por volta de 1963 na Gazeta de Sergipe.** Preso político no AI 5, em 1968, saiu clandestino do país e foi viver em Moscou com o nome de Ivan Nogueira. **Voltou em 1970 e foi para o Rio empregando-se na Editora Abril.** Trabalhou na revista técnica "Máquinas e Metais" e, mais tarde, na revista "Exame". Da "Exame" transferiu-se para a revista "Veja". **Em 1985, passou para o Jornal do Brasil, onde permaneceu até março de 1991.** Foi titular da coluna Informe JB, editor do caderno Cidade e editor geral de política e economia. Voltou para "Veja" em 1991 para dirigir a sucursal da revista no Rio e editar a coluna Radar. Em 2001 participou de um grupo na internet que criou a revista eletrônica "NO". **Desde setembro de 2002 é colunista do GLOBO** -- onde também tem um superblog e twitter @Ancelmocom. Gosta de carne do sol, carnaval, cuscuz de milho, livros, suco de umbu, Luiz Gonzaga e de uma sombra e água fresca na rede – não necessariamente nesta ordem. (www.facebook.com/AncelmoGoisOGlobo/about/)

Os trechos em negrito correspondem ao tempo e ao trabalho desenvolvidos pelo jornalista desde o início de sua carreira até agora. Destacamos o fato de estar na função há mais de quatro décadas e ter trabalhado durante longo período em jornais de prestígio como o extinto Jornal do Brasil. Ainda se consideramos apenas sua entrada no jornal atual, O Globo, lá se vão quatorze anos de textos diários. Isso comprova a chamada “larga experiência” por Cota.

Outra especificidade apresentada por Cota a qual destacamos é: **“As colunas (em espaço de uma coluna, duas ou até mais colunas) também trazem a assinatura do autor, algumas com o próprio nome dele ou nome fantasia.”** Como podemos notar na imagem a cima, destacada do Acervo *O Globo*, cujo conteúdo se mantém *ipsis litteris* ao conteúdo e formato do jornal impresso, a coluna possui o nome do autor em destaque, encabeçando a página. Além disso, sua foto, endereço de seu *blog* permanecem junto ao nome. Elementos esses, que conferem maior credibilidade ao texto que será publicado.

A próxima nuance apresentada se refere ao conteúdo apresentado. Observemos: **“Esses comentaristas trabalham o texto em cima da notícia e fatos publicados pelo próprio jornal ou outros veículos da mídia”.** Essa afirmação pode ser verificada logo de início no primeiro informe, no *box* textual à direita, cujo título é “Biografia em detalhes”. Neste pequeno noticiário, há a presença de texto informativo a respeito da polêmica existente

⁷ Deixamos o texto na íntegra, sem nenhuma forma de correção. Por isso, mantivemos o equívoco relativo ao acento grave.

em torno das biografias não-autorizadas, mais especificamente, sobre a biografia do cantor Roberto Carlos escrita por Paulo César de Araújo.

A última característica que destacamos na fala de Cota é a seguinte: “**Mesclam opinião com informação, no desdobramento e sequência dos parágrafos.**” Vejamos como se desenvolve no trecho em destaque retirado da coluna exposta anteriormente:

Forno quente

A CSN voltou a ficar quente, para usar a expressão daquela brincadeira “quente e frio”, na tentativa de compra da CSA, aquela usina alemã na baía de Sepetiba, que ,hoje, produz mais prejuízo que aço.

O governo fluminense que embirrava com Benjamim Steinbruch desde que ele transferiu a cede da CSN do Rio para São Paulo, agora apoia o casamento.

Ancelmo Gois, O Globo, 30.06.2015.

No trecho anterior, grifamos as passagens que julgamos serem pertinentes à opinião do autor. Isso porque apesar de o colunista veicular uma notícia pertinente à situação político-econômica do Rio de Janeiro, emite sua opinião modalizada por meio de suas escolhas lexicais.

No primeiro parágrafo, há uma inserção subjetiva na qual o autor avalia por meio de um comentário a qualidade da indústria CSN: “produz mais prejuízo que aço.” Neste comentário, a introdução da palavra prejuízo confere ao enunciado um caráter negativo e avaliativo, já que não há como comprovar a veracidade dessa avaliação. Isso porque diferentemente de outros gêneros apresentados no meio jornalístico, por exemplo, a reportagem, os fatos são comprovados por meio de imagens, provas materiais, entrevistas fotos entre outras. Aqui, ficamos apenas, com as palavras do colunista e sua credibilidade.

Grifamos também, no segundo parágrafo do trecho, a palavra “embirrava” cujo significado está entre *desobedecer e teimar*. Da mesma maneira que no parágrafo anterior, há a pertinência de um juízo de valor com a escolha do verbo em destaque. Neste parágrafo, porém, refere-se não mais à Companhia Siderúrgica Nacional, mas ao Governo do Rio de Janeiro. Essa avaliação feita por meio do verbo “embirrar” sugere o olhar do enunciador em relação ao referente, isto é, o governo do Rio, visto que a escolha lexical permeia o campo semântico das ações infantis como “teimar” e “desobedecer”.

Pinto (2013), no entanto, apresenta diversas observações em sua tese a respeito do colunismo no Brasil, além do exposto anteriormente, em cujas páginas nos debruçamos não

apenas para nos inspirar, mas também, para buscar material de cunho teórico. No entanto, a autora assume uma posição contrária, mas condizente ao seu trabalho e favorável ao gênero “crônica”. Assim, Pinto designa o termo “Coluna” para espaço destinado a texto no jornal.

José Marques de Melo, no entanto, em seu livro *Jornalismo opinativo*, esclarece que as chamadas “colunas de espaço” surgem muito antes que as “colunas sociais”. Segundo ele, foram baseadas na imprensa estadunidense do século XIX, devido a uma demanda crescente perante ao público leitor, carente de maior pessoalidade nos jornais. É a partir disso que as *colunas*, dotadas de maior caráter subjetivo, passam a se corporizar como gênero, devido a uma demanda social.

O gênero também tem uma especificidade quanto a sua característica formal, pois, originalmente, não passava de 800 palavras, hoje foram reduzidas a apenas 500. Além disso, o gênero *coluna* pode ser subdividido, pelo menos, em quatro grandes subgêneros segundo a disposição de conteúdo a serem veiculados na seção: coluna padrão, coluna miscelânea, coluna mexericos, coluna sobre os bastidores da política.

A *coluna padrão* possui por característica básica noticiar assuntos editoriais de pouca importância. De forma bastante superficial, sugeria tendências ou julgamentos e não ultrapassava pouco mais que um parágrafo. A coluna padrão, de forma clássica, englobava o *editorial* do jornal.

Coluna miscelânea é aquela que não possui uma característica uniforme, pois configura a organização discursiva entre a prosa e o verso. Além disso, aborda uma gama de assuntos muito variados e não se prende a uma tipologia gráfica. Há também como uma de suas principais características a presença constante de humor.

O terceiro subgênero é o chamado *coluna de mexericos*. Esse formato se configura por centrar as temáticas em personalidades de grande relevância social, como políticos, famosos, artistas e outros. Divulga assuntos íntimos a esses, fazendo elogios ou censuras a fim de que imponham sanções sociais. Este tipo de coluna, passou com o tempo se subdividindo em outras mais específicas como cinema, teatro, música, esporte etc.

A quarta classificação: *coluna sobre os bastidores da política* é aquela que, apesar de próxima a anterior, situa o leitor sobre os acontecimentos ocorridos nos bastidores do cenário político, até por esse motivo, por não se aprofundar em assuntos de caráter pessoal, confere um *tom*⁸ de maior seriedade que a outra coluna a que se assemelha.

⁸ Termo usado por Maingueneau.

Quanto à questão da ambiguidade, presente no campo do jornalismo, a respeito do termo “coluna”, Melo esclarece que há uma problemática no que tange à caracterização acerca do colunismo no jornalismo no Brasil e é, a partir disso, que nasce a noção abrangente para designar *coluna* qualquer espaço fixo em locais específicos no jornal como: a crônica, a opinião e até a resenha; mas que por existir essa mesma ambiguidade existente entre os limites do que seja um gênero e outro, há muitas pessoas que preferam adotar o termo “seção” para os demais gêneros.

Para este autor, o gênero ocupa um espaço nas páginas do jornal que antes do advento do rádio e televisão era ocupado pelo jornalismo impresso para o *furo*. Isso porque *coluna*, assim como aquele de outrora, mescla notícias inéditas, fatos e ideias se antecipando em relação a outras partes do jornal.

Atualmente, *coluna* se configura em textos de múltiplas temáticas e, dessa forma, costura textualmente uma colcha de retalhos na qual o todo fabrica as diversas notícias de curto corpo, mas é justamente, sua estrutura textual, combinada em curtas caixas informativas que confere *status* de relevância no jornalismo impresso.

Melo, entretanto, acredita que *coluna* não se limita a apenas um espaço no jornal, visto que possui caráter informativo, e, sobretudo, que apesar disso, o autor desta emite um juízo de valor a respeito dos fatos noticiados. Mesmo que esse juízo de valor seja sutil, há a presença de um caráter opinativo, pois, a partir do momento em que o autor seleciona os fatos e os personagens, revela, assim, uma característica subjetiva e intencional. Ele acrescenta:

A coluna tem fisionomia levemente persuasiva. Não se limita a emitir uma simples opinião. Vai mais longe: conduz a opinião pública veiculando a versão dos fatos que lhe darão contorno definitivo. (MELO, 2003, p. 142)

Essa personalidade informativa é bastante peculiar ao analisarmos as colunas de Gois, pois não apenas há o fato relatado com os elementos pertinentes à notícia como local, personagens envolvidos, acontecimentos, mas, sobretudo, há pertinente inserção subjetiva do redator. Prova disso, são as constantes avaliações, inserções, ironias e outros índices de subjetividade. Para ilustrar, vejamos então, um exemplo:

No mais

*Uma forma de desqualificar a multidão que voltou às ruas contra Dilma é **pinçar frases estúpidas** no meio das passeatas – como as que pedem a volta da ditadura ou defendem Eduardo Cunha.*

Isso pode afagar a alma carente de algum petista, mas não resolve o problema de apenas 7,7 % dos brasileiros apoiarem o governo.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 18.08.2015)

Notemos que esse pequeno informe limita-se a ser um comentário, emitindo assim uma opinião a respeito dos fatos do que noticiar um acontecimento. Dessa maneira, entra em conformidade com as palavras de Melo em diversos pontos, mas principalmente, a respeito da “orientação da opinião pública”.

O texto é iniciado por meio de uma premissa: “Uma forma de desqualificar a multidão que voltou às ruas contra Dilma é pinçar frases estúpidas no meio das passeatas”, portanto, já é possível prever que a articulação será argumentativa, pois para iniciar sua tese seleciona o verbo “voltar” o qual sugere um conteúdo pressuposto, isto é, “a multidão já esteve nas ruas contra Dilma em outra ocasião”.

Ainda sobre o conteúdo direcionado na premissa, a orientação persuasiva para que se refute o argumento adversário está em minimizar seu impacto ou, simplesmente, anulá-lo. Nesse caso, a continuação da frase: “é pinçar frases estúpidas no meio das passeatas” Notemos que o verbo selecionado é “pinçar”, derivado do substantivo “pinça” cuja utilidade é a de arrancar pela raiz pequenos pelos ou catar objetos minúsculos. Logicamente, “pinçar frases estúpidas no meio da passeata” confere ao argumento do adversário nulidade.

Os exemplos que se seguem auxiliam na argumentatividade cujo objetivo maior é a orientação da opinião pública. Em:– “como as que pedem a volta da ditadura ou defendem Eduardo Cunha.” Perdem a força argumentativa de autoridade para em virtude do enunciado que os anuncia com o verbo “pinçar”. Isso, obviamente, pensado, mediante ao intento maior implícito: a insatisfação pessoal diante do governo Dilma.

No segundo parágrafo, o articulista inicia sua argumentação utilizando a estratégia da expectativa para finalizar e refutar quais outros possíveis argumentos adversários. Dessa maneira retoma o que já foi dito por meio do pronome *isso* em: “Isso pode afagar a alma carente de algum petista” e se posiciona com uma inserção subjetiva, na qual avalia simpatizantes os Partido dos trabalhadores cujas almas são carentes em seu modo de observar.

Ao término do enunciado, quebra a expectativa antes introduzida por meio do conector *mas* em: “mas não resolve o problema...” O enunciado continua em construção ao argumento derradeiro quando, finalmente, há a utilização do operador *apenas*, em: “**apenas** 7,7 % dos brasileiros apoiarem o governo conferindo ao todo”. Conferindo aos dados apresentados,

novamente, menor relevância e gerando impacto ao que se projeta como orientação da opinião pública.

Chegando ao término deste capítulo, acreditamos ter apresentado diversos argumentos para a defesa do gênero sobre o qual nos debruçamos. Além disso, debatemos os percursos feitos desde a enunciação até a conceituação sobre os gêneros textuais para que pudéssemos ter um contorno a respeito desse gênero. Dessa maneira, acreditamos ter confirmado nosso ponto de vista que o gênero coluna por sua pertinência jornalística e destaque como tal, não é mais apenas um espaço destinado a textos diversos, como corriqueiramente se classificou até agora.

No próximo capítulo, portanto, debateremos em que medida se constrói a imagem de um orador para o público escolhido. Dessa forma, abordaremos diversos olhares e entendimentos do que seja ethos. Assim, acrescentaremos mais uma etapa em direção ao nosso objetivo aqui já evidenciado.

2 ETHOS: UMA PALAVRA, VÁRIAS PERSPECTIVAS

Iniciamos este trabalho apresentando a noção que se tem sobre o conceito de *ethos* e que há muito vem sendo objeto de pesquisa das diversas correntes, tanto da Análise do Discurso quanto de muitas outras perspectivas de investigação linguística. Assim, desde que Aristóteles situou este como sendo um dos elementos para a construção argumentativa do bom orador, as pesquisas linguísticas tentam estabelecer os limites existentes entre *ethos* e os demais elementos da retórica: *pathos e logos*.

Em a *Retórica*, o *ethos* se traduz no conceito de que o orador deve persuadir o auditório pelo caráter que apresenta e, por isso este deverá ser honesto, bom, compassivo se quiser convencer o auditório, a ágora. Por esse motivo, seus argumentos deverão ser válidos. É pelo caráter que se seguirá a persuasão, ou seja, o *ethos* será determinante para a adesão do destinatário e, conseqüentemente, responsável pelo sucesso da oratória.

A partir das próximas páginas, discutiremos as diversas perspectivas sobre esse tema, desde a retórica clássica, para que possamos fundamentar melhor a proposta de nosso trabalho.

2.1 Da retórica ao ethos: as contribuições clássicas

A linguagem sempre foi parte da essência humana desde que o homem aprendeu a falar e a dominou como uma técnica. Assim, os antigos povos fizeram dela uma arte, já que antes se reuniam em volta de fogueiras e, ao passar dos anos, as competições, os festivais de eloquências surgiram como forma de demonstrar sabedoria e amor à pátria e aos costumes dos ancestrais. É assim, que oralmente, se mantiveram vivas as narrativas grandiosas de diversos povos antigos. Muitas se perderam, porém, a que nos chegou atribuímos ao poeta grego Homero (IX ou VIII a.C.). Talvez este tenha sido o primeiro orador grego de renome.⁹

Com a *Ilíada* e a *Odisséia*, que tanto fascinaram seu povo pelo ritmo e sonoridade, mas sobretudo a capacidade da organização de se fazer viva na memória pelas gerações. É só

⁹ Nos baseamos além do nosso conhecimento de formação acadêmica também no prefácio de Manuel Alexandre Júnior in: *Retórica, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, como também nas leituras de Jean Pierre Vernant (2002) e Albin Lesky (1995)*

mais tarde, no entanto, com mudanças no cenário político que surge o gosto pela arte de persuadir por meio da fala, ou seja, pelo discurso. Não se sabe ao certo se é a partir de Agrigento, um filósofo pré-socrático ou Córax e Tísias os primeiros escritores a escreverem um tratado sobre retórica em meados do século V a.c, na Sicília. O que importa, afinal, que data deste período a introdução da retórica como arte de persuasão nas conquistas das lutas sociais dos antigos gregos.

É a partir disso que surgem os sofistas e os *didaskalós*, mestres para ensinar jovens abastados dentre diversas atividades a arte de persuadir em público. Assim, esses professores terão como princípio ensinar aos seus pupilos objetivos e verdades, justificando com embasamento teórico para que, aos poucos, toda a comunidade grega passe a conceber tais valores como os princípios fundamentais da retórica grega. Alguns desses princípios são os estudos da gramática da língua, das técnicas de argumentação, de teorias sobre persuasão a fim de que, dessa forma, pudesse ser possível ser vencida qualquer tipo de debate público.

Essas atividades passaram a fazer parte da vida do homem livre grego, do *polítes*, pois era assim que se construía um real cidadão. Muitos dos pensadores, cujos escritos nos chegaram, foram cunhados nesses moldes, como Lísias, Isócrates, Demóstenes e outros, mas é somente com Aristóteles que era filósofo e não *retor*, ou se quer sofista, que a arte retórica passa a ser cultivada com maior afinco e moldará as bases da retórica até os dias atuais. Veremos adiante, então, esses desdobramentos.

2.2 O *ethos* aristotélico e a arte de persuadir

Aristóteles definiu a retórica como a capacidade de um indivíduo adequar a persuasão ao momento discursivo. Será necessário, portanto, que o orador adeque seu discurso ao público. Por isso, o filósofo adverte: *O estilo apropriado torna o tema conveniente, pois por paralogismo o espírito do ouvinte é levado a pensar que aquele está a falar diz a verdade.* Aristóteles, *Retórica*, III, 1408b.

A partir disso, os postulados aristotélicos passam a fazer parte da vida cotidiana do indivíduo comum, isto é, todos os homens livres deveriam dominar tais técnicas. Dessa mesma forma, a quem se deve persuadir, o auditório, também poderá ser um indivíduo comum, portanto, fácil de engendrar, segundo ele.

É pela a fragilidade do auditório e capacidade de influenciá-lo que Aristóteles considera ser necessária a retórica, pois nem sempre a justiça, a verdade, quiçá as ciências serão provas suficientes para conquistar esse público, já que como dito, é de julgamento flexível. Por isso, desenvolve *provas* que auxiliarão na persuasão do orador: as provas técnicas e as não técnicas.

As provas inartísticas são aquelas que podem ser produzidas, principalmente as referentes ao discurso judicial, como testemunho, documentos, confissões por torturas e outros. As que nos interessam, no entanto, são as provas produzidas pelo discurso, aquelas que são habilmente desenvolvidas pelo orador. Elas serão conhecidas como os elementos indissociáveis à persuasão: *logos*, *pathos*, *ethos*.

Esses três elementos indicam mais precisamente a quem o efeito do discurso se direciona. Dessa maneira, o *logos* é da competência discursiva, isto é, os efeitos que o próprio discurso pode demonstrar como um todo. O *pathos* reside nas emoções suscitadas no auditório por meio do discurso e como este auditório se dispõe diante dela. Quanto ao *ethos* (é este o elemento que nos interessa), dispõe sobre o caráter moral do orador e a imagem criada durante seu discurso.

É sabido que Aristóteles se dedicou mais ao *logos* que ao *ethos*. O *ethos*, no entanto, na maioria das vezes persuade o auditório, pois como já evocamos, as provas materiais, nem sempre são suficientes. Portanto, o orador persuade pelo caráter, ou melhor, pela imagem quando deixa transparecer aquilo que seu auditório imagina que ele fosse, ou ainda, por aquilo que o auditório acredita ser advindo de seu caráter. Por isso, se é digno de confiança, seu discurso será permeado de elementos que criem uma imagem aprazível, de forma que suas palavras transpareçam a prudência e a verdade.

Na *Retórica* aristotélica, persuade-se pelo *ethos* quando um discurso é proferido de tal maneira que deixa transparecer a impressão de que o orador é digno de fé. Um bom orador, então, deverá ser portador das seguintes características segundo a *techné*: prudência, benevolência, virtude. Esses elementos, segundo Eggs (2011), são ligados cada um a uma das partes do discurso. A prudência ao *logos*; a virtude ao *ethos* e a benevolência ao *pathos*.

Como prudência, ou *phónesis*, característica segundo a qual o orador deverá ter a capacidade de forma prática de dar conselhos razoáveis, ou seja, apropriados às situações concretas. Assim, se o auditório perceber que esta característica é parte de sua virtude, então, a persuasão pela *phónesis* será concretizada.

Quanto a *areté*, avirtude, esta é a que mais nos interessa, já que está ligada mais intimamente ao *ethos*. Isso porque é um elemento característico ao componente, pois

Aristóteles vai defini-lo como inatos a determinados indivíduos, portanto “natural”. Obviamente, devemos questionar este conceito, pois está pautado nas condições de criação e nascimento deste, logo não são inatas. Há, também, aquela que se dá por meio de mérito, isto é, aquela que poderá ser aprendida durante a vida.

A benevolência, por sua vez, ou a *eunóia*, pode ser entendida como a capacidade do indivíduo demonstrar compaixão por outrem ou até de ser amável com seus ouvintes. Eggs (2011) salienta, ainda, que se trata de que o orador deva ser bem-intencionado com o ouvinte, já que essa é uma característica ligada ao *pathos*.

Para Aristóteles, o homem devia ser corajoso e, também, generoso, mas dentro da perspectiva da justa medida grega, ou seja, nunca ultrapassando os limites. Dessa maneira, essas seriam virtudes ligadas ao *ethos*, pois são características que implicam ética. Assim, a ausência dessas qualidades, também, demonstrará o comprometimento do *ethos* para Aristóteles.

Eggs (2011) acredita que, ainda que Aristóteles manifeste como sendo competência do *ethos* uma característica ideal, que a moralidade não nasce do interior do sujeito, quiçá de valores abstratos impostos. A atitude da qual nasce o *ethos* somado às *phronesis*, *areté* e *eunoia* é relativa a um procedimento. Em outras palavras, o *ethos* como prova retórica, justifica-se à medida que é produzido por escolhas competentes, deliberadas e apropriadas ao auditório, ou seja, são intencionais.

Nos primeiros livros da *Retórica*, o caráter conforme cada parte da vida se encaixa o orador é descrito por Aristóteles. Assim, estabelece premissas para o *ethos* na juventude, na velhice, no auge da vida, isto é, na vida adulta; o *ethos* dos nobres, dos ricos e dos poderosos. Há, no entanto, a premissa que fundamenta o uso do discurso como sendo um objeto persuasivo. A partir disso, situa os critérios comuns existentes ao caráter identificável a cada auditório.

Desse modo o *ethos* deve ser adequado não apenas à idade, mas também à classe social do orador. Ao mesmo tempo que o orador deve conhecer seu auditório segundo a faixa de idade e a classe social, também deverá adaptar seu discurso a si mesmo, obedecendo a esses critérios. Em outras palavras, o orador deve não apenas ser criterioso aos *topoi* do público, ou seja, aos costumes, mas sobretudo, deve ser fiel à sua *héxis*, sua medida.

Ao seguir tais critérios o orador evita sofrer sanções dos ouvintes que, segundo Aristóteles, também são “juízes da argumentação”, pois observam criteriosamente se há ou não obediência às regras da argumentação retórica e, principalmente, se o orador é competente naquilo que apresenta. Dessa forma, dignifica que orador deve apresentar-se

como honesto e sincero e monitorar o discurso para que a verdade se imponha como argumento.

Eggs (2011) chama atenção para um fator importante sobre o *ethos* aristotélico. O linguista propõe que não se pode construir um *ethos* moral como o proposto por Aristóteles sem que antes tenha se construído o tipo de *ethos* que alguns pesquisadores costumam denominar como *ethos* neutro. Nessa perspectiva, é preciso primeiro que se aja e se argumente de forma estratégica para que depois se possa chegar à chamada sobriedade moral no discurso.

O *ethos* constitui, portanto, a mais importante das provas, pois carrega em seu cerne a mistura equilibrada das três características necessárias para a composição discursiva de um bom orador. Isso porque se *O homem é um animal político*, como diz Aristóteles, a prudência, a virtude e a benevolência são parte do homem assim como as provas: *logos*, *ethos* e *pathos* também o são. Em outros termos, somente o orador que atinge a capacidade de demonstrar em seu discurso as três características elementares persuadirá por meio do discurso.

Podemos dizer, então, que o orador para Aristóteles constrói seu *ethos* na enunciação, ou seja, discursivamente. Dessa maneira, esse é um processo deliberado e intencional, mesmo que o orador tenha tais características, a priori elas são cultivadas no seio social para a finalidade pura e simplesmente persuasivo-argumentativa.

2.3 As muitas faces do *ethos*

Em sua perspectiva interacionista teatral para conceituar a representação do *eu*, Erwin Goffman (2002) retoma princípios básicos do teatro. Dessa forma, o autor situa o conceito de “máscaras” semelhante ao de imagem do sujeito no discurso ou, até mesmo das muitas concepções sobre *ethos*. Por esse motivo, então, julgamos ser pertinente sua abordagem aqui, ainda que seu enfoque na relação interacionista tenha como objetivo primeiro, apenas, as interações face a face. Suas colaborações, no entanto, não deixam de ser eficazes às interações escritas onde também há uma encenação teatral e uma necessidade de representação social.

Goffman (2002) postula que todos os indivíduos representam atuação em um palco social. Isso significa que cada um desempenha determinado papel estabelecido nesse contexto, mas ao mesmo tempo, esses papéis podem ser modificados de acordo com a situação. Em outras palavras, os indivíduos podem representar vários papéis segundo vários

comportamentos sociais diferentes sob o aspecto do que o psicólogo determina como “fachada”. As fachadas são como cenários teatrais os quais são fixos para cada momento social imaginado. Então, o pensarmos num ambiente familiar, é comum buscarmos em nossa memória exemplos tradicionais de uma família composta por pai, mãe e filhos.

Nesse sentido, numa interação face a face procuramos saber a respeito de nosso interlocutor como, por exemplo, suas crenças, seus gostos e seus anseios, pois é dessa maneira que se é possível saber a maneira de agir. Se, ao contrário, não souber nada sobre o outro, é normal que utilizemos conhecimentos previamente partilhados a respeito de locais e comportamentos para a situação em questão, principalmente, em se tratando do que diz respeito de hipóteses sobre o outro.

Dessa maneira, quando não obtemos informações sobre com quem pretendemos interação, utilizamos pistas comuns baseadas em conceitos ou padrões de experiências vividas anteriormente. Assim, vestimentas, gestos, atitudes e até aparência conduzem a um determinado a construção de determinados conceitos não comprovados e, novamente, a premissa dos estereótipos construirá a imagem desse indivíduo. Goffman acrescenta ainda sobre a interação dos indivíduos:

Quando um indivíduo projeta uma definição da situação, com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm direito de esperar. (GOFFMAN, 2002, p. 21)

Além de determinar para seus coparticipantes o desempenho que deseja a partir do lugar que sugere ocupar, projeta no outro uma necessidade de se fazer ouvir por meio de autoridade da palavra tomada e, ao mesmo tempo, deseja se fazer crer. Isso significa que o indivíduo ator deseja ser crível, mesmo que ele não acredite em suas palavras, mas é necessário que seus ouvintes creiam em seu discurso. Esse pensamento é comum ao orador retórico aristotélico o qual mencionamos anteriormente. O indivíduo que, para Goffman, está desempenhando um papel necessita da crença de seu auditório assim como o orador de Aristóteles guardadas as proporções.

Algumas características são conceituadas por Goffman como necessárias ao ambiente social e ao desempenho promissor das interações. Uma dessas características desenvolvidas nesse processo de encenação é a “Realização dramática” muito comum em diversas ocasiões nas quais se necessita manter expressões faciais, comentários ou quaisquer outros sinais que poderiam ser eclipsados ou até mesmo exacerbar tais características sem que o outro perceba

tal faceta. Para uns indivíduos, essa é tarefa fácil a ser cumprida, principalmente no ambiente de trabalho em ambiente burocrático, por exemplo, não precisam interagir com público externo e, por isso, a realização dramática é menor.

Outro processo comum que se tem ao portar diante do outro é o que vai ser caracterizado como “Idealização”. Essa característica à qual já aludimos, mas não exemplificamos, consistem em se apresentar diante do auditório baseado nas crenças e valores socialmente construídos e idealizados como paradigmas sociais. Assim, o comportamento do indivíduo como um todo corresponderá a esses parâmetros. Sejam eles morais ou não eles perpassam representações prototípicas que sejam aceitas como normas a determinadas sociedade. Vejamos então dois exemplos para melhor ilustrar:

1- *Cena Carioca*

Ontem, por volta de 18h30m, um ônibus da linha 220 (Usina- candelária) parou em frente à Prefeitura do Rio. Um mendigo tentou embarcar e o motorista chiou. O moço disse que pagaria a passagem. No que do volante mandou:

- Primeiro você toma banho, depois você entra no meu ônibus.¹⁰

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 01.07.2015)

O conceito de idealização é base para a construção de estereótipos e preconceitos, pois ao idealizar comportamentos cristalizados a respeito de outros e, assim, construirmos também nosso comportamento, reforçamos tais parâmetros, como vimos no exemplo anterior. A idealização que socialmente temos sobre pessoas em situação de rua, ou o termo usado pelo enunciador “mendigo” é que, por viverem na rua não tomam banho e tem mal cheiro. Logo, não poderia entrar no ônibus, mesmo pagando passagem. Vejamos, então, o segundo exemplo com personagens cujas idealizações são passíveis de conceituações padronizadas no seio social.

2 - *Cena carioca*

Uns mendigos que perambulam pela Av. Atlântica acharam a carteira da médica Júlia Menezes Cruz, moradora de Copacabana e ao verem seu endereço, entregaram seus documentos a uma vizinha e deixaram um recado:

-Diz pra doutora que o dinheiro nós usamos pra almoçar...

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 23.07.2015)

¹⁰ Mantivemos o mesmo exemplo já utilizado dado a importância do caráter social veiculado.

Neste segundo exemplo, podemos entender o choque que a quebra da idealização dos conceitos previamente estabelecidos provoca nos atores. Isso fica evidente ao ponto de o fato ter se tornado notícia no mesmo mês em que um outro indivíduo tem o direito saciado por ser morador de rua.

As atitudes dos “mendigos” tornam-se notícia não apenas por sua condição social e pela idealização preconcebida a que estamos acostumados na sociedade desde os primórdios, mas sobretudo, se forem somados todos esses fatos à devolução dos documentos e da sinceridade diante da admissão de ter usado o dinheiro. Isso é comum porque faz parte de nosso conhecimento partilhado, pertences perdidos como carteiras, dificilmente são encontrados novamente.

Assim, com esses dois exemplos, ainda que sempre utilizemos nossas experiências prévias para idealizar o outro nas situações discursivas, é provável que as exceções nos causem constrangimento ou implicação à face como vimos anteriormente.

Um indivíduo nunca é o mesmo em todos os ambientes. Para cada local e momento de sua vida, seu comportamento será modificado de acordo com a situação. Dessa forma, o valor positivo de suas faces será medido diante do público em geral, portanto, ser cortês, polido, amigável ou discreto rude e deselegante são rótulos que medem as faces de representação do indivíduo e qual papel deseja desempenhar naquela dada cena. Assim, Goffman (2002) define face como: “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico.”(p. 77)

Ao mesmo tempo, devemos ressaltar que o conceito de faces não é um componente biológico ou psíquico inerente aos seres humanos, por esse motivo não está interno ou externo ao corpo humano, mas é um componente social como uma máscara adaptável às diversas situações comunicativas nas quais os indivíduos desejam ou precisem interagir, mesmo que para isso tenham que fingir aquilo que lhe desagrade para não romper a face de outro indivíduo no meio social.

Nesse jogo interativo que é a comunicação face a face, a imprevisibilidade é decisiva no sucesso ou insucesso das proteções das faces. Isso porque não se é capaz de prever com precisão de que forma o outro indivíduo reagirá diante da relação discursiva, pois o que é dito pode vir a melindrá-lo mesmo que essa não tenha sido a intenção. Assim, a face será construída partir do outro, ou seja, como o interlocutor se comporta e aquilo que espera do ator, então, dará a ele pistas de como construir sua face.

É necessário, também, que um indivíduo, para manter sua face, não atinja a face de outrem. Assim, além de proteger de futuros imprevistos e desagradáveis infortúnios, também será respeitado em seu espaço. Devemos, também, lembrar que existem práticas sociais as quais ele classificou como sendo exclusivamente protetoras de faces e outras apenas como práticas exclusivamente defensivas. Essas práticas normalmente coexistem, pois na tentativa de manutenção de uma e de outra face há a necessidade de ambas.

Nesse sentido, é primordial que os atores tenham empenho e sensibilidade para manter o processo interacional e, nesse caso, fazer a manutenção das faces. Isso porque o falante deve estar disposto a aceitar as regras contratuais das instituições e mantê-las para que mantenham o equilíbrio da conversação. Em outras palavras podemos relembrar Charaudeau (2010) e os pressupostos sobre o contrato social. A aceitação das regras para a interação linguageira de determinado momento confere sucesso à interação, da mesma forma que a quebra dessas regras prejudica a interação e ameaça as faces.

Como vimos, a perspectiva de representação teatral proposta por Goffman e seu conceito de máscaras sociais não apenas podem ser assemelhados a uma das diversas concepções que se tem sobre *ethos*, principalmente, a que apresentaremos adiante na visão de Amossy (2011), mas também nas relações de contrato social e *mis-en-scène* propostas por Charaudeau (2010), aqui citado anteriormente.

As imagens que os indivíduos constroem para si são baseadas mediante aquilo que acreditam ser as crenças e valores do seu interlocutor. Além disso, na interação utilizando as experiências prévias e conceitos previamente estabelecidos, sugere-nos tal aproximação com um conceito de *ethos prévio* mais adiante. Acreditamos, finalmente, que as origens sociológicas para a compreensão de *ethos* na modernidade perpassam pela a perspectiva interacionista de Goffman, visto que o teórico, utilizando o conceito teatral como metáfora cujo berço está na Grécia clássica, soma a isso seu entendimento de comportamento social para o que Aristóteles definiu como sendo um dos fundamentos da persuasão, a imagem do orador projetada ao auditório.

Chaïm Perelman (2005), por sua vez, a partir do tratado o qual intitula “A nova retórica” assume a posição de que o *ethos* é categórico para a construção argumentativa. O autor, no entanto, assim como Erwin Goffman não aborda, em suas análises, as nomenclaturas de *ethos*, *pathos* e *logos*, mas, como veremos, os conceitos são presentes.

A argumentação para Perelman não é um conceito presente apenas na oratória, ainda que ele tenha estabelecido como a nova retórica, seu intuito foi de adaptação dos conceitos da retórica clássica à modernidade. Assim, centra seus esforços na argumentação como um todo

e a toma por parâmetro primordial, focando-se em textos impressos, já que, diferentemente dos clássicos gregos, a arte de persuadir não mais é conferida a apenas estar em praça pública. Dada essa ênfase, reafirmamos a importância de sua presença em nosso trabalho.

Os conceitos aristotélicos assumirão a partir daqui uma perspectiva genérica na qual *discurso, orador e auditório* serão assumidos não apenas no sentido estrito como antes, para eloquência em ágora. O primeiro deve ser compreendido como a eloquência mediante uma competência argumentativa; ao segundo compete aquele que apresenta a argumentação discursiva como um todo e, por último, o auditório será a quem o orador se dirige. Dessa maneira, não importará se a presença é pressuposta como os leitores de um jornal ou se efetivamente são presentes.

A nova retórica propõe que o orador se adapte ao seu público e, por isso mesmo, não o considere como ingênuo e ignorante como os antigos supunham. É necessário, portanto, para agir sobre os mais diversos públicos que o orador tenha a um discurso versátil assim como sua imagem.

É necessário que, além de o discurso ser adaptável a todos os tipos de auditórios, mas também que o público se atenha àquele discurso, ou seja, que tenha atenção ao que é dito. Quando um discurso é proferido pela palavra, obviamente que os recursos verbais e extralinguísticos como gestos, entoação entre outros, auxiliam na adesão do público; no entanto, em se tratando de discurso veiculado por meio escrito a força da palavra se perde. Dessa forma, a argumentação deve ser articulada com tais características para que o orador tenha atenção de qualquer público, mesmo que o virtual.

Com efeito, o orador deverá construir sua imagem se baseando naquilo que supõe ser pertinente ao seu auditório. Pois, ainda que prematuramente, mesmo sem conhecê-lo a princípio, o orador toma pelo menos duas atitudes necessárias para a construção da sua imagem. A primeira delas são as suposições a respeito de que público compõe seu auditório, ou seja, elementos sociais e psicológicos serão fatores que auxiliarão o orador a compor uma imagem favorável a um público A ou a um público B.

A segunda atitude provável a ser tomada é dividir seu grupo de um todo e pequenos subgrupos por preferências, como por exemplo subgrupo de religiosos. Conservadores e pessoas tradicionais em geral tendem a assumir posturas sociais próximas. Dessa maneira, a argumentação, para um subgrupo correspondente a esse perfil teria maiores chances de êxito. Todas essas divisões são feitas mentalmente pelo orador para que a estratégia a ser traçada corresponda à imagem construída e às expectativas do auditório.

A necessidade de adaptação ao auditório, portanto, ocorre de tal maneira que, mesmo em determinadas circunstâncias, argumentos favoráveis possam vir a se tornar contrários ao orador mediante o julgamento que ele faz previamente de seu público. Isso ocorre, muitas vezes, em virtudes de pensamentos enraizados e socialmente construídos, como os já mencionados anteriormente por Goffman (2002), conceitos estereotipados. Assim o orador poderá previamente dividir seu público em subclasses ou não dividi-lo. Dessa forma, supondo que possa obter maior sucesso persuasivo.

Uma das premissas para ter a atenção do público e, conseqüente, adesão ao que se discursa surge da qualidade do orador. Em outros termos, ao tomar a palavra, o orador deve antes de tudo ter uma autoridade sobre aquilo que profere, pois, a regulamentação incide sobre a eficácia do discurso e, conseqüentemente, sobre a imagem do orador. Isso significa que um orador dependerá das condições de produção do seu discurso para a eficácia deste, ou seja, a adesão de seu público. Ao mesmo tempo o papel que representa mediante o conteúdo discursivo ratifica ou anula sua argumentação. Perelman (2005, p. 26) ratifica: “O importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige.”

É possível influenciar o auditório de diversas formas, o discurso per si pode ser percussor dessa empreitada, mas há quem se utilize de estratégias diversas e que busque um maior efeito na busca de suggestionar seu interlocutor. Interessa-nos, no entanto, se este recurso estiver intrínseco ao discurso ou às condições de produção. Os fatores externos a ele como os que cita Perelman (2005) como a utilização de música entre outros, não nos interessam.

Perelman acredita que, além disso, o orador que argumenta pela paixão, ou seja, pelo *pathos* não leva em consideração o auditório, visto que os argumentos são desconsiderados por levar em conta somente a emoção. Enquanto aquele que argumenta pela razão, isto é, pela lógica, considera o auditório e constrói seus argumentos mediante o que este acredita sem deixar de considerá-los em virtude da emoção. A partir desse pensamento do autor podemos concluir que *ethos*, para ele está ligado à razão e à lógica.

É dessa maneira, também, que se é possível aferir em qual medida situa-se a cultura do auditório. Isso porque a partir do discurso que lhe apraz se constrói a imagem acerca do orador que o representa, é também dessa forma que se revelam pistas a respeito do público como um todo. Nesse sentido, inferimos e criamos hipóteses não apenas sobre o orador, mas neste caso, principalmente, sobre o auditório, já que é ele quem conduz tanto a construção

ethótica quanto a construção discursiva. Observemos um exemplo para ilustrarmos melhor tal observação:

Quem tem... tem medo

Veja como o terror do Estado Islâmico mexe até com o futebol. Jogadores dos Emirados Árabes, de férias no Brasil, estão com medo de voltar após o atentado recente à Tunísia. Felipe Adão, campeão e artilheiro em Dubai, é um deles, apesar da boa grana que recebe dos Sheiks.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 01.08.2015)

O exemplo anterior nos esclarece bem a respeito da cultura que permeia a sociedade brasileira, desde o título até o conteúdo do informe. Assim, percebemos, mesmo que alterado pelo recurso das reticências para interromper o período, a utilização de uma máxima popular como título do informe. Isso comprova parte de nossos costumes enquanto sociedade, pois, além da irreverência de conteúdo do provérbio escolhido, é comum que no cotidiano, para exemplificar algo ou para melhor se expressar, lance mão dessas máximas populares no auxílio à conversação.

Quanto ao conteúdo do informe, podemos verificar que a notícia em si carrega dois conceitos culturais. O primeiro deles é de ordem mais particular, pois está ligado à cultura de massa, que é a paixão pelo futebol e o conseqüente acompanhamento de todas as notícias ligadas a esse esporte em ordem exponencial. Isso pode ser comprovado até pela necessidade do enunciador explicar por meio de aposto quem seja o esportista: *Felipe Adão, campeão e artilheiro em Dubai*, ainda assim, tal conteúdo veicula-se pelo fato de ser da esfera do futebol.

O segundo elemento que revela pista acerca da característica social é de ordem mais geral, isto é, reside no âmbito das crenças ocidentais como um todo, o medo aos atentados advindos do Estado Islâmico ou qualquer outro grupo extremista ligado à cultura mulçumana. Esse temor é tão presente na cultura ocidental que não distinguimos a diferença entre os grupos, suas origens étnicas ou quiçá se os atentados correspondem realmente aos países e grupos acusados.

Dessa forma, quando o enunciador afirma que: “Veja como **o terror do Estado Islâmico** mexe até com o futebol. **Jogadores dos Emirados Árabes**, de férias no Brasil, estão com medo de voltar após o atentado recente **à Tunísia**”, revela que não apenas ele, mas todos estão temerosos pela segurança, principalmente em se tratando de relações com países de origem árabe. Observemos que a Tunísia é um país do norte da África afastado mais de 4000

quilômetros dos emirados Árabes. Mesmo assim, o enunciador aproxima os dois lugares como se fossem fronteiriços.

É necessário, também, que esclareçamos a respeito da proposta de Perelman que a argumentação não apenas visa provocar a adesão de outrem a uma tese previamente elaborada, mas sobretudo, distingue duas capacidades implícitas a elas que antes eram assemelhadas: a persuasão e o convencimento.

Persuadir sobrepuja convencer ainda que grosseiramente tenhamos tomado por empréstimo ambos os termos como sinônimos. Persuadir visa à adesão dos espíritos -nas palavras de Perelman- porém suscita-lhes a mudança não só de ponto de vista, mas de comportamento. Assim, a persuasão tem o objetivo de atingir um auditório específico particular para o qual os argumentos podem ser unidos a fatores emocionais e individuais. Convencer, por outro lado, tem por finalidade atingir a um público maior. Dessa maneira, a adesão das ideias se pauta, normalmente, em premissas universais sobre as quais toda sociedade concorda ou toda humanidade concorda.

Nesse sentido, é muito comum que se encontrem pessoas que estejam convencidas sobre determinados fatos, mas ao mesmo tempo não mudaram de comportamento. Isso significa que estão convencidas, mas não foram persuadidas. Exemplo dessas premissas são os desrespeitos às leis, por exemplo, revela que há o conhecimento de sua existência, portanto, há o convencimento por parte do público, mas não foi persuadido à obediência.

Vimos até aqui a importância do auditório para a construção da imagem do orador em Perelman. Ainda que o desenvolvimento de seu trabalho não tenha como intuito debater a questão da construção do *ethos*, o autor toma como relevante a imagem discursiva do orador. Além disso, é sempre importante reforçar que mesmo que a sistematização para conceituar esta questão, ainda sim Perelman cria na perspectiva de que a imagem do orador auxiliava na argumentação, mesmo que implicitamente, já que sempre é uma imagem construída por meio do discurso.

Marcello Dascal (2011), na mesma medida, em seus estudos acerca da argumentação e, principalmente, do *ethos* propõe que se aproxime a Pragmática da Retórica que há muito vem sendo afastada. Isso por que não há como se conceber um discurso fora do seu contexto, significando, portanto, que fatores extralinguísticos como os gestos, olhares, entoações e outros recursos são cruciais para a composição discursiva.

Nessa linha de pensamento, afirma que a concepção aristotélica do *ethos* como elemento pertencente ao discurso argumentativo é problemática, pois o fato de justamente o propósito deste se engendrar no auditório uma imagem a respeito do orador, então não poderá

ser argumentativo. Eis sua justificativa: “Se os argumentos ou provas, em sentido próprio, são constituídos por proposições, e visam a levar o público a adotar certas crenças, o *ethos* e o *pathos* não podem pertencer à ordem argumentativa.” (DASCAL, 2011, p. 58)

O autor não desconsidera aquilo que classifica como argumentos “*ethóticos*”, ou seja, aqueles que são apoiados no caráter de um orador, apoiados nas premissas aristotélicas como a prudência, a honestidade, a veracidade etc. Mas esses argumentos hoje são considerados de pouca relevância ou falaciosos.

Assim para Dascal, o *ethos* se consolida a partir de processos inferenciais, isto é, cognitivos, semelhantes aos processos de interpretação de enunciado para pragmática. Isso significa, portanto, que a credibilidade do locutor afeta a plausibilidade de seus argumentos. Nesse sentido, é importante que o *ethos* seja transmitido por meio das propriedades de seu comportamento no momento discurso, diminuindo ou aumentando a confiança do público à medida que se manifesta.

Esse fenômeno pode ser constatado de duas maneiras. A primeira delas denomina-se *proposicionalização*, isto é, a competência de se obter proposições nas informações contidas no caráter transmitido pelo comportamento. Assim, as inferências feitas pelo auditório são baseadas por meio das observações do locutor, por exemplo, se é conhecedor do assunto que defende; se é uma autoridade em determinado assunto ou se contradiz naquilo que diz, ou até mesmo, se é capaz de se compadecer com sentimentos alheios. Essas inferências preencherão lacunas na argumentação, baseadas nas conclusões do auditório para o comportamento do locutor.

A segunda premissa é baseada em percepções mais sutis da sensibilidade do auditório em relação ao locutor. É por esse motivo que esta é pouco usada, em relação a primeiro por ser de mais fácil refutação e, também, de por ser dependente de pistas mais subjetivas que as da *proposicionalização* anterior. Este recurso ocorre quando, captado por meio de troca comunicativa, há percepções do auditório de percepções não bem definidas sobre o orador. Em outras palavras, o orador pode sugerir por seu comportamento um espírito sério, compenetrado, responsável, humorístico e também ser captado com esse mesmo espírito por seu auditório. Portanto, seus enunciados, serão interpretados nessa linha argumentativa. Se, ao contrário, um comportamento for captado de forma diferente de seu discurso, como alguém que prega a honestidade, mas aparentemente se comporta desonestamente, será captado como hipócrita, isto é, seu comportamento não condiz com seu discurso e, portanto, todo e qualquer ato, terá maior relevância e exagero devido à captação negativa do espírito do locutor pelo auditório.

A captação desses objetos não discursivos funciona, segundo Dascal, como *input*, ou seja, em toda troca comunicativa esses inputs funcionariam como estímulos e seriam parâmetros para construir a credibilidade do orador. Então, esses estímulos orientam a interpretar o discurso como um todo de uma determinada maneira e, conseqüente, estabelecer preferências entre os valores durante a comunicação.

Podemos dizer, assim, que todo julgamento é construído com base em um pré-julgamento, ou seja, não há como dissociar tais movimentos. Isso porque eles são impulsos tanto cognitivos, quanto construções sociais. Ainda que inconscientes, os parâmetros que temos em mente sobre determinadas normas sociais, comportamentos e atitudes esperadas estão no cerne de nosso comportamento e, dessa maneira, julgamos o outro a partir de nossa medida.

Finalmente, é possível afirmar diante das ideias de Dascal que o *ethos* é projetado no auditório pelo comportamento que o orador imprime durante seu discurso. São as características comportamentais, isto é, extralinguísticas que geram no auditório sensação de credibilidade ou não.

Jean-Michel Adam (2011), por sua vez, estabelece a relação de existência do *ethos*, baseada nas postulações de Perelman e, por esse motivo, constrói uma teoria argumentativa na qual reafirma os conceitos aristotélicos *logos*, *pathos* e *ethos* como elementos indissociáveis em se tratando de persuasão.

Além disso, o teórico afirma que toda e qualquer relação discursiva é submetida a esses três polos e, também, deve ser considerada sempre uma estrutura dinâmica, visto que sofre o que ele chama de atrações tendenciais, ou seja, sofre manipulação.

Para Adam, a manipulação está situada de tal maneira no jogo discursivo que anula o equilíbrio argumentativo que tem por base o *logos* e é fundado na controvérsia argumentativa. Assim, a manipulação estaria situada na base do triângulo de formação do polo argumentativo, pois apenas dessa forma, seria possível causar tamanha desestabilidade. Baseado na pirâmide modificada de Perelman, Adam propõe sua argumentação por meio do *ethos*. Observemos a pirâmide a seguir para melhor entendermos:

Imagem 3 - Pirâmide da argumentação



Fonte: ADAM, 2011, p. 95.

A partir disso, sugere o conceito de esquematização. Este conceito nada mais é que a propriedade de se construir uma representação parcial a partir do discurso, ou seja, a construção de um microuniverso. Essa construção toma como parâmetro três premissas fundamentais para a edificação da esquematização: a situação sociodiscursiva, as condições de produção e as condições de recepção. Assim, os elementos da pirâmide se interligam formando um todo na argumentação.

Quanto à questão de *ethos* e da imagem discursiva, Adam ressalta:

Mostrar que boa parte da atividade simbólica dos sujeitos tem por função reconstruir de modo constante a realidade do eu, oferecê-las aos outros para ratificação, para aceitar ou rejeitar as ofertas que os outros fazem da imagem que tem deles mesmo. (ADAM, 2011, p. 107)

Todo sujeito, portanto, por ser um indivíduo socialmente construído, assume papéis para si e para os outros. Dessa maneira, constrói conceitos e ideias a respeito de representações sejam eles coletivos ou individuais. É a partir desses conhecimentos e conceitos previamente situados no mundo do sujeito que o *ethos* é construído.

Adam ressalta ainda que é possível construir um *ethos* por meio de marcas linguístico-discursivas as quais funcionam, textualmente, não só como inserções do sujeito no discurso, como também auxiliam na construção da argumentação. Esse é o caso dos elementos que a tradição consagrou, principalmente como as conjunções: *entretanto*, *pois*, *mas*, *porque* entre tantos outros, são operadores argumentativos. Eles orientam a determinada conclusão a respeito da qual o orador quer que se pense sobre determinado argumento.

Outra maneira de verificar a presença subjetiva do orador e, assim, construir um *ethos* por meio da argumentação, é pautar a investigação discursiva na verificação da existência de um discurso performativo. Dessa maneira, é possível construir uma imagem mais nítida do orador mediante suas declarações, visto que os performativos, como já dissemos, são aqueles enunciados que protagonizam uma ação propriamente dita no momento da enunciação. Por esse motivo, esses enunciados aparecem, normalmente, em primeira pessoa do singular e no presente. Há outras categorias de um performativo se apresentar como, por exemplo, por meio de um imperativo, indicando obviamente um mando, um conselho ou algo semelhante. Vejamos, então, abaixo, como se desenvolve de modo prático um performativo no Presente:

Mais de mil por Moro

Circula na internet um texto assinado por 1.045 juízes, em apoio a Sergio Moro. Os magistrados citam “investidas incessantes e infundadas” contra o juiz para tirá-lo da Lava-jato. Um trecho:

“Os ataques externos são reais e afetam inúmeros juízes no Brasil. Somente os que temem a aplicação da lei é que tem interesse em limitar a atuação do juiz”. Eu apoio.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 06.08.2015)

A notícia exposta no exemplo anterior é iniciada pelo fiador como uma proposta aparentemente comum às demais: o fiador opta pelo distanciamento em virtude do gênero e noticia a petição em apoio ao juiz Sérgio Moro, juiz relator das investigações sobre o esquema de corrupção em diversos setores do Governo, o qual a polícia federal denominou “Lava-jato”. Após isso, cita um trecho da carta de apoio ao referido juiz como argumento que comprove sua informação, ou seja, que legitime suas palavras; pois não basta que ele na criação de uma imparcialidade neutra confira verdade aos fatos que relata, mas que comprove aquilo que diz. Dessa maneira, o fiador cria um *ethos* digno de confiança a seu leitor, pois, além de dizer-lhe a verdade, mantém-se neutro, pois até os dos parágrafos do texto o uso da não pessoa conferiu imparcialidade.

Há, no entanto, como fator característico do gênero coluna, a presença da subjetividade do enunciador. Neste caso, os performativos, como dissemos ao introduzir este exemplo são prova disso. Assim, ao terminar o informe com a frase: “Eu apoio”, o enunciador utiliza o recurso da performatividade para modificar a nuance discursiva e se inserir no enunciador. Em: *Eu apoio* ou desdobrando: *Eu digo que eu apoio*.

Quando insere enunciado em seu bloco de notícias, o enunciador anuncia ação que pratica, ou seja, profere aquilo que realiza. Além disso, o fiador não apenas deixa aparente sua marca subjetiva; já que o conteúdo do enunciado não só propõe uma performance, mas também, um posicionamento e um juízo de valor.

Por último, e mais óbvio, a marca de subjetividade mais evidente que se pode encontrar discursivamente é o uso da primeira pessoa, no entanto, é possível atenuar essa presença subjetiva, com uso do pronome *nós* em sentido coletivo confere à pluralidade uma proteção à verdadeira face que não se deseja revelar. É bastante comum que esse *nós* seja substituído por equivalentes ainda mais distantes como os de terceira pessoa ou até mesmo coletivos como as pessoas, o povo etc. Vejamos outro exemplo:

Exemplo 1

Olha O Passarinho!

*A princesa Caroline de Mônaco posa, **digamos**, para uma selfie entre os **nossos** queridos Flora e Gilberto Gil em Marsella, na França turnê de shows do artista com Caetano Veloso.*

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 25.07.2016)

Encontramos, no informe anterior, duas marcas de primeira pessoa que grifamos para melhor identificação. A primeira em “digamos” é o uso comum à formula discursiva pertinente ao uso coloquial da língua mais usual, porém em interações face a face. Esse termo confere uma hesitação ou retificação ao discurso, pois é comum que venha seguido a termo que não seja adequado ao momento da enunciação ou que não contemple todo o significado daquilo que se pretende.

Assim, quando o enunciador inicia a frase propondo “A princesa Caroline de Mônaco posa, digamos, para uma selfie”, é possível que a palavra inglesa não fosse a adequada ao momento. Portanto, o uso, da primeira pessoa do plural, insere desvela a presença do enunciador no enunciado, mas não indica a presença de mais de uma pessoa no discurso, como postulada por Benveniste: Eu +Tu; Eu + Ele; entre outras combinações. Nesse caso, há apenas uma fórmula discursiva indicando uma proteção de face.

Da mesma forma, quando insere adiante no mesmo enunciado o pronome possessivo de primeira pessoa, conforme está no destaque: “entre os **nossos** queridos Flora e Gilberto

Gil...”, o enunciador que já havia revelado sua presença, a ratifica, mas sobretudo convoca o leitor a compartilhar com ele do seu entusiasmo.

A inserção do pronome “nosso”, diferentemente do verbo destacado anteriormente, sugere uma polifonia conveniente a esse trecho, pois, as vozes que o sustentam podem ser aquelas que tecem o texto e, por isso, sabemos que são muitas. Há também a possibilidade de esse ser um convite ao leitor dizendo: “Somos cúmplices e, portanto, gostamos dos mesmos ídolos” e, desse modo, a inserção do pronome refere-se à união de Eu enunciador + Tu leitor. Por último, seria a criação da estratégia de proteção de face mais comum frequentemente utilizada que seria o plural majestático, ou seja, o uso da primeira pessoa do plural em textos para que não se pareça pedante perante o interlocutor.

Acreditamos, porém, que a estratégia pensada pelo fiador possa ter sido a de aproximação com o leitor. Isso porque há no gênero uma sequência de interlocuções com o leitor que são características de seu fiador. O *ethos*, portanto, que se deseja construir é de um enunciador apreciador da boa música, na mesma medida, sugere que seu leitor também o é.

Exemplo 2

Entrando numa fria

*Com as férias escolares, teve **muitos brasileiros** que comprou¹¹ pacote turístico agora em julho para o vale nevado no Chile, mas como não há neve, o hotel homônimo cancelou as reservas.*

E veja só, disse que só devolverá 80% do valor. Uma diária lá custa módicos ...US\$1mil.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 07.07.2015)

Nesse exemplo, encontramos o uso de da expressão “muitos brasileiros” como um recurso de distanciamento do enunciador semelhante ao uso da não pessoa “Ele”. Assim, quando opta por “muitos brasileiros”, confere a si uma distância ainda maior na interlocução na qual o enunciador não se enquadra entre os “brasileiros”.

O *ethos* que se engendra nesse informe é diferente ao anterior, pois neste, o distanciamento claro entre a expressão “muitos brasileiros” e o EUE denota que a imagem desejada é a de simplicidade. O fiador deseja tecer com tais palavras a *cena* de que “muitos brasileiros” são ricos, logo pagam uma diária de hotel cujo valor é alto. EUE lança mão de não posso pagar, pois sou uma pessoa simples.

¹¹ Apesar do equívoco na concordância, mantivemos a redação do informe como no original.

Por fim, podemos dizer que o *ethos* pode ser construído argumentativamente de diversas maneiras, como acabamos de ver. As escolhas lexicais sempre são posicionadas em uma construção discursiva para que se possa atuar sobre o interlocutor e em se tratando de textos midiáticos, cujo discurso tem por objetivo a captação da atenção pública todos os itens lexicais são pensados para esse fim. Muitos outros exemplos poderíamos expor aqui para ilustrar, mas poderíamos nos alongar demasiadamente.

Ruth Amossy (2011), por sua vez apresenta uma nova perspectiva, pois suas pesquisas sobre a problemática de conceituação do *ethos* e a interseção das disciplinas unem as diversas teorias vigentes na pragmática, retórica e na sociologia para, enfim, conceituar seu entendimento a respeito do tema em questão. A autora, portanto, propõe uma relação complementar entre as teorias para construir mais uma perspectiva a esse respeito.

Nesse viés, a sociologia considera que a imagem do orador está condicionada às questões de seu ambiente, ou seja, o *ethos* está condicionado à posição social que o sujeito ocupa, portanto é externo ao discurso. Isso significa que o discurso tem de ser legitimado em uma situação tal e por receptores também legítimos, pois, fora esse contexto, um discurso não assumirá importância e, conseqüentemente, o *ethos* será prejudicado.

O *ethos*, então, para sociologia, será uma construção discursiva de um lugar legitimado por sua categoria em seu meio social, em outros termos, é possível dizermos que será a autoridade ou o *status* de que desfruta o locutor em sua comunidade. Assim, o lugar do qual fala é autorizado pela sua ocupação social, por exemplo, se é advogado, líder religioso, político, etc. seu discurso estará atrelado ao capital simbólico que o permeia, conferindo assim autoridade.

Exemplificando melhor, podemos pensar na seguinte situação: um advogado é autoridade em leis, portanto, socialmente, seu discurso será legítimo a esse tema. A um leigo, porém, não lhe é conferido o mesmo *status* e não goza da mesma autoridade que o outro no assunto. Além disso, esse mesmo leigo não pode assumir defesa em juízo de qualquer cidadão, pois isso não é legítimo; tampouco seu discurso o será.

Devemos entender, então, que a Sociologia compreende o dizer como uma interação. Nesse sentido, toda ação verbal é uma troca e, por ser uma interação não existe fora do campo no qual é instituído. É dessa concepção que se admitem as duas principais premissas para a conceituação discursiva: a interacional e a institucional.

O ver pragmático, por seu turno, o *ethos* se constrói na interação verbal e, por essa razão, é interna ao discurso, por isso as relações externas a ele não são objeto de interesse. A pragmática moderna remonta à teoria polifônica de Ducrot à qual já fizemos alusão aqui

alhures.¹² Além disso, é foco desse viés teórico analisar o locutor o seu modo de se portar no momento das relações de troca.

Portanto, o *ethos*, construído na instância pragmática, será interno ao discurso, pois serão considerados elementos como os objetivos discursivos durante a troca verbal, o momento da enunciação, a cena enunciativa, os papéis implicados a cada um dos sujeitos, mas sobretudo, pelo gênero discursivo.

Somando as teorias apresentadas até aqui às perspectivas da “nova retórica”, Amossy (2011) relembra que toda troca verbal é uma necessidade argumentativa e, por isso, um orador deverá forçar a adesão do auditório às suas teses. Em outras palavras, um locutor lança mão de regras próprias ao discurso argumentativo para atingir seu objetivo que se traduz em agir sobre seu alocutário.

Dessa maneira, a interação entre o orador e o auditório se dará construída por meio de crenças e valores socialmente partilhados e orientados ao público ao qual se destina. A persuasão, então, será concreta à medida que o orador modele suas reações e suas ideias ao seu auditório. A autora acrescenta ainda: “O bom andamento da troca exige que a imagem do auditório corresponda a imagem do orador. De fato, a eficácia do discurso é tributária da autoridade de que goza o locutor, isto é, da ideia que seus alocutários fazem de sua pessoa.”(AMOSSY, 2011, p. 124)

O orador, portanto, apoia todos os argumentos na opinião que emprestada do auditório, pois é dessa forma que constrói seu *ethos*, através das representações construídas pelo público a respeito dele. Isso significa que a constituição do *ethos* se dá em movimento duplo: o orador constrói seu *ethos* por meio da imagem que constrói do auditório.

É relevante, também, considerarmos a existência de duas premissas que elaboram o *ethos*, a estereotipagem e a *doxa*. A primeira consiste no fato de se cristalizar valores a respeito de algo ou alguém e, por isso, apreender o real segundo esses parâmetros. Parâmetros sociais preestabelecidos também vão integrar o que Amossy vai categorizar como *ethos* prévio. Veremos tal conceito mais especificamente na próxima seção e como isso se desenvolve.

Quanto à *doxa*, podemos dizer que sejam conceitos pré-concebidos sobre algo, baseada em crenças, valores, costumes ativados em todo diálogo sem o qual este se tornaria impossível. É muito comum que para construir a *doxa*, um sujeito se baseie em estereótipos.

¹² Amossy cita Ducrot (1987) passagem comum a que já usamos aqui.

Com efeito, a partir dessas apreciações, é correto afirmarmos que, para Amossy, a construção do *doethos* não se dá puramente de forma institucional, nem discursiva. Isso significa que o *ethos* não é um participante somente de instância exterior ao discurso ou somente elemento característico à instância linguageira, dessa forma, sendo interior a ele. Ao contrário, não há como separar as duas instâncias. Isso porque a posição social do locutor não pode ser dissociada.

A imagem do orador, então, é construída por meio de sua legitimação no campo social que confere a ele um *ethos* prévio. Essa imagem previamente construída somada aos conhecimentos partilhados dos interlocutores é mobilizada no enunciado. Assim, durante a cena de enunciação, podem ser reafirmadas ou não pelo jogo discursivo entre o locutor e seus alocutários.

Nesse sentido, o *ethos* pode ser modificado no interior do discurso, confirmando-se com aquilo que previamente estava estabelecido na imagem construída pelo alocutário ou assumindo, diante do discurso, uma vertente contrária ao que se havia construído. Isso ocorre porque o locutor se baseia em papéis atribuídos, ou seja, em lugares comuns, em conceitos cristalizados como os estereótipos para construir para si imagem que julga ser a adequada ao auditório.

Finalmente, é possível dizermos que a legitimidade do discurso do orador não é oriunda apenas de seu local social, isto é, do seu *status* mediante a sua comunidade, mas é construído junto ao discurso veiculado por múltiplos gêneros diariamente que partilham saberes e crenças e reforçam a posição ocupada pelo orador. Dessa maneira, as três vertentes propostas se coadunam somando ao conceito de *ethos* uma perspectiva na qual discurso e saberes prévios interagem mutuamente para construir e desconstruir a imagem de um orador.

2.4 Do *ethos* pré-discursivo ao discursivo

Para além do que estamos discutindo até aqui sobre as diversas concepções assumidas acerca do *ethos*, e até das infinitas traduções que se têm a respeito, para a Análise do Discurso, Dominique Maingueneau tem há muito (mais precisamente desde 1984) se dedicado a essa pauta. É por essa razão que dedicamos essa seção a expor suas ideias e confrontá-las com as recentes teorias de Ruth Amossy. Acreditamos, também, que esses estudos são os que mais estão em consonância com nosso *corpus* de análise.

Na perspectiva de Maingueneau sobre *ethos*, não apenas retoma os conceitos aristotélicos, como também, sugere outros a partir de seus predecessores, principalmente nas postulações de Oswald Ducrot sobre *ethos* inserido na enunciação, fato que não abordamos no capítulo precedente. Além disso, segundo o teórico, o *ethos* é construído por meio do discurso, ou seja, não é apenas uma característica subjetiva, mas “uma voz, corpo enunciante, inscrito em uma situação de sua enunciação estabelecidas.” (MAINGUENEAU, 2011, p. 70).

Outro fator que também defende a esse respeito é que o *ethos* é sempre mostrado e, por isso, está intimamente ligado à enunciação. Não é aquilo que o enunciador diz, mas o que mostra ao auditório que será avaliado pelo coenunciador. É dessa maneira que o orador enuncia ser isto ou aquilo, ou seja, ser bom, digno de credibilidade e que suas palavras são críveis. Isso significa também que o *ethos* será eficaz se o enunciador não estiver explícito no enunciado.

Uma problemática que se estabelece para se definir o que seja *ethos* se institui quando se confronta oralidade e escrita, duas instituições que não estão dissociadas, mas que muitos teóricos fazem questão de distanciar. Isso se deve ao fato de para a primeira instância necessitar de um locutor com interação face a face, quanto a segunda instância exige do leitor maior esforço quanto elaboração de conteúdo prévio e imaginário, além de buscar pistas textuais para isso

A partir disso, Maingueneau postula a premissa acerca da vocalidade conferida aos discursos. Assim é possível se conferir “tom” tanto ao discurso escrito quanto ao falado. O tom será a identidade do posicionamento discursivo tomado

Vejamos melhor o que o autor nos esclarece:

Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando denega, um *tom*¹³ que dá autoridade ao que é dito, Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel do fiador do que é dito. (MAINGUENEAU, 2013, p. 107)

O fiador será, por sua vez, uma figura criada pelo leitor a partir de suas perspectivas sócias e conhecimentos de mundo, reconhecendo no texto pistas que lhe confirmam caráter a ou b ao fiador. A precisão da corporalidade ao fiador deve variar conforme o grau de precisão encontrado nos textos escritos e os conhecimentos do leitor.

¹³Grifo do autor.

A percepção de *ethos* tradicional evoca também a dimensão de caráter do orador que pode ser resumida como características psicológicas reunidas num indivíduo e esperadas pela sociedade. Além disso, Maingueneau (2011) acrescenta que nesse caráter também deve haver uma compleição corporal, mas também a forma de se vestir e portar-se no espaço social.

Oethos, portanto, implicará num misto de controle dos costumes e regras socialmente partilhados. Assim, o caráter do fiador terá como base os estereótipos construídos no seio da sociedade que circulam nos mais diversos meios de produção como midiático, literário, publicitário e, o que nos interessa, jornalístico. Além disso, a qualidade do *ethos* estará atrelada à imagem do fiador construída por meio do discurso. No caso do discurso jornalístico, por exemplo, a veracidade da informação e a confiabilidade dos dados são os principais elementos que podem construir um *ethos* positivo ou negativo diante do público leitor.

O cunho persuasivo existente no discurso se impõe por meio do universo de sentido construído como um todo, por meio do *ethos* e pelas ideias apresentadas em determinada realidade social que remetem a uma maneira específica de ser e de dizer. É dessa forma que são remetidas à realidade por percepções vividas. Portanto, o texto não deverá ser algo passível e estático de espetáculo, mas deverá mobilizar um fazer, uma ação. Com isso, a persuasão discursiva, isto é, a mudança de comportamento do coencunciador, dar-se-á por meio de um discurso no qual o leitor se identifique com o fiador. Isso significa que o fiador deve ser corporificado de valores socialmente partilhados por aquela comunidade a que se dirige, observemos, então, um exemplo para melhor ilustrar:

Que coisa!

Os coleguinhas da coluna que cobrem o pan de Toronto, no Canadá, estão sendo aconselhados a tomar cuidado com suas máquinas fotográficas e equipamentos.

Deve ser terrível viver num lugar inseguro assim.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 16.07.2015)

Observemos que, no exemplo anterior, o fiador se coloca diante do leitor como alguém que não apenas confere uma notícia dos acontecimentos ocorridos no mundial de atletismo das Américas, como também emite sua opinião implícita ao enunciado. Não revela de imediato, mas, como dito por Maingueneau, partilha dos anseios e costumes sociais de seu leitor.

Utiliza, também, de aproximação para criar uma cena íntima na qual solicita sua cumplicidade. Tanto que, para isso, lança mão da palavra “coleguinhas” para designar seus parceiros de profissão, os jornalistas correspondentes internacionais na cobertura do Pan-americano de Toronto, Canadá.

Finalmente, o fiador se corporifica num *ethos* amigável quando, a cena apresentada por ele é ironizada em sua frase derradeira: “Deve ser terrível viver num lugar inseguro assim.” É dessa maneira que diz a seu leitor- “eu entendo o que você passa com uma cidade insegura” ou “eu também compartilho da sua angústia, portanto sou seu cúmplice”.

Não devemos reduzir a existência do *ethos* a apenas como um suporte para a persuasão discursiva, segundo Maingueneau (2011), mas entender que ele é elemento integrante da cena da enunciação, tão importante quanto vocabulários ou enunciado. Isso se deve ao fato de que para haver discurso tem de haver, necessariamente uma cena enunciativa, isto é, o discurso pressupõe, a cena da enunciação para poder ser enunciado. Da mesma forma, num ritmo cíclico, deve legitimá-la, ou melhor, validá-la e instituí-la para de forma que considerar pertinente.

De fato, a “Cena da enunciação” estabelece três cenas para integrá-las, mas, como já nos estendemos sobre este assunto outrora, seremos breves desta vez. A cena englobante é o discurso jornalístico como um todo, já cena genérica como, já evocado, é basicamente a instuição discursiva, no nosso caso, o gênero coluna.

A cenografia apenas se desenvolve em sua total plenitude à medida que controla a si mesma. A cenografia é a própria enunciação que se devolve numa determinada situação como no cenário social estabelecido por Goffman (2002). Ao mesmo tempo, o *ethos* dela participa tornando este processo paradoxal, já que supõe uma cena de enunciação e é validada por essa mesma enunciação. Isso significa que legitima o enunciado e, ao mesmo tempo, este deve legitimá-la.

A seguir, esmiuçaremos os conceitos dos tipos de *ethé* que são possíveis serem encontrados.

2.5 A semelhança entre *ethos* pré-discursivo e *ethos* prévio

O conceito *ethos* pré-discursivo consiste em estabelecer uma análise pré-crítica, baseada em conhecimentos e conceitos socialmente partilhados, apoiados em questões

ideológicas vigentes num recorte temporal. Assim, o *ethos* pré-discursivo será construído junto aos estereótipos sociais mais comuns, os chamados *topos*.

Assim, antes mesmo do orador tomar a palavra, o auditório, seus interlocutores, constroem uma identidade para ele, baseados na imagem externa que apresenta. Se o orador é uma pessoa pública, a imagem construída pela mídia será o *ethos* pré-discursivo que o interprete terá a priori em sua mente. Mas, ao contrário, se o orador for desconhecido, outros índices serão procurados pelo auditório para que a imagem prévia seja construída. Nesses índices estão incluídas as vestimentas; o lugar de fala; os papéis sociais desempenhados auxiliarão na construção do *ethos* pré-discursivo que podem a vir se confirmar como positivos ou negativos no momento da enunciação.

No caso da interação face a face, as escolhas vocabulares, bem como o material linguístico de que dispõe o orador serão, também, elemento compositor da avaliação. Num meio textual, esse tipo de avaliação também ocorre, mas, como o monitoramento é maior, a influência não é tão percebida.

O auditório, portanto, é interprete dos atos do orador. Ele soma sua afetividade às pistas extradiscursivas que encontra desde o momento do início da audiência até o término do discurso. Arelados a isso, o ambiente corrobora para caracterizar a conferência de um *ethos* favorável ou não a esse orador; já que o *ethos* prévio já foi conferido.

Há muitas críticas envolvidas a respeito do posicionamento de Maingueneau (2011b) e Amossy (2011) sobre de a adoção do conceito sobre *ethos* pré-discursivo. Maingueneau, no entanto, refuta essas críticas com o seguinte argumento: se *ethos* é comportamento, então é um somatório de fatores verbais e não verbais, linguísticos e extralinguísticos que provocarão no interlocutor efeitos multissensoriais.

Além disso, devemos lembrar que o *ethos*, seja ele pré-discursivo ou discursivo, é estabelecido em contexto de interação. Obviamente que é por meio da enunciação, mas a interação social que permite tal fenômeno. Por esse motivo, é inegável que se elabore hipóteses do interlocutor antes mesmo de qualquer interação, principalmente, se essa interação for escrita, pois as pistas visuais que mencionamos não estão presentes.

O *ethos* prévio, conceituado por Ruth Amossy, é semelhante ao pré-discursivo de Maingueneau (2011b). Baseia-se, também, em conceitos não apenas linguísticos, mas também sociais, principalmente, ligados às ideias de Pierre Bourdieu, mas não dispensam as teorias argumentativas de seus predecessores como Chaïm Perelman, ao qual já dedicamos parte de nosso trabalho expondo e discutindo suas ideias.

Dessa maneira, Amossy (2011) reforça que todo orador ao tomar a palavra cria uma breve ideia de seu auditório para que assim seja possível não só traçar seu objetivo argumentativo, mas também, avaliar o tamanho do impacto que suas palavras terão em seu público. É dessa maneira que elabora e desdobra seu projeto, transformando ou mantendo-o como previsto para atingir seu objetivo de adesão.

Nesse sentido, o conceito de estereotipagem, que aqui já mencionamos, auxilia na construção imagética do auditório, principalmente, porque o orador constrói uma imagem de si baseada na imagem prévia de seu público. Assim, baseia-se nesses conceitos socialmente enraizados para criar sua própria imagem, mesmo que sejam valores discutíveis. A esse respeito, Amossy (2011, p. 125) orienta: “é preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes mesmo se se tratar de modelos contestatórios.”

Os estereótipos auxiliam na trama argumentativa na proporção que o orador relaciona seus interlocutores a categorias sociais, ou seja, os padroniza em grupos étnicos, políticos, religiosos entre outros. A partir disso, a construção argumentativa é facilitada, pois podem ser previstas novas abordagens e argumentos adequados aos grupos. Assim, é correto afirmarmos que toda construção da imagem de um auditório passa pelo conceito de estereótipo.

A imagem construída pelo orador apenas ganha autoridade quando seus esquemas de valores prévios são adaptados aos que seu auditório partilha. Isso não ocorre apenas pelo que o orador diz de si mesmo, mas pela modalidade conferida a seu discurso. Normalmente, um indivíduo ao tomar a palavra não se autoelogia para não criar para si um *ethos* prévio negativo. Ao contrário, o sujeito deixa pistas propositais para que seja construída a imagem que deseja passar.

Podemos dizer, então, que é inevitável construirmos ideias preconcebidas a respeito de quem toma a palavra. Baseamos no lugar discursivo e na autoridade sua fala para criar hipóteses que se conformarão ou não a respeito do orador.

A partir dessas premissas podemos considerar o *ethos* pré discursivo de Ancelmo Gois como um jornalista simpático, de gosto simples, porém refinado já que aprecia tanto a cultura erudita quanto a popular. Desdobramos também no fato de ser alguém de fácil comunicação pelas temáticas populares as quais aborda em seu conteúdo no jornal, pois apesar de gozar de prestígio por longa carreira no meio jornalístico, como já confirmado por nós em outra seção, suas escolhas linguísticas permanecem as mesmas e suas preferências se mantêm como o concurso, já conhecido pela comunidade carioca, das “Mulatas do Gois”.

Esse *ethos* pré-discursivo não se confirma em parte, pois essa acessibilidade a que supúnhamos não se concretiza; pois, quando entramos em contato como estudante para uma

entrevista com o jornalista, por diversas vezes, nossas tentativas foram ignoradas. Acreditamos, no entanto, que um *ethos* pré-discursivo não seja suficiente para criar uma imagem de um sujeito social, mas contribuiu em parte para desmistificar os ídolos e conceitos que tempos sobre pessoas públicas.

A seguir desenvolveremos mais um pouco os tipos de *ethé* que podem ser construídos e tentaremos exemplificá-los com parte do corpus na medida do possível. Dessa forma, classificando o *ethos* de Ancelmo Gois.

2.5.1 Desenvolvendo a competência dos *ethé*

Como vimos alhures, a questão que incide sobre o conceito de *ethos* depende sobre qual posição e perspectiva teórica deseja-se filiar, Dominique Maingueneau, por exemplo, ultrapassa a concepção retórica e pragmática para estabelecer sua própria concepção discursiva do que seja esse parâmetro para ele. Dessa maneira, o linguista concebe diversas categorias em que um *ethos* pode ser classificado segundo a imagem construída pelo orador do discurso e suas características pré e discursivas.

A partir disso, usaremos, adiante, seus parâmetros para identificar, debater e exemplificar os *ethé* encontrados em nosso *corpus* sempre que possível.

2.5.2 Ethos Homogêneo

O *ethos* homogêneo, ao qual Maingueneau (2013) se refere, consiste na imagem social discursiva comum evidenciada por meio das pistas que encontramos no discurso. Nossas crenças e costumes, somados ao conceito de estereotipagem cria mecanismos para nos auxiliar na construção da imagem do orador. Ao mesmo tempo, ele deixa pistas implícitas por meio de seu discurso, como já mencionamos, traços de sua subjetividade. É fato que essas pistas são aquelas que o orador deseja que o seu interlocutor interprete, mas, ainda assim, revelam características de sua personalidade.

Nesse sentido, quando um orador mantém características comuns a um único padrão de grupo social, suas escolhas lexicais e grupos linguísticos são sempre os mesmos, ou seja,

não variam tanto quanto ao registro ou à variedade da língua dentre outras características, tem-se um *ethos* homogêneo, como o que veremos a seguir.

Crianças devolvidas

O juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza da 4ª vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, condenou um casal a indenizar em 30 mil três irmãos que haviam adotado.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 03.08.2015)

No informe anterior, podemos perceber como o fiador apresentou ao seu leitor um *ethos* homogêneo, ou seja, único, sem oscilações no perfil esperado diante de uma notícia para qual se deseja uma postura mais séria e, portanto, um orador, mais comprometido com tal seriedade.

Um *ethos* homogêneo, comprometido com a unicidade da sua imagem utiliza apenas a informação como base para sua notícia, não se esquecendo dos elementos de “onde”, “como”, “quem” os fatos ocorreram sem que deixasse transparecer qualquer resquício de índice avaliativo do enunciador ou traços que transparecessem elementos dispares à sua personalidade como efeitos de ironia ou jocosidade.

2.5.3 Ethos Heterogêneo

Um *ethos* heterogêneo constitui, como o próprio nome sugere, a criação da imagem de um orador mais despreocupado em manter único *ethos* a seu público. Esse estilo, pouco convencional ao discurso jornalístico, sugere maior descontração a respeito do fiador.

Dessa maneira, da mistura de formalidade com a informalidade surge um estilo informal e descontraído e, ao mesmo tempo vinculado ao que está acontecendo, pois mescla ora conceitos de registro padrão culto, ora registro despojados diversos. Assim, perante os textos para causar maior aproximação e obtendo de seu leitor incorporação em seu ponto de vista. Observemos, então, o exemplo a seguir:

Yan Kardashian

Um bebê nascido em Cordovil, no Rio, foi batizado de Yan Kardashian. É que mãe achou o sobrenome da socialite Kim, que faz sucesso pelo tamanho popô.

A mãe pediu a amigos pesquisassem a grafia correta na internet e pôs como segundo nome no neném, hoje com três meses. Não gosto, não...

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 03.08.2015)

O *ethos* heterogêneo como dissemos apresenta traços distintos de personalidade. Podemos observar claramente essa distinção quando há a variação entre a o conteúdo da notícia do qual o fiador mantém-se em distanciamento e a sua inserção mais aprofundada. Notemos que há dois fiadores em conflito: o primeiro neutro e imparcial e o segundo tendencioso e coloquial.

O *ethos* entra em conflito e torna-se heterogêneo quando há a inserção da oração explicativa: “que faz sucesso pelo tamanho do popô.” Era possível que fosse atributo, qualidade ou identificação para caracterizar a artista, mas como uma escolha subjetiva, optou-se por tal oração em que o uso coloquial mais uma vez assume o lugar discursivo no registro padrão como uma das características mais presentes do *ethos* do orador.

No parágrafo seguinte, há novamente uma mudança para o *ethos* neutro, pois a notícia precisa de continuidade e, portanto, o gênero impele ao fiador maior distanciamento. Isso posto, finaliza o informe com a seguinte frase: “Não gosto, não...” Com esta assume lugar novamente não mais de apenas tecelão, mas de sujeito enunciativo e comunicante que deseja revelar seu pensamento e a adesão de seu público.

O *ethos* heterogêneo é um *ethos* que reside no limiar entre a neutralidade da não pessoa e seu aparente distanciamento e a presença da primeira pessoa e sua modalidade subjetiva, configurando maior irreverência como vimos até aqui.

2.5.4 Ethos Híbrido

O *ethos* híbrido consiste em misturar em uma mesma enunciação várias faces éticas para que se possa “agradar” a um público variado. É comum encontrar um *ethos* híbrido, isto é, composto por mais de um componente identificável de personalidade, em textos publicitários, pois, dessa forma, é possível agradar a um público muito diferenciado. Além

disso, o tipo de construção discursiva é mais direcionada, por vezes, a mais de um público, portanto, as variedades linguísticas são comuns de serem encontradas, donde encontramos o nome “híbrido”.

Maigneueau (2013) alerta que o *ethos* híbrido não corresponde a uma realidade social porque se dependermos de escolhas linguísticas, por exemplo, para identificar as características das partes de esse *ethos* e compará-los à realidade, veríamos que não é possível que um mesmo enunciador utilize escolhas tão díspares para compor seu discurso. Vejamos, então, um exemplo para melhor esclarecer tal conceito.

A bença, vovó
Sabe onde a rede de lojas de Fábrica de bolo vó Alzira, do Rio, vai abrir uma filial?
Em Miami.
A marca tem mais de cem lojas espalhadas pelo Brasil.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 22.08.2015)

Um *ethos* híbrido é composto de duas “falas” de, pelo menos, duas variedades linguísticas caracterizadas e apresentadas num único corpo discursivo com vistas à aproximação do interpretante.

Nesse caso, podemos identificar, no exemplo anterior, a presença da variedade caipira na composição do título do informe: *A bença, vovó*; já que a palavra “benção” sofre redução em virtude do falar caipira. O conteúdo do informe, no entanto, volta ao tom coloquial costumeiro para simulação dialogal com o leitor. Prova disso, é a inserção de um questionamento como início da notícia propriamente dita: “Sabe onde a rede de lojas de Fábrica de bolo vó Alzira, do Rio, vai abrir uma filial?”

O *ethos* construído aqui utiliza o recurso híbrido para promover maior interação com o leitor, mas também criar um tom de intimidade familiar, tanto que o título, convenientemente escolhido atrela o costume popular dos antigos, “pedir benção à avó” como o nome da rede lojas. Somado a isso, então, o ambiente criado pelo enunciador de cumplicidade com seu interlocutor, pois conta-lhe uma novidade que supunha não saber: “Fábrica de bolos Vó Alzira abrir uma filial em Miami”.

Tentamos até aqui demonstrar que a construção da imagem de um orador passa por diversos conceitos, mas sobretudo, que é inevitável uma construção prévia por parte do auditório. Essa construção sempre será baseada em elementos sociais, extralinguísticos entre

outros, mesmo que a imagem antecipadamente construída seja desfeita ao longo do percurso discursivo.

Como se pôde perceber, o ethos não é dito, mas mostrado por meio de pequenas pistas deixadas durante o discurso a fim de que o interlocutor construa, por si mesmo a imagem que supõe ser a ideal ao orador. Essa imagem, no entanto, sempre será uma imagem fictícia, nunca corresponderá ao real, pois, para cada momento enunciativo, é possível criar uma nova face correspondente, como no teatro de Goffman (2002).

No próximo capítulo, nos dedicaremos a novas abordagens a respeito da imagem construída e demonstrada por meio do discurso do enunciador e, mais uma vez recorreremos aos exemplos encontrados nas colunas de Ancelmo Gois. Agora, no entanto, tentaremos atrelar novos conceitos à temática do ethos discursivo, como as várias perspectivas sobre Modalidade. Gostaríamos, então, de provar que o conceito de modalidade está presente em nosso corpus de trabalho e, contribui para a construção de novos *ethé*.

3 MODALIDADE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

A *modalidade* contempla um dos conceitos mais debatidos no campo dos estudos linguísticos, seja pela pluralidade de abordagens e teorias sobre o assunto, seja pela gama de elementos que englobam tal objeto. Assim, por muitas concepções teóricas, pode ser entendida semelhante ao conceito de *modalização*. Desse modo, seria, então, a marca linguística da inserção do sujeito no discurso e, por seu turno, é possível não apenas identificar esse sujeito enunciador, como formular hipóteses a seu respeito.

Esse olhar remonta à antiguidade clássica, principalmente, observando os pressupostos aristotélicos sobre as aléticas, ou seja, a *modalidade* não mais como um conceito único de verdade ou falsidade, mas como as proposições ditas serem *possivelmente* verdadeiras ou *necessariamente* verdadeiras. Nesse sentido, tem-se a partir daí a instituição das modalidades fundamentais estabelecidas na *Retórica*.

Isso significa que, assim como a Gramática, a *modalidade* nasce junto à filosofia. É apenas a partir dos recentes estudos linguísticos que o conceito de *modalidade* se separa de *modalização* para ser visto como uma categoria da língua, enquanto a *modalização* passa a ser um fenômeno enunciativo, mas não se apartando da perspectiva da lógico-filosófica apregoada desde Aristóteles.

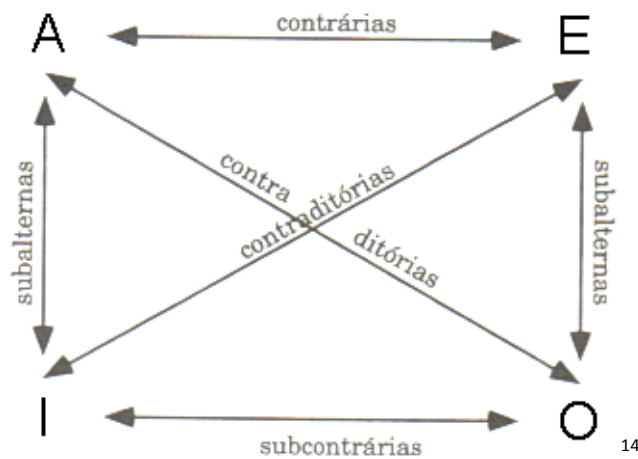
A proposta dos gêneros discursivos e o sistema modal ter sido pautado na frase nutrem até hoje a ligação entre a lógica e os estudos linguísticos. Esse olhar se baseia na relação entre pensamento, realidade e linguagem, alicerce para a *modalidade* aristotélica, chamada *apofântica*. Dessa maneira, as *modalidades* cunhadas no seio da verdade do estado de coisa são as motivadas e, ao mesmo tempo, referem-se ao eixo da existência.

Agora, os enunciados não são apenas verdadeiros, mas passam a assumir nuances mais relativas e dependentes de outras circunstâncias. Em outras palavras, há maior maleabilidade nas verdades propostas num enunciado. A partir disso, a *necessidade* e a *possibilidade* assumem o lugar alético.

A modificação daquilo que seja verdade rígida e inexorável, para nuances de aproximação plástica, mediante as inserções modais, só é possível à medida que ambas as modalidades sejam conceitos pertinentes de relação íntima. Ao mesmo tempo, tanto *necessidade* quanto *possibilidade* podem ser definidas uma a partir da outra mediante a inserção de uma negação. Como, porém, existem duas formas de negação, uma interna e outra externa. Forma-se, assim, o quadrado lógico aristotélico. (KOCH, 1987)

Este quadrado lógico é composto por posições que se opõem de forma diretamente proporcional. Dessa maneira, as posições estabelecidas se opõem em sentido lógico. Na parte superior horizontal, está situada a relação de contrariedade. As linhas diagonais representam a contradição. Quanto à linha inferior fica a responsável pela *subcontrariedade* e, por último, a relação de *subalternação* são posicionadas as retas verticais. Eis o quadro ilustrativo:

Imagem 4 – Quadro lógico



Fonte: KOCH, p.75,1987.

Os contrários correspondem a proposições incompatíveis, isto é, uma negação anula a primeira proposição. Nessa perspectiva, ambas as proposições podem ser falsas, mas ambas não podem ser verdadeiras. Esse, então, é o eixo do *necessário* e do *impossível*. Vejamos duas proposições hipotéticas:

a- *É necessário* que ele venha à reunião.

b- *É impossível* que ele venha à reunião

~~

a.1- *É necessário* que ele venha à reunião, mas é *impossível* que ele venha.

b.1- *É necessário* que ele venha à reunião, mas *não é impossível* que ele venha à reunião.

a.2- *Não necessário* que ele venha à reunião, mas *não é impossível* que ele venha

¹⁴ Quadro lógico semelhante ao usado por Koch (1987).

As proposições anteriores foram propostas separadamente para que, a princípio, fosse notada a oferta de sentido completo nos enunciados. Após isso, há em **a**.1 aplicação da teoria do quadrado aristotélico. A partir disso, podemos verificar a veracidade da proposta tendo em vista que a união em período composto não anula a primeira premissa.

Se, no entanto, inserimos uma negação em **b**, o enunciado **a** passa a ser falso porque a negação inserida em **b** não anula a possibilidade de **a** ação ocorrer, ou seja, “que ele venha à reunião.” Notemos que a invalidação se dá por meio de uma incongruência semântico-pragmática. Isso porque, em **b**, há uma possibilidade de ocorrer o fato. Dessa maneira, não há como ocorrerem ao mesmo tempo as duas premissas. Da mesma forma, ao incidirmos com a negação em ambas as premissas, como postulado na teoria, ambas as alternativas permanecem verdadeiras.

Quanto às proposições contraditórias, são as que se apresentam em alternância. Em outras palavras, são aquelas que, quando uma proposição se apresenta como falsa, outra, automaticamente, será verdadeira. O inverso também ocorrerá, daí o conceito de alternância. Esse, portanto, é o eixo do *necessário* e do *contingente*; e do *possível* e *impossível*.

Utilizaremos os mesmos enunciados para observamos como se desenvolvem as premissas contraditórias:

- a- *É necessário que ele venha à reunião, mas não é improvável¹⁵ que ele venha à reunião.*
- b- *É possível que ele venha à reunião, mas não é improvável que ele venha à reunião.*

Em **a**, a primeira oração apresenta noção de obrigatoriedade, enquanto a segunda oração, aquela inserida pelo conector, *mas*, ao ser introduzida mediante a negativa, anula a validade da primeira devido a uma incompatibilidade lógica. Não ser improvável não garante a necessidade de se fazer algo, mas ao mesmo tempo, sugere a dúvida em relação à obrigatoriedade imposta pela modalidade de *necessário*. Nesse caso, a incompatibilidade fica a cargo de o enunciador decidir entre a obrigatoriedade e a não obrigatoriedade de o fato ocorrer. Da mesma forma ocorre em **b**, pois o impossível anula o termo *possível* e, ao mesmo tempo a permanência de ambos numa mesma posição contradiz o enunciado.

¹⁵ Optamos por usar o termo improvável por ser mais usual à língua em lugar do proposto “contingente”.

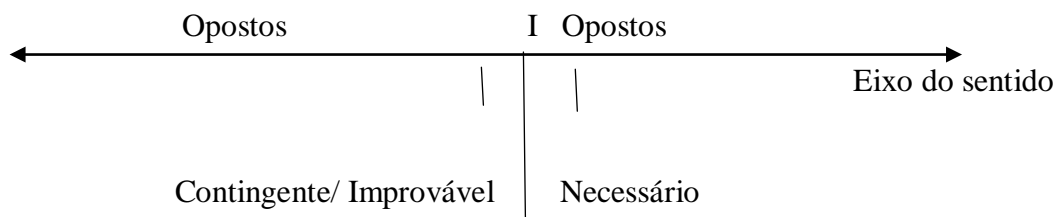
As subcontrárias, por seu turno, correspondem às disjunções, isto é, as proposições podem ser ao mesmo tempo verdadeiras, no entanto, ambas não podem ser falsas simultaneamente. Esse é o eixo do *possível* e do *contingente*.

- a- **É necessário** que ele venha à reunião, mas **é improvável** que ele venha.
 b- **Não é possível** que ele venha à reunião, **mas não é improvável** que ele venha à reunião.

Acima, verificamos que a possibilidade de ambas serem verdadeiras se dá por meio da subcontrariedade existente em **necessário** e **contingente**. Em outros termos, a união em mesmo enunciado de ambas as premissas não as invalida porque a pertinência semântica, existente em ambos os termos, confere a realização enunciativa, visto que em *necessário* e *contingente*, a fluidez da hipótese se faz presente. Além disso, a oposição que se configura não é de maior afastamento do eixo dos sentidos, ou seja, ambos são termos opostos pertencentes ao mesmo campo semântico.

Se imaginarmos o conteúdo semântico existente nas palavras como uma linha horizontal e reta, poderíamos representá-la da seguinte maneira:

Imagem 5 – Reta dos opostos



Fonte: Desenvolvido pela autora deste trabalho

No diagrama, podemos observar que as modalidades se encontram próximas ao marcador **I**, eixo das igualdades dos sentidos, pois, apesar de opostos, possuem proximidade semântica como observado.

A sobreposição da lógica à Gramática, portanto, sempre foi uma perspectiva usada para aproximar de maneira isomórfica os conceitos da *modalidade lógica* à *modalidade linguística*. Esse conceito, no entanto, transmite um equívoco quanto à concepção do que seja a lógica e a língua enquanto sistema. Isso porque na língua, a *modalidade* se

desenvolve por meio da frase e seus tipos, além disso, como bem salientam muitos estudiosos, a língua não é lógica, como bem saliente Schlee (2011).

3.1 Modalidade e Modalização: diferenças e aproximações

Ao pensarmos no que seriam as definições para *modalidade e modalização* e por qual motivo os conceitos são tão instáveis e se modificam segundo as diversas perspectivas teóricas, concluímos que o caminho a ser percorrido para nosso debate acerca de tais diferenças será seguindo o percurso pelo qual os estudos linguísticos e enunciativos trilharam até aqui.

Nesse sentido, é Charles Bally (1932) quem, a partir da problematização a respeito da frase quem inicia as discussões sobre o tema. Assim, a partir das proposições sobre o *modus* e o *dictum* e com a recuperação das teorias da escolástica, desenvolve uma teoria linguística enunciativa, mas lue não se desenvolve em sua base gerativista.

Por outro lado, Benveniste (1979) quem de modo mais particular se aprofunda na questão da subjetividade no enunciado. Isso se dá, conforme já aludimos no primeiro capítulo, a partir do debate a respeito da categoria das *deixis* de pessoa, tempo e espaço e para os quais, o linguista remete ao estatuto de *presença do interlocutor no próprio discurso*, mas não se aprofunda na modalidade formal. Isso porque seu objetivo é teorizar acerca da modalidade na enunciação como veremos adiante.

Para Maria Aldina Marques (2006), o distanciamento de Benveniste em relação à modalidade formal, em parte, configura o conflito no qual estão submersos os debates acerca da aproximação e distanciamento dos termos, principalmente, no que tange às nomenclaturas *modalidade e modalização*.

Salienta, ainda, que os limites entre os conceitos nada mais são do que de natureza terminológica, visto que o fato de o termo *modalidade* ser oriundo de herança helênica, mais precisamente uma herança ateniense, contribuiu para a união dos termos. Conceito que também fora reaproveitado pelos estudos enunciativos e, por tal força de tradição, impõe-se à modalização. Além disso, a diferença entre os termos se modifica à medida que se opte por esta ou aquela filiação teórica, como já mencionamos. Nesse sentido, a opção por *modalização* seria recorrente às práticas interacionistas, quanto o formalismo fica ao cargo da *modalidade*.

Há, também, outras duas problemáticas que tangem as discussões sobre os limites de uma e de outra. A primeira delas é o que Marques (2006) classifica como: “a sobreposição de termos e conceitos” e, a segunda, “a coocorrência de dois termos”. Essa última classificação se subdivide em outras três como descreveremos a seguir.

A *sobreposição dos termos e conceitos* consiste no uso indiscriminado acerca dos termos, ou seja, os termos são usados como sinônimos e, portanto, a definição, segundo a qual indica *o olhar do locutor sobre o outro ou sobre o discurso*, assume, portanto, uma conotação genérica e de ampla abrangência.

Quanto à segunda classificação proposta para elucidar a questão a respeito da diferenciação dos termos, apresenta três subtipos. O primeiro deste subtipo é nomeado como “distinção entre processo e produto.” Neste, a relação abordada é de uma relação na qual a modalização é concebida como um processo, enquanto a modalidade definida como uma categoria linguística. Assim, seria o primeiro um processo abrangente discursivo no qual o locutor está inscrito, assim como a relação por ele estabelecida. Em outras palavras, a interlocução e a influência sobre o interlocutor estão juntas nesse processo. Quanto ao segundo, a modalidade seria um produto que está relacionado a diferentes mecanismos da língua que estão a serviço do processo.

O segundo critério conferido por Marques diz respeito a *uma relação de parte-todo*. Em outros termos, quando optam por essa classificação, os teóricos assumem uma posição meronímica diante dos conceitos de *modalidade* e *modalização*. Isso significa que, dentre as modalidades diversas que podem se apresentar na língua, seriam elas uma subclasse da *modalização*.

O terceiro critério que agrupa um outro posicionamento teórico fica a cargo da *especialização terminológica*. Cabe a este a visão da *modalização* como um fenômeno metaenunciativo, ou seja, é entendido como um comentário metaenunciativo. A modalização autonímica proposta por Authier-Revuz (1995) é carro-chefe dessa concepção. Este terceiro critério não contempla a perspectiva modal, portanto, mais uma vez, a modalidade fica com poucas bases para a definição. A respeito de modalização autonímica, dedicaremos uma seção a esse debate e, conseqüente, aprofundamento do tema.

3.1.2 Modalidade: aprofundamento da conceituação linguística:

Em contrapartida aos limites e parâmetros estabelecidos por Marques (2006), é por meio do funcionalismo se debruça na identificação e definições a respeito da modalidade sem que o termo adote características de sinonímia da modalização.

Quando Charles Bally (1932) define *modalidade* como a forma linguística de expressar um juízo de valor a partir do conceito de *modus*, ampliando os debates a respeito do tema. Quanto ao *dictum*, refere-se ao conteúdo veiculado no enunciado. Esses conteúdos nem sempre estão veiculados no enunciado, podem estar implícitos.

A esse respeito, Maingueneau (2016) chama a atenção para a problemática teoria dos atos de fala e sua conseqüente distinção do enunciado e da força ilocucionária. Além disso, do fato de esses postulados nascerem desses do conteúdo implícito.

Assim, a *modalidade* implícita se diferencia da *modalidade* explícita. A primeira se traduz quando o *modus* e o *dictum* não se separam no enunciado, ou seja, aparecem inferidos. Quanto à modalidade explícita, é o tipo de relação modal expressa por meio de uma unidade léxica autônoma como um verbo, adjetivos, formas adverbiais como podemos conferir no seguinte exemplo:

Flores em vida

*Irene Ravache posa nos bastidores do Projac, a **Hollywood da TV Globo**, num intervalo das gravações de “Além do tempo”, a novela das 18h. A **grande atriz que tem encantado os próprios colegas no papel de a condessa Vitória**, completa 71 anos na quinta-feira agora, dia 6. O aniversário é dela, mas quem está de parabéns é dramaturgia brasileira. Sucesso!*

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 04.08.2015)

Destacamos no exemplo as modalidades que são explícitas, representadas pelas categorias gramaticais do português. A primeira delas, o aposto usado “a Hollywood da TV Globo” não apenas explica, mas confere um *status* elevado e, por isso avaliativo a respeito do Centro de Produções de entretenimento da Rede Globo.

Da mesma forma, o uso do adjetivo “grande” antecipado ao substantivo “atriz” em “a grande atriz” introduz a avaliação positiva em relação ao trabalho de Irene Ravache. Neste mesmo enunciado, o período se completa com uma oração adjetiva “que tem encantado os

próprios colegas no papel de a condessa Vitória”, ratificando os elogios conferidos pelo enunciador em relação ao bom desempenho da atriz por meio de seu trabalho.

Acrescentemos a isso, o fato de a oração relativa ser organizada de tal maneira a fim de persuadir o alvo de determinado ponto de vista. Observemos melhor a oração:

que tem encantado os próprios colegas no papel de a condessa Vitória

Notemos que o emprego de os “próprios colegas” insere na oração maior força argumentativa, pois é por meio dele que se é possível fazer inferências pragmático-discursivas. O sintagma “os próprios colegas” rege uma comparação implícita com o público telespectador, pois seria este a ficar encantado com o trabalho da atriz, já que temos de considerar que uma novela é feita para determinado público.

Todas as modalidades informam ao coenunciador o ponto de vista do enunciador. Dizem a este por meio de posicionamentos avaliativos o pensamento daquele a respeito de determinado assunto. Além disso, auxiliam na argumentação a respeito da temática: “dramaturgia brasileira”. Em última instância, permite que criemos inferências e preenchamos lacunas sobre o sujeito comunicante, principalmente, criamos um *ethos* para esse sujeito.

Bally (1932), também, distingue quatro classes modais *intelectuais, afetivas, volitivas e interrogativas*. Além disso, sua compreensão de sujeito é pedra angular para o desenvolvimento de outros pensamentos sobre mesmo tema. Isso porque o linguista separa o *sujeito modal* a quem classifica o sujeito existente no enunciado do *sujeito social*. Como bem lembram Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau, em *Dicionário de Análise do Discurso*(2016), é a partir disso que se abre a *problemática da polifonia*, desenvolvida por Oswald Ducrot (1987).

A classe da modalidade engloba outros recursos além desses. Alguns recursos ficam implícitos, tanto morfológicos quanto prosódicos. Os morfológicos fazem parte da morfologia dictal. Os recursos prosódicos, no entanto, ficam a cargo da entoação (em enunciados interrogativos, por exemplo), tempo, intensidade e timbre. Observemos:

A outra Cármen

A ministra Cármem Lúcia, sexta-feira, foi fazer uma palestra para os cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras, em Resende (RJ). Foi com a banda de música da Aman tocando a ópera Carmen, de Bizet. Não é fofo?

Grifamos acima, uma interrogação que salienta a modalidade por meio da prosódia. Notemos que, além de apresentar uma interpelação que visa a uma concordância do alocutário, devido à natureza do questionamento, percebemos também claramente a inserção subjetiva. Além disso, a presença do sinal de pontuação, confere ao enunciado a entoação necessária à pergunta, pois mesmo diante de discurso escrito tendemos a entoá-lo, mentalmente, a cadência pertinente à interrogação.

Halliday (2004) em sua perspectiva teórica, assemelha-se às postulações de Bally (1932). A definição do conceito de modalidade assume contornos mais definidos e distintos ao de modalização.

Nesse contexto, a *modalidade* consiste num recurso interpessoal de utilizar expressões linguísticas para relacionar significados. Assim, o falante expressa seu juízo de valor de diversas formas e em diferentes graus. De tal modo, os indivíduos assumem uma posição e expressam sua opinião ou ponto de vista a respeito de algo.

Essa noção está relacionada à distinção entre *proposição* e *proposta*. A *proposição* compreende a noção informação, já proposta acarreta a noção de bens e serviços. Essas duas noções de *modalidade* são, respectivamente, compreendidas por *modalização* e *modulação*. A primeira pode também ser chamada de *modalidade epistêmica*, já a segunda por *modalidade deôntica*. Ambas as modalidades podem apresentar graus de polaridade, sendo para positivo ou negativo, ou seja, é possível se negar um conceito ou afirmá-lo.

Há alguns recursos linguísticos usuais para se expressar *opinião*, *dúvida*, *certeza etc.*, expressar um ponto de vista sobre algo ou alguém. Classifica, também, como recurso interpessoais que auxiliam a explicação da metafunção interpessoal da linguagem. Dentre eles, destaca os vocativos, expletivos, verbos modais, adjuntos modais, adjuntos de comentários e expressões modalizadoras.

Muitos desses conteúdos são veiculados em compêndios gramaticais sem que se tenha dado esclarecimento funcional a respeito. Fuzer (2014), revisitando as propostas daquele autor, apresenta uma sistematização a respeito dos possíveis recursos léxico-gramaticais utilizados para expressar *modalidade*.

Os vocativos, por exemplo, chamamentos, invocações são pertinentes ao diálogo mais comuns nas interações face a face. Os expletivos se caracterizam por serem elementos que evidenciam o estado de espírito do locutor. Já os verbos modais são as formas que indicam por meio do sentido o grau de comprometimento do locutor na enunciação.

Os adjuntos modais, por sua vez, podem apresentar características diversas nas quais estão inseridas as polaridades, a modalidade, a temporalidade e o modo. A polaridade, como já dissemos, imprime no enunciado uma escolha do locutor seja para positivo, seja para negativo. A modalidade, no entanto, indica a frequência ou certeza de algo no enunciado, por isso o sentido que indicam *probabilidade, usualidade prontidão ou obrigação*. (FUZER, 2014, p.117)

Quanto aos adjuntos que indicam temporalidade, podemos dizer que são aqueles que veiculam não apenas a noção de tempo, mas também, a chamada tipicidade, isto é, estes adjuntos indicam a frequência com que o evento acontece. Por outro lado, o adjunto que indica Modo é aquele que expressa o sentido de indicar *obviedade, intensidade ou grau*. Assim, estes adjuntos expressam em maior grau a opinião ou julgamento do enunciador em textos diversos.

Outros adjuntos que acarretam um ponto de vista enunciativo são os chamados adjuntos de comentário. Esses expressam a opinião do falante, pois veiculam os seguintes sentidos em seus cerne: *admissão, opinião, desejo, avaliação, predição, presunção, solicitação* etc.

Há expressões modalizadoras que, assim como os elementos anteriores, carregam consigo a função de inserir um sujeito e seu ponto de vista por meio dos enunciados. Essas expressões são compostas em português pelo sintagma **verbo ser + adjetivo**. Dessa forma, é comum as expressões surgirem nos discursos para atenuar aquilo que se diz. Estes são exemplos do composto: *é certo, é provável, é possível, é necessário* e outros.

Almeida (2006) acrescenta que *omodo* é uma categoria gramatical mais restrita, associado ao verbo. Ela traduz o tipo interação com o alocutário e, por isso, a opção pelo termo “modalização” de muitos teóricos.

Por outro lado, se estiver atrelada ao enunciado, a *modalidade* confere o sentido da relação que se estabelece entre locutor com o enunciado ou, em perspectiva enunciativa, a relação existente entre enunciador e enunciatário. Pode ser expressa por quaisquer elementos da língua, mas sobretudo, pelos circunstanciais. Por isso, é possível dizer que a *modalidade* é como se dá uso de categorias linguísticas dentro do processo de enunciação. Assim como argumentação, também, a modalidade também está a favor da enunciação.

A autora divide os modais em dois grupos: *significantes modais lexicais* e *significantes modais gramaticais*. No primeiro grupo, encontram-se palavras como o “talvez” que sempre marcam o enunciado com incerteza. O modal não consegue sozinho conferir dúvida, é sempre necessária a modificação verbal para o Subjuntivo, ainda que este seja um

modal compatível ao Indicativo. Desse modo, a presença no início do enunciado não é a mesma que ao final.

A pausa, por vezes necessária, por meio da vírgula, é fator que colabora para diminuir a incidência modal dubitativa em relação ao verbo. Isso ocorre principalmente diante do deslocamento do elemento para o fim da frase. Assim, assume ares pragmáticos, pois incita a hipóteses extralinguísticas.

Os advérbios, por exemplo, os terminados em *-mente*, como *certamente*, *provavelmente*, *indubitavelmente*, no mesmo sentido, sugerem hipótese. Por esse motivo, a escolha de um ou outro advérbio não afeta o conteúdo enunciado como um todo, pois são escolhas também por razões pragmáticas. Assim, podemos dizer que os modais lexicais são mais difíceis de serem isolados. Isso ocorre em função da mudança necessária no verbo mediante ao deslocamento do termo.

Os modais gramaticais, no entanto, são os verbos como *dever*, *poder*, *parecer*. Em outras palavras, o verbo com a modificação de tempo e modo indica também características relevantes em relação ao enunciado. Vejamos um exemplo:

Deve ser terrível...

*O “NY Times” enviou aos assinantes um aviso informando que a entrega **poderia** atrasar esta semana, por conta do fechamento das ruas para a Assembleia da ONU e da ... visita do Papa.*

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 25.09.2015.)

Observemos que, no exemplo anterior, há a presença de dois verbos modais por excelência. O primeiro deles, o modal “deve”, indica maior comprometimento com a opinião do enunciador em virtude do sintagma no qual vem inserido “Deve ser terrível”. Esse título escolhido sugere ao leitor um humor construído por meio da ironia referencial que parte do conteúdo do enunciado para a interpretação ao contexto que se desdobra no informe.

O segundo verbo modal, “poder”, segue a perspectiva do não comprometimento com aquilo que se diz, por esse motivo, é conjugado em Futuro do Pretérito. É relevante destacar que diferentemente do comumente enunciado, o enunciador opta pelo futuro em detrimento do Imperfeito. É bastante provável que tal opção se dê em virtude das regras explicitadas abaixo.

O tempo Futuro, por exemplo, é essencialmente modal, pois pode assumir características desde o categórico até o dubitativo. Trata-se de um tempo no qual algo está a advir e, por isso, reside na memória e na expectativa dos sujeitos. Além disso, não pode ser provado como o Perfeito.

O Imperfeito, por sua vez, é o tempo mais usual em português. É a ele a que se recorre de forma modal em lugar do Futuro do Pretérito, principalmente, se o intuito é se traduzir valor de irrealidade. Além disso, o tempo elimina a necessidade de modificação de modo. Por esse motivo, que Almeida (2006) adverte que a recorrência deste tempo se faz usual não somente em gêneros narrativos, mas também em outros como os discursivos.

Isso ocorre porque a presença de uma sílaba a mais no Futuro do Pretérito aparenta ao falante uma característica redundante ao tempo. Nesse sentido, o Imperfeito acarreta valor semelhante com a ausência de uma sílaba. Fato este que corrobora para a dinamicidade da interação, principalmente, a interação face a face. As modalidades associadas ao verbo não carecem da necessidade de ir para o condicional.

Podemos dizer, então, que a maior incidência de uso do Imperfeito se deve ao fato de poder traduzir, além do aspecto acabado, outros valores como cortesia, concordância e, também, a já aludida condicionalidade.

Bisbal (2006), em sua análise sobre o conceito de *modalidade*, critica a proposta de Bally (1932), pois em sua perspectiva diz ser esta insuficiente, já que não é informativo e eficaz ter de decidir a respeito do conteúdo do que se diz. Isso porque não se avaliam os efeitos do que se diz no alocutário. Assim, o autor crê que é necessário um estudo no qual não se evitem as fontes de conhecimento em que se baseia o locutor. Ou seja, todo sujeito não separa a experiência subjetiva dos enunciados proferidos, pois sua posição é sempre uma posição social. Isso, no entanto, é assunto para outro trabalho.

Bisbal, apoiado em Chafe (1986), propõe uma extensão da modalidade epistêmica a qual classifica como *evidencialidades*. Essa modalidade se traduz em crenças expressas por meio de elementos linguísticos no enunciado. Ou seja, o locutor considera o conteúdo do que diz baseado na fonte de conhecimento na qual se baseia. As fontes podem ser bastante amplas, mas as principais são: *crenças, indução, sensorial, evidencia baseada em terceiros*, ou seja, ouvida, *por dedução*. Vejamos a seguir como é que se desenvolvem essas *evidencialidade*:

a-Crença

Pode assumir representação implícita ou explícita, de tal maneira, que possa ser conjugada aos conjuntos de valores partilhados por determinado grupo ou comunidade. A *evidencialidade* da crença explícita vem sob as formas verbais *crer, acreditar, supor*,

pensar, entre outros que denotem tal valor. A *evidencialidade* implícita, por outro lado, é percebida por características evidentes de conhecimento de mundo. Observemos o exemplo:

Lei Lavoisier

Aliás a cozinha brasileira adora inventar moda. Strogonoff de carne é invenção russa. O de frango é coisa nossa. Eu apoio.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 14.09.2015)

A estratégia usada sagazmente pelo enunciador ao intitular o informe como “Lei Lavoisier” apela para a evidência da crença partilhada comum a todos para criar humor no informe disposto. Pelo menos, é presumível, ao conhecimento enciclopédico no que tange aos ensinamentos escolares que se conheça a mais comum das leis científicas, uma das leis de Lavoisier que, postula célebre máxima: “Na natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma.” Dessa maneira, é usada como conteúdo pano de fundo à narrativa que se segue. Ao noticiar que o Strogonoff tem origem russa, não precisa explicar ao leitor que o título escolhido foi propositalmente inserido para ativar suas memórias em relação à mudança do tipo de preparo e carne usada no Brasil e na Rússia. Além disso, ativando os mesmos conhecimentos partilhados com a estratégia da evidência implícita, utiliza o prato “Strogonoff” como temática da narrativa, mas não é necessário dizer ao leitor que “strogonoff” é um tipo de comida.

b-Indução

A indução se baseia nas crenças empíricas ou experiências dos sujeitos, mas principalmente, as experienciadas pelo enunciador.

Aliás...

Por falar em comida e caminhão, tem uma frase de para-choque em Frei Paulo que diz assim:

- Quem faz a comida é o tempero.

Quem tempera comida é a fome.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 13.09.2015)

Grifamos no informe anterior o aforismo que representa a *evidencialidade* baseada em indução. Percebamos que o enunciador traz à tona as experiências vividas para complementar seu pensamento noticiado anteriormente. Notemos a importância das relações vividas no meio

social para o sujeito refletidas no aforismo grifado anteriormente. Essa experiência é de tal significância que é o substantivo “caminhão” que ativa na memória a lembrança do dito popular: “- Quem faz a comida é o tempero. Quem tempera comida é a fome.”

c- Sensorial ou percepção:

A evidência sensorial consiste em demonstrar que tipo de conhecimento e inferências de alta confiabilidade.

Dilma foi traída

Carlos Araújo, ex de Dilma, revelou a GQ Brasil pulou a cerca em seu casamento com a presidente. Foi com a atriz Bete Mendes que na época grande sucesso em “Beto Rockfeller”, novela da TV Tupi.

*Após passar três dias em uma praia de São Vicente o casal se despediu. E horas depois Carlos foi preso. Na cadeia, escreveu a Dilma **confidenciando**, constrangido o caso de infidelidade.*

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 04.09.2015)

Neste bloco, grifamos os elementos que revelam as escolhas linguísticas do enunciador e não dos personagens partícipes da notícia. Observemos que o primeiro verbo grifado é “revelou”, sua inserção denota um conteúdo pressuposto: revelou porque havia algo escondido, portanto, um segredo. O segundo verbo também por nós destacado é “confidenciando”. Percebamos que este está no mesmo campo semântico que o anterior.. Portanto as escolhas de tais verbos, para mencionarmos somente esta categoria gramatical, são intencionais por parte do sujeito enunciador que visa a atuar sobre seu coenunciador destacando tais *evidencialidades*, ainda que não sejam de relevância política, a curiosidade social obtém, neste caso, características argumentativas, quiçá pathêmica, pois atua sobre o outro no sentido não apenas de cumplicidade, mas de confidencialidade.

d-Evidência baseada em terceiro

Essas evidências são aquelas baseadas na informação vinda de terceiros, obviamente, em fonte em que se julga confiar. Essa evidência se assemelha bastante ao “argumento de

autoridade” utilizado em gêneros dissertativos para provar aquilo que se diz por meio de fontes confiáveis.

Isto pode, Procon?

Uma parceira da coluna é testemunha.

Por volta de 13h de quinta, um grupo de pessoas com coletes do Procon-RJ lanchou no Mc Donald’s do baixo Meier.

Uma mulher deixou a embalagem do sanduiche cair. Uma funcionária correu e avisou. No que a mulher disparou:

- Você pode catar.

Anelmo Gois, O Globo,30.06.2015.

Ao introduzir a narrativa do informe por “Uma parceira da coluna é testemunha.” A *evidencialidade* se constrói da forma mais concreta, pois se baseia no testemunho de alguém que não apenas experienciou, mas também documentou o evento a ponto de notificar em coluna jornalística. A inserção subjetiva modal fica clara quando a tentativa de o sujeito provar o fato daquilo que diz ser verdadeiro por meio da testemunha.

O conteúdo da noticiado, também, sugere a “evidencialidade baseada em discurso de terceiro”, pois se o fato não causasse estranhamento ao sujeito comunicante, não seria necessário provar de tamanha credibilidade.

e- Por dedução:

Consiste em criar um modelo a partir de um conhecimento e, dessa forma, aceitá-lo como ideal. A dedução é baseada em hipóteses e inferências, por isso, os enunciados, que se constroem a partir dela, compreendem os verbos *deduzir, supor, intuir, reconhecer*,entre outros. Eis um exemplo:

Marketing in Rio

As tribos que vão ao Rock in Rio podem vislumbrar, no caminho, como estão ficando os principais equipamentos esportivos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016. Nestes dias de festival, todas as arenas do Parque Olímpico da Barra estarão iluminadas durante a noite.

(Anelmo Gois, O GLOBO, 19.09.2015)

O verbo em destaque sugere ao leitor que, ao observar as obras dos Jogos Olímpicos em andamento, ele não só poderia ter dimensão do espaço e das proporções estruturais como também criar possibilidades sobre esse local.

Quando se vislumbra, é possível sonhar com impalpável e acreditar no invisível tornar-se visível. Dessa maneira, ao escolher o verbo e não observar, por exemplo, o enunciador, criou em seu leitor a expectativa de participar dos jogos como torcedor. Observemos mais uma vez o efeito emotivo produzido no coenunciador por meio de um recurso linguístico. Isso comprova que os elementos aos quais já aludimos neste trabalho: *ethos, pathos e logos* caminham em consonância.

Como pudemos observar *a modalidade não se aparta da modalização* tanto essa premissa é verdadeira que a linha que permeia o limite de ambos é demasiadamente tênue. De tal modo, muitos autores até aqui postulados confundem onde se iniciam os limites de uma conceituação e as extremidades de outra. Bisbal, por exemplo, utiliza conceituação modal, mas crê na presença irrestrita da modalização na enunciação:

16 A Modalização como a expressão típica da subjetividade na língua oferece, seja marcada explicitamente ou inferida. Por que por acaso um enunciado sem marcas de subjetividade não está modalizado? [...] A Modalidade é constitutiva do significado de cada enunciado e inclui o enunciado menos modalizado contém em um tipo certo Modalidade. (BISBAL, 2006, p. 38-39)

Isso posto, é necessário abordarmos o debate a respeito do que seja *modalização* sob perspectiva enunciativa. A seguir, portanto, proporemos a conceituação deste tema e as múltiplas contribuições pertinentes ao campo enunciativo e da análise do discurso em sentido amplo.

3.2 Modalização, uma questão enunciativa

Mesmo diante de uma tentativa de maior distanciamento em um enunciado, este não pode existir sem um sujeito, portanto, a subjetiva no discurso é inerente a todo ato enunciativo. Dessa maneira, a subjetividade, ainda que, implicitamente, esteja inserida nas

¹⁶ La modalización como la expresión de la subjetividad en el lenguaje, ya sea explícitamente marcada o inferida. Porque ¿Acaso un enunciado sin marcas de subjetividad no está modalizado? (...) la modalidad es constitutiva del sentido de todo enunciado y que incluso el enunciado menos modalizado contiene en efecto un cierto tipo de modalidad. (BISBAL, 2006:37-38)

interações e, conseqüentemente, pode ser verificada por meio de pistas linguístico-discursivas.

Assim, a presença do sujeito enunciador sobrepuja qualquer tentativa de ocultação de sua marca na enunciação e, conseqüentemente, nos enunciados, pois a enunciação existe por meio da existência do sujeito. Não há a existência de um sem o outro. Nesse sentido, se não há como dissociar a presença de um sujeito da realização do fenômeno enunciativo, as conseqüências por meio dessa presença, no que tange às suas avaliações e inserções, serão também constantes em seus enunciados.

A modalidade na enunciação, à visão de Benveniste (1996), pode ser conferida por meio de três formas na interlocução: na *interrogação*, na *intimação* e na *asserção*. Isso significa que a modalização está inserida no ato enunciativo, visto que essas interlocuções, como já aludimos aqui no capítulo 1, impelem ao alocutário uma atitude diante de cada uma das propostas de interação, ou seja, uma reação diante da tomada de palavra do locutor.

A modalidade dita “formal” absorve um plano inferior aos dêiticos, já que Benveniste aponta de maneira menos categórica. A esse respeito, postula que tais categorias da língua demonstravam a atitude do locutor frente ao outro. Dessa maneira, é possível influenciar o interlocutor com uso dos elementos linguísticos, conforme atestamos mediante as seguintes palavras: “embora uma forma menos categorizável, todo o tipo de termos formais, como alguns verbos auxiliares. Indicam de atitudes de enunciador em relação aos enunciados [...]” (BENVENISTE, 1976, p. 85)

Por seu turno, associa a *modalidade* formal à interação e, também, confere a esta modalidade um status de não mais uma categoria da língua somente como no caso dos verbos, sobretudo, não diferencia este conceito da inserção do sujeito no discurso como um todo, seja o próprio discurso ou seja de outrem.

Isso porque o linguista, ao analisar as categorias verbais, afirma que apenas os tempos do Indicativo carregam em seu cerne o valor modal. Dessa forma, o Modo Indicativo não teria em si esse valor como categoria da língua. Em outras palavras, o Modo absorveria apenas o valor aspectual. Exprime uma perspectiva que se configura em estar ou não acabada alguma realização acional.

Para Maingueneau, a *modalização* está intrínseca a língua e, portanto, cada ato de fala é dotado de maior ou menor grau de elementos constitutivos modais. Assim, as categorias da língua, que comumente são veiculadoras desse sentido, como os tempos verbais, os advérbios, os adjetivos, não são os únicos a carregarem em si marca de modalidade. Dessa forma, Maingueneau (2013, p. 187) ilustra eficazmente o conceito de modalização para AD: “Indica

a atitude do enunciador face ao que diz, ou a relação que o enunciador estabelece com o coenunciador por meio de seu ato de enunciação.”

Charaudeau (2010), sob outro ângulo, atrela a realização da modalização aos atos *locutivos*, partindo do princípio de que a modalização é a presença do sujeito na enunciação. Dessa forma, confirma como parte da modalização em atos *elocutivo*, *alocutivo* e *delocutivo*. Em outras palavras, tais atos estão ligados às pessoas da enunciação e correspondem à ênfase dada a essas pessoas. Ao primeiro ato, elocutivo, está atrelada às marcas da primeira pessoa, aquele que toma em primeiro plano a palavra. Assim será revelada, principalmente, pelo pronome *Eu*. Nessa perspectiva, os atos alocutivos e delocutivos corresponderão à segunda e à terceira pessoa do discurso, respectivamente, *Tu* e *Ele*.

Abaixo, dispomos um exemplo da coluna de Ancelmo Gois do dia 05.09.2015. Replicamos em ilustração por apresentar foto, cuja dimensão imagética se faz necessária ao entendimento do texto como um todo.

Imagem 6 - Desafio do Caldeirão do Huck



Na imagem anterior, há o destaque das quatro moças que participariam de um programa da Rede Globo de televisão. Por esse motivo, o diálogo assumido entre o enunciador e o coenunciador pressuposto, o leitor, adquirem ares de cumplicidade. Notemos que ambos os elementos propostos por Benveniste se encontram dispostos no texto: O EU modalizado em “Desafia eu” como súplica indireta às participantes; O TU é representado pela indagação que faz ao leitor “Reparou?” Nesse caso o TU vem implícito à indagação e à consequente concordância: “Isso mesmo: balançaram o pé de mulher bonita.” A “não pessoa” apesar de não representada pelo pronome ELE/ELA, por seu turno, fica a cargo das personagens do enredo: Daniela Cicarelli, Gabriela Pugliesi Maria Joana e Louise D’Tuani.

A partir da modalidade apresentada por meio das pessoas do discurso EU e TU cunhadas no trecho acima, é possível considerarmos hipóteses de quem sejam esses sujeitos sociais, principalmente do TU que não é revelado, mas presumido. Se observarmos a indagação proposta ao leitor, o enunciador presume que seu enunciatário é do sexo masculino e, conseqüentemente, heterossexual. Essa imagem idealizada do TU destinatário não corresponde, porém, ao TU interpretante, visto que o público leitor é bastantediverso. Isso indica que o enunciador idealiza seu público como masculino e heterossexual, explicando, portanto, sua escolha pela súplica provocativa “Desafia eu.”

É também presumível que, por meio das marcas de **modalização**, identifiquem-se outras categorias da interação comunicativa através do discurso, como as estratégias persuasivas, principalmente, a construção de um *ethos* favorável ao auditório. Podemos concluir que, tomando a palavra, o sujeito do discurso, desejoso de atuar sobre seu interlocutor, deixará suas características aparentes, sendo parte dessa atuação.

Nesse sentido, podemos dizer que tal ideia é fundamental para atestarmos a presença do enunciador no discurso de informação. Arelado a isso, é possível, também, supormos que, ao constataremos a presença modal em maior ou menor grau nos textos em apreço, será possível criarmos conceituações sobre novos *ethé* a respeito do enunciador inscrito nas colunas de Gois, além dos aqui já apresentados.

Partindo desses pensamentos, é que estruturamos este capítulo para debatermos as conceituações pertinentes à Análise do Discurso ao que seja modalidade e, também, qual o limite para a congruência deste conceito ao de *modalização* nos diversos campos de pesquisa discursiva. Seguindo tal linha de pensamento, nos propomos a explorar o recurso da *Ironia* como uma das faces da *modalidade*. Partimos desse princípio porque o recurso, ainda que pertencente ao campo da estilística, confere aos enunciados características do maior comparecimento do sujeito enunciador no discurso de informação.

Catherine Kerbrat-Orecchioni (1997) amplia as propostas de Benveniste, aprofundando as perspectivas para trabalhar não somente a enunciação, mas também, desenvolver o debate acerca da subjetividade como engrenagem motora à reação do interlocutor.

A linguista também lança mão das teorias dos Atos de fala de Austin, pois defende que os performativos são inerentes ao ato de linguagem. Isso se deve ao posicionamento a respeito da interação dos sujeitos, já que acredita que uma interação linguageira não consiste apenas em fazer o interlocutor agir, mas também reagir àquilo que se diz. Orecchioni assume um olhar no qual o fenômeno enunciativo, por vezes, se confunde com o conceito de modalidade e a presença modal nos enunciados.

Podemos afirmar, então, que o ponto de vista adotado a respeito de modalidade se configura ao que já nos referimos, ampliado e outro mais restrito. O primeiro trata das relações externas ao enunciado como os protagonistas do discurso, a situação de comunicação, as circunstâncias de interação, entre outros, como a recepção e a produção da mensagem. Sua visão restrita, apresenta como centro dos esforços o sujeito da enunciação e os traços linguísticos que revelam sua inserção no enunciado.

Um conceito relevante a ser destacado são os *subjetivemas*. Esses são adjetivos e substantivos que comportam carga semântica reveladora do ponto de vista do sujeito enunciador. Em sua grande maioria, os *subjetivemas* são da classe dos axiológicos, ou seja, transmitem um conteúdo avaliativo por meio dessas escolhas lexicais. Em outros termos, apresentam traços semânticos que enunciam a presença daquele que o utiliza.

Os elementos axiológicos se ligam intimamente à subjetividade e, por sua vez, ao fenômeno enunciativo, pois, ao contrário dos outros componentes subjetivos como verbos modais ou dêiticos, os axiológicos são portadores de traços apreciativos. Esses substantivos são derivados, em grande parte, de adjetivos e verbos de mesma natureza.

Dessa maneira, por apresentarem maior comprometimento do sujeito no discurso são encontrados em gêneros textuais específicos como no caso do gênero apreciado neste trabalho, gênero coluna.

Os adjetivos, por outro lado, são de caráter flexível quanto ao conteúdo subjetivo, ou seja, apresentam o trânsito do engajamento mais objetivo para o subjetivo. É por esse motivo que Orecchioni divide os adjetivos em subjetivos e objetivos. Os subjetivos apresentam divisão idêntica aos substantivos: afetivos e avaliativos, dentre os quais os avaliativos se subdividem em outra subclassificação: axiológicos e não axiológicos.

Essa categoria adjetival indica o comprometimento por parte do enunciador, não apenas como um avaliador ou um sujeito que deixa transparecer seu ponto de vista, mas, sobretudo, aquele que demonstra um comprometimento emocional com aquilo que diz. Observemos o exemplo:

Pequeno Príncipe

*A Zahar é outra que comemora o **excelente** resultado da Bienal do Rio.*

As vendas cresceram 35% comparadas às de 2013. Entre os mais vendidos estão os títulos da coleção Clássicos Zahar, como o eterno “O Pequeno Príncipe”

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 15.09.2015)

É possível observarmos, por meio do adjetivo em destaque, “excelente”, que o enunciador se compromete com aquilo que informa na pequena notícia. A inserção do adjetivo orienta para uma comemoração por parte do enunciador em relação à editora, pois, se, ao contrário, o período fosse enunciado sem a presença do adjetivo, o informe assumiria postura de um enunciador menos comprometido, cujo *ethos* seria mais neutro diante da notícia que reporta.

Notemos também que, se comparados aos “35%”, inseridos no segundo período o aumento em dois anos de vendagem não é tão significativo assim. Isso denota o grau de inserção do sujeito no enunciado, ou melhor, o comprometimento do sujeito social com aquilo que enuncia.

Os adjetivos não axiológicos, por outro lado, indicam uma determinação quantitativa ou determinação qualitativa em relação aos substantivos que determinam, no entanto, não apresentam um juízo de valor como os axiológicos avaliativos. Esses adjetivos, então, possuem uma subjetividade dupla, por assim dizer, pois são também caracterizadores ideológicos do sujeito enunciador.

Os advérbios também são estudados nessa perspectiva enunciativa. Além daqueles que, assim como os *subjetivemas*, apresentam o grupo dos afetivos e dos avaliativos, bem como os axiológicos e não axiológicos. No entanto, são os advérbios modalizadores que apresentam maior grau de subjetividade.

Dentre os modalizadores, os que mais se destacam são os que indicam um julgamento da realidade como: *realmente e efetivamente*, sem mencionar os que deliberam sobre um julgamento de verdade, como *talvez, sem dúvida, certamente*, entre outros. Vejamos alguns exemplos para comprovarmos tal teoria.

No mais

Eduardo Braga, ministro de Minas e Energia, disse que o rebaixamento de grau de investimento da Petrobras “foi consequência da nota em relação ao país”.

Não necessariamente, no passado, a Petrobras recebeu grau de investimento dois anos antes de o Brasil recebê-lo.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 10.09.2015)

No informe anterior, o enunciador comenta a afirmação de um antagonista até então não revelado discursivamente, para poder desarticulá-la em seguida. A estratégia argumentativa, no entanto, fica evidente ao iniciar o segundo parágrafo com a expressão que põe em dúvida a afirmação da tese adversária: “Não necessariamente”. A negação que precede o modalizador “necessariamente” transfere o sentido do eixo positivo ao da incerteza.

Dessa maneira, a expressão coloquial em destaque assume ares semelhantes ao “Talvez”, elemento essencial para demonstrar no discurso a incerteza do ponto de vista do enunciador, além de sua discordância da tese adversária. Tanto isso é possível que, no período introduzido pela expressão, há a presença do argumento único e decisivo para questionar e contrapor o posicionamento adversário: *Não necessariamente, no passado, a Petrobras recebeu grau de investimento dois anos antes de o Brasil recebê-lo.*

Observemos também que a modalidade empregada no advérbio possui características de atenuar aquilo que será argumentado, ou melhor, suaviza o argumento contrário ao do adversário, pois, em outras palavras mais diretas, o enunciador subtende o seguinte texto: *O que você diz não é verdade, tanto que...*

Tal suavidade nas escolhas linguísticas, permite-nos chegar à seguinte conclusão a respeito do sujeito que enuncia esse informe: mais uma vez a modalidade foi um recurso utilizado como estratégia de proteção de face tendo em vista de quem se discordava e a assimetria pertinente aos sujeitos sociais. Opositor alvo é Ministro de Minas e Energia, autoridade do Governo Federal, portanto, a polidez se faz necessária nesse caso.

Podemos observar, então, que, independentemente da vertente teórica assumida pelo linguista, os pontos de vista são consonantes acerca dos modalizadores. Todas as terias aqui dispostas, incluindo Orecchioni (1997), afirmam serem esses elementos reveladores da atitude do sujeito perante aquilo que diz ou ao próprio enunciado.

A modalização é um recurso de demasiada importância para a construção argumentativa, justamente por ser responsável pela presença do sujeito no discurso. Isso

porque constrói um posicionamento do enunciador e, conseqüentemente, deixa pistas de sua subjetividade através da orientação argumentativa.

A orientação argumentativa, por sua vez, através da modalização, reflete se o texto será dentro da objetividade ou da subjetividade. Assim, se considerarmos a organização discursiva do gênero coluna, podemos verificar o grau de comprometimento do enunciador, pois tais marcas subjetivas ficam evidentes em diversos momentos, como demonstramos nos exemplos até aqui. Adiante, seguiremos nosso trabalho com mais uma perspectiva a respeito das modalizações.

3.3 **Eu e o outro: da heterogeneidade enunciativa à modalização autonímica**

Todo ato enunciativo, por menor que se apresente, sempre padecerá de ser comprometido com outro. Não existe discurso que não tenha sido construído a partir de outros já proferidos, portanto, o dizer é sempre um redizer, uma apropriação de palavras e pensamentos alheios. Por isso, um discurso nunca é homogêneo, pois mistura diversos tipos de sequências textuais, discursivas, modalizadores entre outros numa mesma sequência da língua.

Isso significa que é pautado em falares sociais, em uma polifonia presente nos enunciados, pois são sempre *palavras dos outros*. Dessa maneira, é correto dizermos que não existe palavra neutra, mas sempre impregnada dos outros discursos nos quais o sujeito se apoia. Tudo o que se diz é constituído de um nó de sentido do discurso de outrem.

É nessa perspectiva do dialogismo bakhtiniano que Jacqueline Authier-Revuz (1990) alicerça sua concepção enunciativa do discurso. Além disso, completa uma abordagem sobre o EU dividido, baseada nas teorias lacanianas. Apoia-se, portanto, no interdiscurso, já que Bakhtin (1975) não postulou sua teoria a respeito da interação face a face, mas da construção discursiva a partir da qual um texto sempre é apoiado em outro.

Sob esse viés, o sujeito é dividido, é *clivado*. Um somatório de elementos externos o compreendem e, por isso, seu discurso é heterogêneo. A heterogeneidade enunciativa, assim sendo, significa que sempre há outras palavras ditas sob o véu daquelas que foram proferidas.

A *heterogeneidade mostrada* consiste na presença de outro no discurso, ou seja, a capacidade que o sujeito tem de atribuir fonte enunciativa. Assim, consiste em inscrever o outro no próprio discurso. É uma presença localizável, situada no enunciado. Sob ótica

linguística, altera a cadeia discursiva porque inscreve o Outro no discurso, de acordo com modalidades distintas. Há uma ruptura sintática, pois, num discurso relatado direto, introduzido no discurso do sujeito, é por ele extraído, da cadeia enunciativa e remetido a outro ato de enunciação.

A *heterogeneidade mostrada* pode-se apresentar de maneira *marcada e não marcada*. As *não marcadas* se constituem do discurso *indireto livre, pastiche, alusões ironias*. Esta última é a que nos interessa como objeto de análise e dedicaremos uma seção a ela. A *heterogeneidade marcada*, por sua vez, constitui-se de *discurso indireto ou direto, aspas, modalização autonímica*. Dessa forma, Authier-Revuz assevera:

[...] as formas marcadas da heterogeneidade reforçam, confirmam, asseguram esse eu por uma especificação de identidade, **dando corpo ao discurso** e, pela forma, pelas bordas, pelos limites que elas traçam- e **dando ao sujeito enunciador**¹⁷ -pela posição e atividade metalinguística que encenam (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 33)

É possível que na construção discursiva diversa, a ironia seja composta por meio da inserção das aspas ou, até mesmo, por meio da modalização autonímica. Portanto, A divisão proposta por Authier-Revuz quanto à heterogeneidade mostrada se subdividir em marcada ou não marcada, entendemos com uma perspectiva condizente com nossa visão a respeito das possibilidades das inúmeras composições enunciativas. Adiante debateremos melhor essa visão.

As aspas são o que a autora classifica como *conotação autonímica*, pois inscreve, no seu discurso, as palavras do outro sem ruptura sintática, mas inserções que orientem a presença do sujeito. Quando colocados na cadeia discursiva, não provocam ruptura sintática, diferentemente da heterogeneidade mostrada.

São um vazio interpretativo a ser preenchido com as inserções do coenunciador e, ao mesmo tempo, *delega a este o seu entendimento*. Marcam a polifonia enunciativa, pois indicam, dentre outras coisas, que aquela não é a palavra mais indicada para designar tal objeto. Além disso, assim como o itálico, pressupõem uma alteridade implícita, ou seja, o Outro. (PAULIUKONIS, 2003)

Com esse recurso, o sentido produzido pode ser de inúmeras possibilidades, mas sempre remeterá à presença de um coenunciador. Isso ocorre por dois motivos: o primeiro deles se deve às possibilidades de existência do seu emprego na língua portuguesa, como por exemplo: a um outro ato enunciativo ou a outra língua. Em segunda possibilidade, toda a

¹⁷ Grifos da autora.

compreensão dessa marca gráfica passa pela interpretação do coenunciador. Observemos a ilustração abaixo

Tristes trópicos

Capa do caderno de esportes do francês “Le Monde”, do fim de semana passado, diz: “O país do futebol e da corrupção”. Para completar, traz uma foto de jogadores brasileiros naquele 7 a 1 contra a Alemanha, na Copa.

Dentro, outra manchete: “Brasil, epicentro do escândalo.” Isso dói.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 10/07/2015)

No exemplo retirado do *corpus*, podemos observar que há o emprego das aspas em texto jornalístico. Fato não muito comum, no entanto, mais uma vez relembramos a importância do gênero textual a que se vinculam os textos. Nesse caso, a presença subjetiva e a heterogeneidade mostrada estarão presentes, pois estão em consonância com gênero coluna.

Os trechos que se apresentam em destaque sugerem a presença do outro e fica evidente em: “*Le Monde*”, o emprego das aspas foi utilizado por ser o título do jornal e em língua estrangeira. Já as duas outras manchetes que são destacadas: “O país do futebol e da corrupção”. “Brasil, epicentro do escândalo.” compreendem um discurso relatado, portanto, marcam o distanciamento do sujeito frente àquilo que é dito.

A *heterogeneidade constitutiva*, com efeito, caracteriza-se pelo fato de um discurso ser dominado pelo interdiscurso. Em outras palavras, ainda que não haja marcas aparentes da presença do Outro, todo discurso se constrói no interdiscurso.

Authier-Revuz (1990) rompe com a unicidade do EU como centro e objeto de análise para o enunciado. Para ela, o sujeito vive em ilusão de uma autonomia fictícia e inexistente, criada por teóricos como os especialistas da enunciação. O sujeito, ser já dividido, constrói uma imagem de ser autônomo. No entanto, inscrito nesse sujeito e, em seu discurso, está o outro e, conseqüentemente, suas concepções de discurso.

A modalização autonímica, por sua vez, engloba a teoria da heterogeneidade enunciativa e consiste em não coincidência do enunciado com o que é dito. Em outros termos, é um recurso por meio do qual se pode utilizar uma gama de elementos linguísticos no enunciado para o sujeito utilizar tal recurso, para comentar a própria fala. Esse tipo de modalização se subdivide em quatro classes específicas que apresentaremos abaixo, seguidas de exemplo retirados de nosso *corpus*: Ancelmo Gois, O GLOBO, 10/07/2015

- **Não coincidência interlocutiva:**

Indica um distanciamento dos interlocutores, por isso, são comuns expressões do tipo: *desculpe a expressão, se se pode dizer assim, entende isso? Como você mesmo diz entre outros.* Vejamos o exemplo:

Ex.: Mas este assunto não é da alçada do Ministério do Planejamento? O Nelson Barbosa dançou nessa?

Notemos que a interrogação, no informe acima, introduz a perspectiva de um diálogo, convergindo com a inserção do outro no discurso. Além disso, indica o distanciamento face ao que o enunciador diz, pois, ao indagar sobre o assunto, ao coenunciador, confere a este a responsabilidade de responder à questão que para o enunciador, aparentemente não está clara ou não está em concordância com o que sabia.

- **Não coincidência do discurso consigo mesmo:**

Apresenta outra fonte enunciativa como uma tentativa de mascaramento, de proteção de face. É comum a apresentação de alusões ao outro como em: *como diz x, como diz o ditado, o que se costuma chamar de...* Vejamos:

*Ex.: (...) a confirmação de **uma frase do genial Millôr**, que dizia ser o Brasil o país do “nada ficou provado”. Nada ficou provado contra Collor, contra Maluf...*

A proteção de face fica clara nesse excerto destacado em virtude da recorrência ao discurso de outrem para validar o próprio discurso do enunciador diante do seu coenunciador. Este recurso sugere que o enunciador não apenas concorda com o discurso a que aludiu, mas também faz dele seu apoio argumentativo sem que fira sua face perante o destinatário. Dessa maneira, transporta para os argumentos a responsabilidade de traduzir o conteúdo proposto convenientemente. Observemos, também, que as aspas foram empregadas em “nada ficou provado”, comprovando mais uma vez sua importância na modalização autonímica.

- **Não coincidência entre palavras e as coisas:**

Quando as palavras escolhidas pelo enunciador não correspondem totalmente à realidade em que foi empregada. Por esse motivo, a fala é reformulada por expressões do gênero, como: *Como dizer? Ou melhor, isto é; poderíamos dizer que...*

*Ex.: O Alibaba, site de vendas chinês, está anunciando “cabelos virgens brasileiros”. **Ou seja:** sem química.*

No exemplo anterior, o termo retificador “ou seja” é empregado em virtude do significado proposto pela palavra anteriormente inserida no sintagma: “cabelos virgens brasileiros”. Aqui, o adjetivo “virgens” não corresponde ao valor literal ao objeto que qualifica “cabelos”. Por esse motivo, a inserção por meio do enunciador de retificação de seu próprio enunciado.

É relevante destacarmos, também, mais uma vez o emprego das aspas. Nesse caso, o trecho em destaque acompanhado das aspas sugere que a expressão escolhida pelo sujeito para designar o tipo de implante vendido não corresponde exatamente com conteúdo de sua intenção. Sendo assim temos um caso de modalização autonímica de mesmo tipo.

- **Não coincidência das palavras consigo mesmas:**

Ocorre quando diante da ambiguidade discursiva, tenta-se desfazer possíveis equívocos de interpretação por parte do interlocutor. Por isso, utilizam-se expressões que reflitam sentido restrito como: *literalmente, em todos os sentidos, em sentido amplo entre outras*.

*Ex.: Aquele homem caiu do telhado. Ele literalmente quebrou a cara.*¹⁸

A modalização em discurso segundo, conforme Maingueneau, é a revisitação da teoria de Authier-Revuz a respeito da chamada *modalização autonímica*. Essa é a forma que o enunciador tem de comentar seu próprio discurso. Em outras palavras é a reunião de procedimento pelos quais “o enunciador desdobra seu discurso para comentar sua fala. (2013, p. 158). Dentre os procedimentos, podem ser destacadas, principalmente, as retificações de fala como: “ou melhor”, “isto é”; os sinais gráficos como as aspas, itálico, reticências e, finalmente, a alusão a pessoas fora do discurso.

Acreditamos, portanto, que esta seja também um caso de modalização autonímica e não somente como classifica Maingueneau (2013, p. 221) “*caso semelhante às aspas e modalização autonímica*”, pois, em muitos casos, há o amálgama desses elementos para subverter o enunciado e contrapor aquilo que fora dito ou apenas desqualificar o interlocutor. Provaremos nosso pensamento adiante por meio de exemplos ilustrativos.

¹⁸ Adicionamos esse exemplo, pois não foram encontradas, no corpus, opções viáveis a essa classificação.

3.4 A ironia como construção modalizadora

Até esse passo, observamos que a modalização é processo de interação pelo qual o sujeito discursivo recorre para que, durante a interação, deixe pistas ao coenunciador de sua presença nos enunciados. Para isso, o enunciador recorre às categorias linguísticas que, em maior ou menor grau, possam revelar aquilo que o sujeito insere de subjetividade na atividade discursiva.

Dessa forma, se tomamos por base o fenômeno enunciativo, este está repleto de pistas subjetivas e, em sentido amplo, pode ser amalgamado à modalidade/ modalização; então, por consequência, qualquer recurso linguístico-discursivo a que se recorre para atuar sobre o parceiro de interação discursiva é por excelência uma categoria modalizadora e, portanto, pertinente ao nosso debate.

Assim, seguindo tal pensamento que abordaremos nas próximas páginas a concepção daquilo que se tem por conceito de ironia. A partir disso, exporemos nossos argumentos a respeito de nossa ideia aqui defendida: ironia é um recurso modal utilizado para persuadir o coenunciador e, por consequência, auxilia na construção *ethótica*. A esse respeito, as palavras de Maingueneau confirmam nosso pensamento: “A modalização pode ser explicitada ou manter-se no implícito do discurso, mas ela está sempre presente indicando a atitude do sujeito falante frente ao seu interlocutor, a si mesmo e ao seu próprio enunciado.” (MAINGUENEAU 2016, p. 337)

Assim procederemos por acreditarmos, em um discurso jornalístico, gerado no seio da mídia impressa, mais especificamente ao gênero que outrora classificamos, corresponde à construção desse pensamento. Em outras palavras, a ironia como modalidade não apenas constrói tal discurso, como também revela pistas a respeito do sujeito construtor desse. Ou seja, a ironia é reveladora de imagem criada a respeito do orador.

Sabemos que o discurso imprimido, nos textos de Gois, não é totalmente irônico, ou seja, o discurso em si é parcialmente irônico. Essa característica, entretanto, é dentre as demais, aquela que se revela de forma mais substancial dentre todas as pistas deixadas pela sua subjetividade.

3.4.1 A ironia em Gois

Desde os clássicos, assim como a argumentação, a ironia acompanha os estudos retóricos. Assim é descrita por este como tropos, ou seja, aquilo que se diz ao destinatário com intuito contrário do que se quer fazer entender. Por isso, pode ser entendida com um fenômeno contextual por excelência, visto que é a discordância do locutor em relação à fala esperada que provoca o fenômeno da ironia.

Devemos acrescentar, ainda, que indica a atitude do enunciador em detrimento a uma caracterização do referente. Dessa forma, a ironia como tropo fica no limiar entre a caracterização literal e o figurado. Exemplo disso se dá na escrita quando se recorre ao itálico, reticências, aspas, ou mesmo, a hipérboles, deslocando o sentido das palavras. Na fala, perante gestos e entonações. Tudo isso modifica o conteúdo para atender uma demanda de ponto de vista do enunciador.

Da ótica pragmática, a ironia fere pelo menos duas das máximas postuladas por Grice (1975) apud Koch (2006), a *Máxima do Modo: seja claro; evite a obscuridade, prolixidade*. Com a infração à máxima, o enunciador transfere ao interlocutor a investigação do porquê do rompimento das regras do jogo de cooperação a que se propuseram durante a interação. Notemos, que o sujeito se esquiva do esclarecimento da quebra às regras, transferindo para outro esse ônus.

Segundo Orecchioni, apud Brait, a construção irônica se dá por meio de três elementos em consonância: elementos ilocutórios, linguísticos e actanciais. Quanto ao primeiro, ato ilocutórios, refere-se à relação existente entre locutor/ interlocutor¹⁹ que por meio da enunciação, progride a ação. Acrescentamos a isso, a isso o pensamento que nos rodeia que a ironia, por não caber no enunciado, transborda a enunciação. Por esse motivo, Orecchioni apresenta a intenção que permeia a enunciação como preponderante para construção irônica.

No campo linguístico, a infração à *Máxima da qualidade: diga as coisas para as quais se tenha evidências ou não diga o que não sabe ser verdadeiro*, auxilia a construção irônica. Essa máxima postula sobre a verdade das coisas, pondo em atrito a ironia como recurso ao uso da linguagem. Nesse sentido, é necessária a delimitação do que seja ironia do que é mentira.

¹⁹ Catherine Kerbrat-Orecchioni direciona suas pesquisas às interações face a face. Portanto, os termos para os sujeitos sempre se referirão aos seres da fala.

Orecchioni (1997) esclarece que a ironia se constrói por meio da relação dos signos linguísticos e, dessa maneira, temos de entender que é a relação dada entre um significante que se relaciona com dois significados. Assim a ironia se constrói como antífrase. Além disso, tem por objetivo que o plano relatado não é o real, por isso a presença de um índice, uma pista deixada pelo enunciador ao enunciatário para alertá-lo do conteúdo irônico.

Soma-se a esse procedimento linguístico, a opinião que o sujeito tem de seu enunciatário, pois, ao construir a ironia, ele crê na capacidade deste de sustentá-la e interpretá-la como tal. O ironista convida seu interlocutor a ser seu cúmplice na *não mentira*, por meiodo absurdo, do tom da conversa ou de algum conteúdo ou elemento que diga: este é nosso código, este é nosso segredo, seja meu cúmplice!

O terceiro elemento componente da construção é o conteúdo actancial. Para Orecchioni, a ironia se constrói através de uma agressão a um agredido feita por um agressor. Em outros termos, a enunciação irônica se baseia num alvo que está fora da interação locutor-interlocutor, mas uma terceira pessoa que seja vítima do conteúdo irônico.

A autora acrescenta também a esses conceitos as leis de Ducrot, lei da sinceridade e da exaustividade. Sustenta, desse modo, que a ironia pode ser construída por meio da antífrase e da zombaria, pois um enunciado irônico, normalmente, elege o contrário do proposto para intenção de provocar conteúdo jocoso. Devemos ressaltar, no entanto, que há enunciados que são construídos sob perspectiva irônica, mas que não necessariamente são acompanhados da antífrase, todavia podem ser erguidos por intermédio da hipérbole, paradoxo e muitos outros recursos sem que haja, necessariamente, a presença do escárnio. Vejamos como isso se desenvolve:

Por que será?

As obras do BRT, entre o terminal Alvorada e a futura estação do Metrô da Barra, que tantos transtornos causam à Av. das Américas, andam devagar... quase parando.

(Ancelmo Gois, O GLOBO, 15.09.2015)

No exemplo proposto, a pergunta dirigida não está necessariamente direcionada ao leitor, mas é um questionamento de cunho retórico que visa ao componente irônico reflexivo. Observemos que não há zombaria ou escárnio, mas a reflexão a respeito de uma problemática social: o trânsito.

Da mesma forma, com o recuso da utilização de um trocadilho comum à linguagem oral, “devagar quase parando”, o enunciador reforça a ideia irônica por meio da quebra sintática através das reticências, separando a máxima: “devagar... quase parando”. Além

disso, une dois elementos aparentemente de mesmo sentido, mas de contextos opostos, provocando assim uma ironia paradoxal. É esse o caso do conteúdo pressuposto: trânsito devagar, parado x obra devagar, parada.

É possível concluir que a ironia proposta é a base para uma crítica do enunciador às obras na via pública tanto por não estarem em vias de conclusão quanto por atrapalharem o fluxo do tráfego.

É necessário também distinguirmos aqui, ainda que muito brevemente, pois não é esse nosso intuito, os recursos semelhantes, que em senso comum são traduzidos como sinônimos ao termo ironia, *sarcasmo e deboche*.

O termo *sarcasmo*, do grego *sarkasmós* significa “queimar a carne”. Compete ao escárnio do interlocutor, à zombaria cruel e perversa, de forma que se faça rir do alvo desejado pelo sarcástico. Esse termo surgiu junto ao teatro grego, mais precisamente à comédia, cujo conteúdo era escarnecer e pôr em humilhação costumes habituais na sociedade, principalmente, políticos da época.²⁰

Quanto a *deboche*, palavra introduzida na língua portuguesa por galicismo, que consiste em zombar de alguém que pode ser parte de um triângulo ou não, como demonstra Kerbrat-Orecchioni, apenas o interlocutor ser o alvo dessa intenção. É comum que o deboche se aproxime mais do sarcasmo que da ironia, no entanto, em sua maioria o sarcasmo não é acompanhado de riso por parte do locutor, a troça fica enunciada como conteúdo sério. O *deboche*, por sua vez, é a zombaria mais simples e direta que verifica em sua essência a humilhação por meio do riso constrangedor por parte do locutor.

É inegável que a enunciação irônica se constrói com características que vise ao humor, mas não significando que vise ao cômico. O humor pertinente à ironia não é risível somente, cínico ou até desconcertante, mas refinado e de construções tais que provoque reflexão a respeito daquilo que foi enunciado. Nesse sentido, há recorrência de superlativos ou palavras arcaicas, mas a hipérbole, também, é um fator a assegurar as construções irônicas.

O sucesso da enunciação irônica, portanto, depende dos níveis de opacidade da língua, de estar em consonância com os parceiros do jogo discursivo. O objetivo pode, no entanto, não ser atingido por parte do sujeito ao recorrer à ironia em virtude de alguns fatores como: a obscuridade ser tamanha que o enunciado seja demasiadamente truncado; o destinatário não está completamente a par do contexto de emprego do enunciado irônico; o sujeito enunciador

²⁰ Jean Pierre Vernant(2002).

cria um TU destinatário ideal que não corresponde ao sujeito interpretante. Assim, a mensagem assume significados diferentes.

Ducrot (1987), por sua vez, entende a perspectiva irônica como uma nuance polifônica que permite entender o distanciamento entre Locutor (L) e Enunciador. Isso porque o enunciador absurdo que é proferido não pode ser atribuído a L, já que este não é responsável por ele, mas apenas responsável pelas palavras. A atribuição da posição irônica deve ser feita ao enunciador. Ainda esclarece: *Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador E, posição cuja responsabilidade não é assumida por L.*(DUCROT, 1984, p. 211)

Acrescenta, também, a necessidade de apresentar três elementos para a construção do enunciado irônico: um ponto de vista absurdo; esse ponto de vista não ser atribuído ao locutor; não há nenhum ponto de vista retificador do absurdo.

A ironia verbal, por seu turno, e a ironia referencial são parte constitutiva dos procedimentos irônicos comuns principalmente no discurso jornalístico, pois a relação do diálogo existente entre três instâncias discursivas faz-se necessária à presença dessas relações. A primeira se pauta no contexto de produção; quanto à segunda, nos recursos linguísticos utilizados para esse fim.

É mais frequente a ironia referencial na mídia impressa em virtude, principalmente, da necessidade de utilização de conteúdo pressuposto para que se construa o processo. É aquela que se adapta a um traço característico em uma dupla enunciação. Além disso, não está concebida na linguagem, é, na realidade, um pensamento filosófico comum que se propaga a atribuir ironia a coisas, objetos e situações. Nesse sentido, a referência, muitas vezes, é obtida por meio da inserção de elementos comuns em dois enunciados distintos. Dessa maneira, a intenção irônica é articulada com objetivos de se utilizar um alvo como forma indireta de argumentação.

A ironia verbal está à procura de um alvo. Se sustenta na triangulação dos personagens: um enunciador; um enunciatário e uma vítima do conteúdo irônico. Esse tipo de ironia se funda na contradição de dois níveis semânticos ligados à mesma sequência. Por esse motivo, denomina-se como tal.

A heterogeneidade mostrada, apresentada por Authier-Revuz (1991), já pontuada aqui neste trabalho, apresenta a ironia como uma de seus recursos, como vimos na seção precedente. Assim, explicita a subjetividade do EU no discurso, como também introduz a presença do outro necessária à sua construção. Ao mesmo tempo que a ironia revela a presença subjetiva do EU, penumbra sua face perante a heterogeneidade, já que esse é um

recurso de mascaramento daquilo que realmente se pretende no enunciado, mas por jogos de sentidos. Assim, o enunciador pode ir da coloração suave à ironia extrema e com isso demonstrar maior ou menor distanciamento diante daquilo que enuncia. Desse modo, portanto, os graus de comprometimento podem variar de acordo com a construção do tipo de ironia.

Segundo Brait (1996), a não coincidência do discurso é instaurada por meio da convivência. Então, o discurso irônico é construído de forma particular usando o enunciatário e o enunciado. É nesse sentido que a ironia auxilia na constituição subjetiva, pois se baseia na relação instituída pelos sujeitos. Além disso, quando se alude ao já dito, esse mecanismo funciona como marca de heterogeneidade que se mostra no discurso, fornecendo uma dimensão dos sujeitos envolvidos na enunciação.

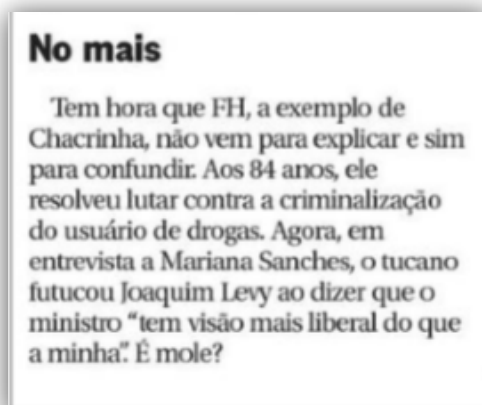
A heterogeneidade mostrada por meio da modalização autonímica confere ao discurso uma cumplicidade dos sujeitos envolvidos no fenômeno enunciativo. Nesse caso, a ironia como componente desse processo desvela um componente sociológico por meio de um desdobramento do dizer. Quando se convoca o discurso heterogêneo mostrado, enuncia-se parte daquilo que se é como sujeito social. A seguir esmiuçaremos novamente as não coincidências do discurso postuladas por Authier-Revuz, no entanto, atrelando os casos de ironia às quatro classificações para esclarecermos sua inserção na classificação da linguista a partir de Brait (2006).

1- Não coincidência interlocutiva:

A ironia instaurada aqui pelo ironista é marca de que o enunciador pressupõe ser seu enunciatário capaz de compreender um enunciado complexo, já que este é seu cúmplice nessa parceria do jogo enunciativo irônico. Nesse jogo, instaura-se a perspectiva triangular no qual o alvo está fora da enunciação e o enunciador cria um ambiente de humor por meio da enunciação.

A presença de outros discursos, evocados no discurso já dito, constitui o sujeito enunciatário tanto quanto o sujeito enunciador. Da mesma forma, o alvo/ vítima do discurso irônico apresentado é o portador do saber social comum, reunido na ótica da estereotipagem. Vejamos o exemplo:

Imagem 7 – Informe 1



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 07.09.2015.

Em muitos informes da coluna de Gois, há a opção por se iniciar o texto por “no mais” contextualmente, depois de muito observarmos, acreditamos que este do exemplo anterior como os demais apresentados tem a equivalência de uma conjunção conclusiva (ou conector como queiram), como “Por fim”; “Enfim” e outras semanticamente viáveis. Dessa maneira, este é muitas vezes o título do informe.

A ironia galgada por meio de todo o corpo do texto, pois o discurso está construído a partir dessa base. Prova disso, é comparação feita entre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o apresentador e humorista já falecido, Abelardo Barbosa- Chacrinha. Além disso, o enunciador se apossa de uma das máximas do apresentador: “Não vim para explicar. Vim para confundir”, aplicando-a à sua vítima de zombaria por meio do seu posicionamento. Além disso, o faz para provocar humor e, conseqüentemente, criticar ironicamente o ex-presidente.

A ironia classificada no primeiro grupo fica a cargo do último período no qual o enunciador propõe o questionamento ao enunciatário convidando-o a partilhar de sua ironia: “É mole?” Dessa forma, esta forma o triângulo no qual a vítima / alvo é um ente fora da enunciação e seu discurso, ainda que citado pelo sujeito no próprio discurso, é posto em descrédito, tanto que para isso o enunciador não apenas põe em relevância a idade do alvo, enunciando “Agora, aos 84anos ...”. Assim deixa implícita a ideia de que: “Aos 84 anos não é mais possível se lutar com drogas.” Ou ainda: “Aos 84 anos devemos ser mais flexíveis quanto aos tabus sociais.”

Notemos também a relevância da citação de FH como prova a descaracterizá-lo. Isso porque se “Joaquim Levy tem visão mais liberal que a minha”, logo a visão a ser combatida é a não liberal, ou seja, a de FH. Significa que o alvo/ vítima do enunciador sofreu tais críticas

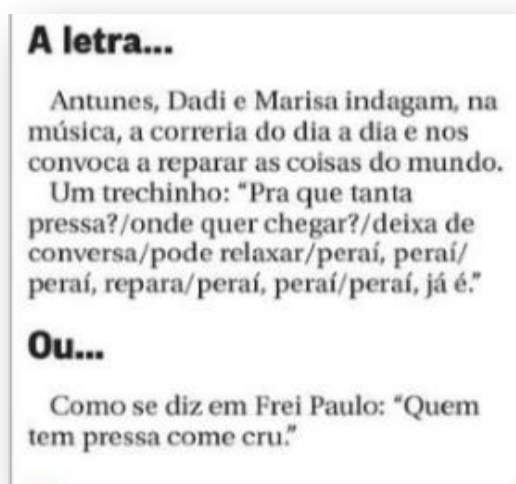
por meio da ironia construída na modalização autonímica em virtude do pensamento diferente do enunciador.

2- Não coincidência do discurso:

A recuperação de valores do discurso já dito é importante para a construção irônica tendo em vista o funcionamento de atualização da palavra na língua, nessa perspectiva da “não coincidência do discurso”, pois assume uma dimensão de significado diferente do habitual referente. Dessa forma, o enunciatário precisa de maior exigência de si mesmo para transpor os níveis de opacidade do discurso e compreender o enunciado complexo.

Assim, a identificação das diferentes formas do discurso já aludido requer do enunciatário um conhecimento da referência posta, do contexto em que isso se promove, do universo de valores em que se dá a ironia e o que isso acarreta ao seu enunciado.

Imagem 8- Informe 2



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 07.09.2015.

No box precedente, após a citação de trecho da música de divulgação de Arnaldo Antunes, observamos a alusão ao dito popular referido à terra natal do sujeito enunciador, Frei Paulo, no estado de Sergipe. A partir disso, o aforismo empregado, “Apressado come cru” há uma revelação crítica ao ambiente apressado que supomos ser o urbano. Note-se que a música

chama à reflexão, enquanto a inserção subjetiva promove uma crítica por meio da ironia construída na alusão ao discurso já dito.

3- Não coincidência das palavras e das coisas:

Os comentários que contemplam as hesitações ou tentativas de busca de melhor palavra englobam o processo irônico, pois ao interromper a linearidade sintagmática chama a atenção para o enunciado e, conseqüentemente, para a enunciação.

A ironia é tecida justamente na escolha da palavra (ou expressão) retificadora como enunciado que assume ares inocentes diante do enunciatário. Dessa maneira, fazendo-o crer no “não comprometimento” intencional de tal enunciação.

Imagem 9 - Informe 3



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 15.09.2015

O informe que se segue tenta transmitir a modalização suavizada no discurso do enunciador. Como de costume, a modalização autonômica é um recurso atraente para a construção de um ethos ponderado e de um comprometimento do sujeito sem que fira sua máscara social diante do discurso exposto.

Assim sendo, a nota é construída para noticiar a abertura de uma nova loja de determinada marca. O posicionamento irônico do enunciador surge quando avalia o posicionamento do noticiado que passa automaticamente a ser alvo da ironia proposta. Novamente o triângulo: enunciador, enunciatário e alvo estão formados, mas a ironia é abrandada por meio da escolha de melhor palavra, a suposta falta de opção é demonstrada pela retificação “digamos”, seguida do subjetivema “brincadeirainha”.

4- Não coincidência das palavras com elas mesmas

A quarta classificação proposta por Authier-Revuz abarca a rejeição especificação do sentido das palavras. Isso significa que a homonímia, a polissemia, os trocadilhos são fatores presentes nessa construção. Dessa maneira, a dupla enunciação da ironia reflete esse processo que deve ser interpretado pelo enunciatário como tal. Não encontramos, no entanto, exemplo em todo corpus que contemplasse essa categoria.

É possível, entretanto, não somente construir uma imagem do sujeito enunciador, como também, a partir disso, de seu interlocutor. Pois, lembrando Charaudeau (2010) se o sujeito enunciador imagina o tu destinatário ideal e cria sua imagem a partir desse TU. Consequentemente, ao analisarmos nosso corpus, podemos supor o *ethos* do tu destinatário, ou seja, os leitores, por meio do *ethos* (ou *ethé*) que o enunciador apresenta.

Além disso, devemos acrescentar que o discurso irônico frequentemente é uma estratégia de proteção de face do enunciador para que dessa forma o sujeito não se desnude perante o seu parceiro enunciativo, principalmente, se houver nesse caso o envolvimento de um terceiro personagem. Isso porque a estratégia actancial de vitimar um alvo, por meio da ironia, desfoca a atenção do personagem principal desse enredo, o enunciador.

No capítulo que seguirá adiante, continuaremos apresentando exemplos de modalidades autonímica construídas mediante o recurso da ironia e também, abordaremos demais componentes que corroboram para a construção do *ethos*.

4 METODOLOGIA

Dedicamos este capítulo, em especial, para unirmos os conceitos e estudos debatidos até aqui e aplicarmos de modo conveniente às estruturas encontradas ao longo do *corpus*. Como já apontamos na introdução deste trabalho, reunimos 12 meses de colunas diárias do jornalista Ancelmo Gois, totalizando em 365 colunas. Desse total, no entanto, selecionamos somente o quantitativo de 25 por acreditarmos ser esse um quantitativo mais do que suficiente para exemplificar nosso ponto de vista. Dessa forma, pensamos ser de maior esclarecimento dois exemplares para cada mês do ano, ficando sobressalente, apenas um dos meses conforme apontaremos no decorrer do trabalho.

Assim, seguiremos análise a partir da proposta de Authier-Revuz (1990) para especificamente selecionar as ironias encontradas como parte de uma das modalizações autonímicas propostas por esta autora, observando a relação pertinente aos elementos linguísticos para essa estratégia. Após esta classificação, demonstraremos que proposta *ethótica* pode ser construída por meio dessa modalização.

Dispostemos os exemplos em sequência mês a mês, de junho de 2015 a junho de 2016. Procederemos desse modo por questões didáticas e por acreditarmos ser essa a forma mais esclarecedora de construirmos passo a passo uma análise mais sólida.

Sempre que possível, utilizaremos o informe, via imagem, compilado do jornal, para configurar maior veracidade ao exemplo, principalmente, se este vier acompanhado de ilustrações ou fotos como é comum à coluna. Nos casos em que os exemplos forem de pequeno corpo ou por algum motivo não forem legíveis, reproduziremos *ipsis litteris* como viemos fazendo desde o primeiro capítulo.

Observaremos que a não concordância do discurso se insere na classificação de Authier-Revuz à medida que o enunciador sugere a citação antes de transpô-la, ou seja, o discurso direto e indireto; consideraremos também a interlocução de diversos modos como pertinente a essas classificações, além das retificações ao já dito entre outros. Obviamente, será possível perceber que, no uso diário da língua, muitas das fórmulas propostas por Authier-Revuz não se configuram *ipsis verbum*, mas se aproximam em sentido e intenção comunicativa.

Devemos esclarecer, ainda, que não nos detivemos a quantificar os objetos linguísticos modais encontrados, principalmente os clássicos porque nossa proposta se diferencia em sua

natura desde a teoria até na possibilidade de construção. Dessa maneira, unir a teoria de Authier-Revuz à possibilidade construção de um ou mais *ethos* distantes daqueles apresentados comumente por teóricos.

5 ANÁLISE DO CORPUS

A análise que proporemos a seguir se propõe a discutir os aspectos que envolvem a modalização autonímica sob suas diversas apresentações e como este mecanismo está intimamente atrelado ao discurso irônico. Dessa maneira, observaremos que tipo de *ethos* encontramos a cada exemplo pinçado do *corpus* em apreço, mediante as construções discursivas e as disposições dos elementos linguísticos. Nossa análise, a priori, será pautada em perspectiva qualitativa pelo motivo que já dispomos anteriormente.

Ao final deste capítulo, entretanto, disporemos algumas conclusões a que chegamos após observarmos o *corpus* atentamente. Encontramos marcas e características apresentadas com frequência, que também contribuem para a construção *ethótica*, mas também, são premissas de subjetividade. Por esse motivo as apresentaremos e deixaremos nossa breve impressão a esse respeito.

A seguir dispomos os exemplos seguidos de debate conforme indicado na seção anterior.

JUNHO 2015

- 1) Ancelmo Gois, O GLOBO, 15.06.2015

No mais

De um sábio tentando encontrar outra explicação para o fechamento da livraria Saraiva no Shopping Village Mall, no Rio:

“Este shopping é um luxo, frequentado por gente que viaja a Miami. E brasileiro não vai a Miami comprar livros.”

É. Pode ser.

Neste primeiro exemplo, observamos a nuance sutil da inserção irônica como característica argumentativa, mas também nuance subjetiva. O discurso citado, portanto, é a base para a construção irônica e, conseqüente, argumentação do sujeito enunciador que incide sobre o sujeito destinatário.

A ironia surge como um pano de fundo para a desarticulação do argumento do alvo, construído por meio da não pessoa. Notemos que a não pessoa é apresentada por um subjetivema, “sábio” em: “De um sábio tentando encontrar outra explicação para o fechamento da livraria Saraiva no Shopping Village Mall, no Rio”. Assim, a triangulação irônica se complementa para reforçar a ótica do sujeito enunciador.

O emprego do termo “sábio” como *tropo* se configura a partir da inserção da fala da terceira pessoa inserida no triângulo irônico por meio de aspas, já que o discurso direto toma forma em: “Este shopping é um luxo, frequentado por gente que viaja a Miami. E brasileiro não vai a Miami comprar livros.”

Além disso, o pronome “outra” sugere que uma pressuposição ao conteúdo proposto, significando que existe, pelo menos, mais uma alternativa à proposta pelo alvo. Observando a temática abordada pelas colunas no período proposto, a crise seria a causa do fechamento segundo o enunciador, mas não é mencionada por parecer óbvia para este e o coenunciador, donde, então, a necessidade da execução irônica.

Ao finalizar com “É. Pode ser” o sujeito não somente discorda daquilo que apresentou como põe em dúvida a fala de seu alvo. Isso por que a expressão anterior é cristalizada por meio de um verbo modal clássico, “poder”. Assim, sugere a incerteza com que se recebe o enunciado. Podemos dizer que o enunciador não está convencido da argumentação do alvo. Não somente por sua constatação ser mal fundamentada, mas também por sua crença se basear em outros argumentos, como a crise econômica para o fechamento da livraria e não somente o público que frequenta o shopping em questão.

Observemos que há um perfil traçado diante de nós que deixa transparecer a insatisfação com a economia. Nessa construção *ethótica*, o enunciador, constitui a imagem de um sujeito preocupado com a crise e a instabilidade. *Ethos* esse que apraz o Tu destinatário idealizado por ele, pois, em maioria, os leitores do jornal O Globo são a classe média, mais afetada com a transição de governo e com suas consequências.

2) Imagem 10- Dom Eurico



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 09.06.2015.

No exemplo anterior, a relação entre a imagem e o texto são fundamentais para a tessitura textual e sua construção. Além disso, a imagem é prova que confirma o dito, ou seja, que o sujeito enunciador é digno de fé.

Desse modo, podemos dizer que a ironia é elemento construtor da crítica ao alvo do triângulo irônico. Neste caso, não é semelhante ao escárnio, mas ponto para reflexão. Assim, devemos observar que o alvo ganha do enunciador um título, "Dom", evocando de modo sutil o clássico filme "O Poderoso Chefão", dirigido por Francis Ford Copolla.

Observemos que a crítica já se inicia com o título atribuído a Eurico Miranda, pois o personagem principal do filme de Coppola, “Dom Corleone”, é um mafioso, contraventor, em outros termos, um fora da lei. A partir disso, é exigido do enunciatário um conhecimento mínimo a esse respeito para que a ironia se consolide.

De toda forma, o sujeito enunciador cria para o tu destinatário uma imagem a partir de si mesmo, ou seja, a partir daquilo que considera modelo e, ao mesmo tempo suas perspectivas e conhecimentos de mundo, então, ele acredita que pistas como essa são passíveis de serem compreendidas.

A “não coincidência do discurso”, por sua vez, é registrada através da citação da máxima atribuída a Barão de Itararé; “De onde menos se espera, daí é que não sai nada mesmo.” Ou seja, a ironia se mostra na subversão do dito popular: “De onde menos se espera, é daí que vem.”, pois se antes o alvo já não era digno de esperanças, agora, então, tampouco.

Chamemos a atenção, além disso, para a “não coincidência interlocutiva” por meio da discreta interlocução em: “Ontem, na sede da CBF, numa sala fechada, ele fumava seu charuto e batia as cinzas no chão. É ilegal. E daí?” Nesse caso o uso de “E daí? ”, não há necessidade de uma resposta, mas o enunciador chama seu parceiro a uma concordância de entendimento da situação como absurda aos seus olhos.

O enunciado “E daí?” contradiz outro enunciado anteriormente posto: “É ilegal” através de entendimento semântico-pragmático. Assim, é por esse motivo que a ironia se faz presente mais uma vez, porque não apenas convoca o enunciatário, mas também rechaça a atitude do alvo. Além disso, ao convocar o coenunciador chama-o a ser seu parceiro, seu cúmplice perante a cena que observa, como se dissesse: “Me compreende?”

Observemos, ainda, que a ironia, neste caso, não faz parte de um jogo discursivo para a proteção de face do sujeito como é força do costume enunciativo, mas é elemento de intento argumentativo. Dessa forma, auxilia a expor o alvo para que assim seja possível desqualificá-lo. Nesse sentido, ao mesmo tempo, expõe o *ethos* do sujeito enunciador como cidadão cumpridor das leis, por isso tamanha indignação diante da cena que se desenvolve diante de si.

3) Imagem 11- Informe 4



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 24.07.2015

No exemplo anterior, curiosamente há a junção de dois títulos comuns à Coluna. O primeiro é “Ponto final” e o segundo é “No mais”. A presença de ambos os títulos no mesmo informe ratifica nossa posição a esse respeito: são expressões finalizadoras de discurso e são usadas como substitutas de conjunções ou locuções conjuntivas. Além disso, provam mais uma vez serem essas marcas característica da Coluna Ancelmo Gois e porque não dizer, uma de suas marcas subjetivas?

A presença do discurso heterogêneo é fortemente marcada no discurso de Gois, como veremos em todo este capítulo. Assim, a alusão ao pensamento de Millôr Fernandes confirma essa teoria, pois esse recurso confere ao enunciado um leve contorno irônico obedecendo a uma das características de Millôr. Ademais a “não coincidência do discurso consigo mesmo” ressalta a opinião do enunciador por meio da citação em: “Deve haver escondida nos subterrâneos do congresso, uma escola de malandragens, golpes, perfídias e corrupção. Não é possível que tantos congressistas já nasçam com tanto *nourrau*” , pois este concorda com tal pensamento , já que, ao término dessa referência, insere o seguinte comentário: “Faz sentido”.

Observemos que o alvo nesse informe são todos os políticos, portanto, um grupo em específico. Por esse motivo, o recurso estilístico por meio da gradação evidencia as

características a serem ressaltadas nesse grupo, já que se justificam os atos dos políticos por meio de uma: “escola de malandragens, golpes, perfídias e corrupção.” Destaquemos que, ao mesmo tempo, que a elipse do elemento “ escola “ os torna sinônimos, sabemos, que, semanticamente, há um crescimento negativo originado em “ malandragem” até corrupção”. Além disso, sendo uma escola, os níveis precisam ser diferenciados do menor para o maior.

Por sua vez, O *ethos* produzido é de cidadão indignado com os comportamentos reproduzidos pelos opositores. Essa indignação é tamanha que acredita ser impossível o desempenho dos alvos na burla às leis, por isso a partir da continuação do pensamento de Millôr Fernandes :“Não é possível que tantos congressistas já nasçam com tanto *nourau*”, reitera sua indignação de cidadão e confirma seu discurso irônico contra seus opositores.

4) Imagem 12- Informe 5

ELLEN SOARES/SHOW

Ponto Final

Bombou nas redes sociais a entrevista da atriz Marieta Severo a Faustão, domingo. Pessimista, o apresentador dizia que o Brasil virou o país da desesperança e apontou algumas chagas atuais, como a corrupção e a criminalidade. A atriz, otimista, rebateu, lembrando o avanço na inclusão social, o que é uma importante verdade.

Mas a fala de Marieta foi capturada pelo pessoal pró-Dilma como uma defesa ao governo (embora a grande atriz negue essa intenção) e, o que é mais grave, foi usada por muitos na internet para minimizar problemas como o da roubalheira na Petrobras, furtada em R\$ 6,2 bilhões, dinheiro suficiente para a construção de umas 200 mil casas populares.

Ou seja, a exemplo dos antigos partidários de Adhemar de Barros (1901-1969), tem chapa-branca por aí defendendo, na prática, o “rouba, mas faz”. Com todo o respeito.



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO 02.07.2015

No informe que destacamos, para o exemplo de número 4, o enunciador amplia sua construção enunciativa a fim de que tivesse a efetivação do discurso irônico. A princípio, não

há a presença de um alvo escolhido, portanto, a notícia permanece aparentemente imparcial opondo pontos de vistas dos personagens “Marieta Severo e Fausto Silva. Assim, o discurso é regido como certo distanciamento até a presença de inserção subjetiva por meio da concordância em: “o que é uma importante verdade”

Observemos que a notícia se constrói como uma narrativa que possui uma ruptura na expectativa do leitor à medida que se aproxima do clímax da história introduzida pelo adversativo “Mas”. É a partir deste ponto que o informe passa a revelar a maior incidência subjetiva, principalmente, sob o aspecto da modalização autonímica. E neste ponto também que se estabelece o alvo do discurso irônico, o governo Dilma, pois além de acusar o alvo sem que para isso use nenhum subterfúgio, como em: “Mas a fala de Marieta foi capturada pelo governo pró-Dilma como uma defesa do governo [...] e o que é mais grave foi usada por muitos na internet para minimizar problemas como o da roubalheira na Petrobras, furtada em R\$ 6,2 milhões, dinheiro suficiente para a construção de umas 200mil casas populares.”

Notemos que, no trecho em destaque, o alvo, o governo Dilma, é responsável pelo roubo à Petrobras, portanto, é o governo de ladrões. Não há, portanto, face a ser protegida até aqui. O sujeito está desnudo, pois a subjetividade se impregnou de tal forma no discurso que não há mais separação de quem seja o sujeito enunciador do sujeito social.

A máscara social é erguida por meio da ironia tendo este recurso como fonte estratégica para o mascaramento e, talvez, polidez. Para isso, a inserção de discurso segundo é fonte inesgotável de mecanismos favoráveis a essa construção, como podemos observar no último parágrafo através da inserção do modalizador “ou seja” e também da alusão ao já falecido político, Adhemar de Barros, e o ponto de vista que lhe é atribuído: “rouba, mas faz”.

Vejamos que a não coincidência entre a palavra e as coisas se faz presente através do “ou seja”. Ao mesmo tempo, a “não coincidência do discurso consigo mesmo” se dá por meio da citação “rouba, mas faz”. Isso demonstra como a modalização está interligada no discurso e não se pode mecanizá-la. De todo modo, o primeiro modalizador anuncia com a ruptura retificadora na linearidade sintática a ironia que se configurará e a conseqüente crítica, por meio desta.

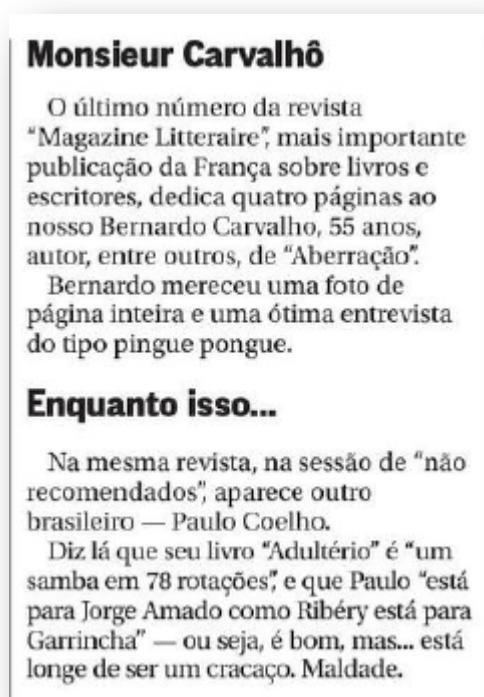
É também necessário destacarmos que, em segundo plano, a existência da comparação entre o governo de Adhemar de Barros e o então governo de Dilma é consolidada de forma a ser pano de fundo ao conteúdo irônico, pois ao observarmos: “Ou seja, **a exemplo** de antigos partidários de Adhemar de Barros [...], tem chapa branca por aí defendendo “o **rouba**, mas faz”. Podemos notar que as palavras em destaque confirmam nossa afirmação, já que a exemplo surge como termo comparativo de um personagem a outro. Além disso, o verbo

“rouba” aparece como pertencente ao mesmo campo semântico de “roubalheira”, significando que o conteúdo roubo surge pela segunda vez no informe, reforçando a ideia proposta no início do texto: o governo é de ladrões.

O *ethos* construído, portanto, é de vítima reconhecadora de seu algoz, como a de um furtado que reconhece quem a surruiu. Ao mesmo tempo, de vítima, lança-se como inquisidor de seus opositores, julgando-os mesmo sem apresentar em seu discurso provas materiais. Dessa maneira, ficando, apenas, com o discurso inflamado de opositor ofendido.

AGOSTO 2015

5) Imagem 13 - Informe 6



Fonte : Ancelmo Gois, O GLOBO, 02.08. 2015

A partir da leitura do título do informe anterior, já podemos prever que a diretriz discursiva a ser tomada será a partir do viés humorístico, pois, ao intitular a primeira parte da notícia como “Monsieur Carvahô”, o fiador explora os recursos fônicos para criar um ambiente audível que aluda à sonoridade de tratamento cerimonioso em língua francesa.

Desse modo, surge um jogo de palavras abrindo a possibilidade ao humor baseado no estereótipo de como se desenvolveria a cena.

Assim, verificamos a inserção de duas notas consecutivas cuja coesão referencial é feita por meio do contexto em que ambas se inserem. A que nos interessa, no entanto, a título de análise é a segunda, mas não é possível dispensarmos a exemplificação da primeira já que o todo textual se dá por meio do conjunto.

Na primeira parte, observamos a informação que não há nenhuma incidência irônica, ao contrário, o tom elogioso segue a categoria do exagero, mas através do discurso citado, como de costume, provando ser essa uma característica textual/ discursiva, mas sobretudo subjetiva. Observemos que o termo “Aberração” é inserido como discurso citado, por isso a presença das aspas.

A concordância do enunciador com o conteúdo que relata, pode ser observada por meio dos argumentos que ressalta para justificar a notícia dada. Há destaque para os seguintes fatos em relação ao escritor Bernardo de Carvalho: a) a revista francesa de maior importância fez uma reportagem com o autor; b) tal reportagem foi de vulto que foi veiculada em 4 páginas da revista; c) o escritor ganhou uma foto de capa inteira na revista; d) a posição de importância da notícia. Esta vem em primeiro plano; e) o enunciador insere o pronome “nosso” para se referir ao escritor em “... ao **nosso** Bernardo de Carvalho...”. O pronome não apenas familiariza o objeto do elogio como também revela o caráter afetivo do enunciador por este.

Em contrapartida, o segundo informe, inserido como um constituinte de coesão é proposto como um segundo parágrafo de uma mesma reportagem. Esse mecanismo é marca do gênero, mais especificamente, é marca desse autor.

Assim, o título proposto para o segundo informe antecipa ao leitor uma mudança nos fatos conduzidos, por consequência, no posicionamento do enunciador. O título, então indicado, “enquanto isso...” vem acompanhado de reticências que, além de criar um ambiente de expectativa na quebra da linearidade textual, também anuncia o contorno irônico que se assumirá a partir desse ponto.

Observemos que, no primeiro parágrafo, há mais uma vez o discurso citado através da inserção das aspas em “ não recomendados”, atrelando outro autor a esta qualificação. Dessa forma, o mascaramento por meio da heterogeneidade se dá como forma de proteger a face do enunciador diante do alvo: Paulo Coelho.

No segundo parágrafo, o discurso citado permanece como recurso de mascaramento, mas desse ponto em diante, assume também ares irônicos, pois ao aludir ao discurso de

outrem compara-o ao primeiro escritor (digno de elogio). Ao mesmo tempo, constrói uma crítica através de metáforas e comparações que incidem sobre a obra do escritor e também sobre o próprio sujeito alvo.

Ao lançar mão da “não coincidência do discurso consigo mesmo” em: ‘Diz lá seu livro “Adultério” é um samba de 78 rotações’ compara a obra de Coelho, em valores estéticos, a um antigo disco de 78 rotações, ou seja, uma chapa rústica usada no início do século XX em gramofone. Em outras palavras, compara a obra do autor a um objeto obsoleto e não aperfeiçoado. A crítica construída com base na metáfora, é ao mesmo tempo sutil e irônica que, para ser percebida, é necessário que se tenha conhecimento do que sejam as “78 rotações”. Isso demonstra que o enunciador cria para seu destinatário, o leitor, uma imagem de ser capaz de entender a metáfora e também a ironia construída por meio dela.

Além disso, há também duas comparações que são menos rebuscadas que a anterior. A comparação, dessa vez, não se dá por meio da metáfora, mas por comparação clara e objetiva: *Paulo “está para Jorge Amado assim como Ribéry está para Garrincha”*²¹. Além disso, a presença de outra das modalizações autonímicas se faz presente nesse momento, mas, dessa vez, a “não coincidência entre as palavras e as coisas”, inserida por meio do “ou seja” adquire maior singularidade, pois a comparação per si não foi elemento suficiente para a construção irônica. Donde a necessidade de retificação do enunciado e esclarecimentos por parte do enunciador.

Ao propor, “Ou seja, é bom, mas...está longe de ser um cracaço”, o enunciador se propõe a esclarecer a inserção do discurso já citado, fato que não ocorre no primeiro informe. Além disso, após emitir um juízo de valor a esse respeito por meio de único comentário explícito em “Maldade” o sujeito assume proteção de face por meio do mascaramento do discurso heterogêneo. Podemos inferir no, entanto que apesar de hipoteticamente assumir a postura de defensor do alvo através da contraposição ao aludido, o enunciador concorda com o exposto, mas deseja manter o duplo *ethos* intacto.

O primeiro *ethos* que deseja não desconstruir é e admirador da obra de Paulo Coelho, já que este autor é membro da Academia Brasileira de Letras e também possui ampla admiração internacional. Além disso, o Sujeito e Sujeito comunicante, como um único membro, expõem-se na coluna diária. Por isso, a necessidade de proteção da face.

O segundo *ethos* que se deseja manter é o que mais importa, a imagem ideal diante do auditório. É necessário que ao mesmo tempo a ironia seja de ocultação e velamento da real

²¹ Optamos por itálico para desfazer quaisquer dúvidas, pois o autor já havia utilizado aspas.

intenção comunicativa, pois o Sujeito enunciador apenas supõe que perfil tenha o Tu destinatário e é nessa suposição que nasce o perigo de se desfazer o *ethos* e também de não atingir os objetivos.

O *ethos* construído para o auditório é demasiadamente complexo, pois, ainda que se assuma o posicionamento de classificar o destinatário como uma unidade, ou seja, como grupo de leitores idealizados e de determinado comportamento, seja pela comunidade e sua inserção nela, sejam pelos estereótipos a que estão atrelados, é possível que o grupo não apresente homogeneidade. Isso ocorre, por exemplo, como no informe anterior, quando o alvo da ironia é uma figura pública que por si desperta comportamentos controversos como críticas e elogios.

6) Ancelmo Gois, O GLOBO 08.08.2015

Aliás

Uma frase genial de Carlito Maia explica um pouco o que houve na eleição: “Brasil? Fraude explica.”

O informe anterior está articulado a conteúdo ministrado a outro dia de publicação e não necessariamente a outro informe como um elemento coesivo. O termo “Aliás”, então, é ao mesmo título do informe e marcador discursivo/ turno de retomada de assunto alhures entre colunista e leitor.

Assim, o sujeito enunciador constrói sua argumentação persuasiva por meio das máximas atribuídas a outrem como já vimos em outros exemplos anteriormente. Neste caso, a alusão é a um publicitário e intelectual respeitável a que se tem apreço. Isso pode ser comprovado através do adjetivo “genial” anteposto ao nome “Carlito Maia”. A modalização evidente confere a Carlitos Maia *status* elevado diante do destinatário, pois com adjetivo passa a ser digno de credulidade. Além disso, é parte da construção argumentativa e também orientação ideológica assumida pelo enunciador.

É importante também destacarmos a presença da modalização autonímica por meio da “não coincidência do discurso consigo mesmo”. Novamente a alusão a discurso segundo é fonte de argumentos para o discurso enunciativo, mas também é base para moldar a ironia. Ao aderir à frase de Carlito Maia, “Brasil? Fraude explica.”, o enunciador insere-se de forma mais presente, deixando claras suas intenções críticas e insatisfação com determinado evento.

O humor, presente no discurso já dito, fica a cargo da ressignificação da máxima popular “Freud explica”, cujo uso é comum em situações em que não há explicações claras ou não se entendeu as razões dos acontecimentos. Assim, a aproximação fonética presente em: Fraude e Freud, excetuando-se apenas a alternância do /au/ para /oi/, a ironia fica evidente no jogo das palavras dispostas no discurso.

Notemos que o recurso à modalização autonímica é estratégia discursiva para persuadir o Tu destinatário de seu argumento: As eleições foram fraudadas. Nesse caso, por não concordar com os fatos, o enunciador constrói para si o único *ethos* possível, o de opositor aos resultados. Imagem esta que se mantém durante muitos outros momentos enunciativos, provando ser este um *ethos* eficaz e aprazível a seu auditório.

SETEMBRO 2015

7) Ancelmo Gois, O GLOBO, 22.09.2015

Para ele...

A arrecadação de imposto e o PIB estão caindo tanto que os gastos do governo em setores nos quais predominam os salários (como o de professores) ou compromissos permanentes (como os convênios) supera a obrigação constitucional. É como diz lá na minha terra: “O diabo mora nos detalhes.”

Como podemos observar, a crítica ao cenário político é uma temática constante na coluna de Gois, principalmente, considerando o período em que pesquisamos, pois datam do período de investigações à Petrobrás até o Impeachment de Dilma Roussef da presidência da República.

Com a notícia proposta, o enunciador sugere que se aumente a arrecadação de impostos, já que essas arrecadações estão caindo ao ponto de interferir da “obrigação constitucional” de pagamentos do governo. Podemos perceber, então, que, nesse caso, há diversos julgamentos propostos ao grupo governante ao ponto de se comparar os detalhes ao Diabo.

As críticas ao governo se dividem nas seguintes perspectivas: a) a arrecadação de impostos caiu, porque o governo reduziu os impostos; b) O PIB (Produto Interno Bruto) caiu

por culpa do governo; c) os gastos públicos com professores e convênios são altos demais ultrapassando a legalidade constitucional. A partir disso, é possível inferir as seguintes conclusões: O governo deve aumentar os impostos, aumentar o PIB e diminuir os gastos públicos, por exemplo com professores.

Notemos que a construção argumentativa se dá através da atuação contrária do adversário, ou seja, por meio da antítese. Demonstrando, assim, como os argumentos daquele são ineficazes ao ponto de poder finalizar sua crítica recorrendo ao discurso irônico. Assim, por meio da “não coincidência do discurso”, a ironia se apresenta como peça chave à oposição incisiva na qual a alteridade é parte desse jogo. Se os detalhes são os apresentados e o Diabo é figura mitologicamente representante do mal, logo, o governo também o é.

O *ethos* criado, portanto, é a imagem de um homem ligado às suas raízes e tradições que faz questão de manter o vínculo com sua terra natal ao iniciar a citação ao aforismo em: “É como diz lá na minha terra.” Do mesmo modo, esse homem, que tem na sua linguagem particular a raiz da tradição, também demonstra a credulidade cultural do interior na realização do dito: “O diabo mora nos detalhes.” Além disso, a força da tradição somada ao *ethos* crítico opositor do governo forma, em si, uma imagem completa de um “cidadão de bem”.

8) Ancelmo Gois, O GLOBO, 30.09.2015

Partido de saias

O TSE aprovou o Partido da Mulher Brasileira (PMB) ontem. Em Frei Paulo, mulher procurar um bom partido é outra coisa.

Nesse pequeno informe, o enunciador reforça a imagem tradicional de homem interiorano e de costumes tradicionais. A alusão a Frei Paulo, lançando mão da “não coincidência do discurso”, também reforça essa tese. A ironia se constrói a partir da incidência da alusão aos costumes de Frei Paulo com: “Em Frei Paulo, mulher procurar um bom partido é outra coisa.”, pois alude também à fala popular “procurar um bom partido”. Dessa forma, deixando clara a visão estereotipada que se tem a respeito do que seja um arquétipo feminino.

Notemos que não é apenas uma crítica que se constrói, mas também uma zombaria ao fato de o partido ser constituído somente por mulheres, reforçado pelo título do informe: “Partido de saias”. A partir disso, podemos concluir que não há uma concordância do sujeito

enunciador em relação à liberação do TSE e partido político é construído pelo signo oposto, então, calças. Observemos, então, que se o signo “saias” refere-se às mulheres, calças, portanto, está para homens. Isso, então conotaria que partido político deve ser construído apenas por homens.

Finalmente, podemos dizer que o *ethos* construído a partir da ironia proposta no informe é um *ethos* de um homem tradicional e, por que não dizer, machista. Acreditamos, porém, que este se identifica com o destinatário idealizado pelo sujeito enunciador, visto que, como já mencionamos em capítulo precedente, acreditamos que o Sujeito enunciador acredita ser o TU destinatário um leitor ideal masculino e heterossexual.

OUTUBRO 2015

9) Ancelmo Gois, O GLOBO, 18.10.2015

No mais

É como diz o cassetta Hélio de La Peña:

- Quem tem Cunha, tem medo.

A heterogeneidade mostrada fica evidente no trecho anterior não apenas na marca da modalização autonímica, como também intrínseca a esta. Isso se dá à medida que há uma subversão do dito popular comum aos meios mais corriqueiros, principalmente, no que tange à linguagem.

Assim, ao aludir ao ex-integrante do grupo “Casseta e Planeta, Hélio de La Peña” o enunciador cria uma trama interdiscursiva propícia ao jogo irônico na qual o substantivo “Cunha”, por aproximação fonética, substitui o signo do aforismo popular.

A intenção com este, além de criar o óbvio humor para o discurso, é também de propor ao interlocutor reflexão por meio do riso pensativo. Quando afirmamos a obviedade humorística do interdiscurso proposto em: “Quem tem Cunha, tem medo” está inscrito em pelo menos dois fatores. O primeiro deles é recorrer a um pensamento proposto por um humorista cuja aspereza cômica é eficaz nos jogos ambíguos, mas, principalmente os de duplos sentidos. Quanto ao segundo, reside na de um aforismo de tamanha plasticidade de os componentes linguísticos poderem se adequar ao novo ambiente.

Tal escolha prova que a intencionalidade irônica não apenas é parte intrínseca à subjetividade enunciativa, como também é ambiente propulsor à construção de um *ethos* eficaz e atraente ao auditório ao qual o discurso se destina. O *ethos* criado é de um cidadão crítico, preocupado ao extremo, ao ponto de romper com o tabu linguístico e assumir para si o discurso de outrem, ainda que inadequado, por vezes, ao suporte que mantém sua coluna. No entanto, contraditoriamente, é esse mesmo rompimento com os padrões que sustenta o *ethos* do cidadão preocupado e, portanto, não se desfaz diante do auditório.

O ambiente criado de riso e crítica sugere aos leitores/auditório que a cena que se observa é absurda ao ponto do risível, já que o alvo, “Cunha”, transita no limite do grotesco e do riso, portanto, as armas a combatê-lo também serão de mesma natureza.

10) Imagem 14 - Informe 7



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 20.10.2015

O exemplo que destacamos para compor a décima posição separa manchetes de outros jornais para assim criar um ambiente irônico. Desse modo a recorrência à heterogeneidade mostrada se faz presente de duas formas no exemplo anterior para a caracterização irônica.

A primeira abordagem cita discursos atribuídos a dois personagens em modo direto a partir de fonte aludida de dois jornais distintos - Folha de São Paulo por meio da seguinte manchete: *'Lamento que seja um brasileiro', diz Dilma sobre denúncias contra Cunha* e

jornal Estado de São Paulo: *Cunha rebate Dilma e diz lamentar que país tenha ‘o maior caso de corrupção do mundo’*. Salientemos, no entanto, que a heterogeneidade se compõe de um duplo modo, pois, além de ser um discurso pertencente a outrem, ou seja, a duas fontes distintas de informação que, ao mesmo tempo, citam o discurso de dois sujeitos para embasar seus próprios posicionamentos. Isso corrobora mais uma vez teorias as de Bakhtin (1992) e Ducrot (1987), cujos pensamentos estabelecem o fato de nenhum discurso está pronto e ser em primazia o primeiro a ser dito ou pensado como tal, sempre há outros sobrepostos. Há sempre novas vozes que subjazem todo e qualquer discurso.

A segunda forma de apresentação que podemos verificar é a pergunta dirigida ao enunciatário; “Não é que os dois têm certa razão?” Esta interlocução chama o parceiro discursivo à concordância e, ao mesmo tempo se desdobra em um enunciado irônico demonstrando que há a possibilidade de o alvo poder ser duplo e não único. Desse modo, a relação estabelecida entre os sujeitos não pertence ao triângulo irônico, mas a uma bifurcação da ponta que atinge o alvo.

Com efeito, também é importante destacarmos que por meio da indagação anterior e de as citações acima, há a presença de duas formas de modalizações autonímicas. A “não coincidência interlocutiva”, como o próprio nome antecipa, define o questionamento destacado no parágrafo anterior; o segundo tipo se refere a “não coincidência do discurso consigo mesmo” que aborda, como já observamos anteriormente, discursos citados e aludidos. Nesse caso, as manchetes em destaque observadas no exemplo. Ambos as modalizações reforçam o caráter subjetivo do informe e ressaltam com clareza a necessidade de oposição aos alvos escolhidos.

A ironia construída fica a critério da interpretação do sujeito enunciatário que entenda tais referências e a indagação como fatores dispostos a esse propósito. Para isso, o enunciador, recorre à fórmula usada na oralidade para conferir ao enunciado o tom necessário ao entendimento desse tipo de ambiente. Por isso, a introdução do questionamento ocorre mediante a: “Não é que”. A expressão, ao mesmo tempo, confere dúvida e questionamento ao enunciado proposto.

O *ethos* produzido se confirma no ironista, cujos alvos principais são mantidos: Dilma e Eduardo Cunha. A imagem do opositor ao governo estabelecido se mantém, ratificando essa imagem através dos alvos de seus discursos ao longo do *corpus* como pudemos observar até aqui e verificaremos mais adiante. Além disso, o enunciador cria para si um *ethos* de crítico à corrupção, mas a estabelecida nas fronteiras políticas, pois é sob esse espaço que a sua ironia se constrói.

NOVEMBRO 2015

11) Ancelmo Gois, O GLOBO, 3.11.2015

Laços de Ternura

Esta é fácil. Quem foi o relator da emenda que permitiu a Ricardo Magro, empresário que coleciona acusações de sonegação, pagar ICMS, por meio de liminar, com precatórios? Eduardo Cunha.

A propensão irônica no informe destacado no exemplo 11 aproxima-se do escárnio. Isso ocorre em virtude de o alvo de ironia ser além de figura pública, réu em meio político, pois é costume desde o surgimento desse recurso na Comédia Grega que se teçam comentários irônicos a personalidades públicas como membros do governo. Dessa maneira, Eduardo Cunha assume a posição de alvo para o sujeito enunciador que julga ter seu Tu destinatário também em concordância.

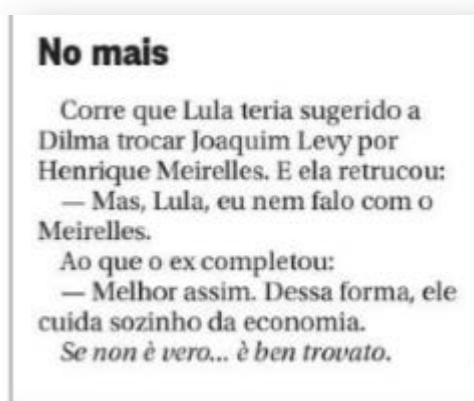
O informe se inicia por título deslocado de campo semântico e contextual assume característica irônica ao ler a notícia, pois ao nomear como “Laços de ternura”, o enunciador cria expectativa a respeito do conteúdo noticiado como sendo do âmbito afetivo. A ruptura nessa expectativa temática se dá a partir da inserção interlocutiva propriamente dita, ou seja, quando propõe uma pergunta ao destinatário, assume a postura de ironista.

Soma-se a isso o fato de a interlocução ser parte de uma modalização autonímica. Obviamente, como já apregoamos, não clássica como apontou Authier-Revuz (1990) com as formas “Como dizer?”; “se é possível dizer isso” entre outras. No entanto, a alusão ao discurso segundo fica evidente ao recorrer ao parceiro do jogo enunciativo e, dessa maneira, propor-lhe uma charada: “Quem foi o relator da emenda que permitiu a Ricardo Magro, empresário que coleciona acusações de sonegação, pagar ICMS, por meio de liminar, com precatórios?”

Com a proposta de adivinhação o enunciador constitui junto ao coenunciador uma relação de cumplicidade e subjetividade, pois acredita que seu parceiro de jogo discursivo é capaz de entender a construção irônica e de assenti-la como tal. Nesse caso, os discursos do enunciador e do enunciatário se transformam em um único discurso ao ponto que a resposta à charada vem em seguida: “Eduardo Cunha”. Observemos que não há distanciamento entre ambos os sujeitos da enunciação. A heterogeneidade se comunga na resposta à charada inicial.

Por seu turno, o *ethos* construído, mediante um humor ácido, mas reflexivo, é de indivíduo atento aos fatos políticos, sugerindo, por isso, uma imagem de um jornalista bem informado e atento aos acontecimentos, fato que ratifica sua permanência em jornais de grande vulto e sólida carreira como homem de prestígio.

12) Imagem 15 - Informe 8



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 13.11.2015

No exemplo 12, devemos esclarecer que assim como o “aliás”, a expressão “no mais” é recorrente na coluna e sempre vem seguida de textos finalizadores, ou seja, informes de “pé de página”. Por isso, apesar de ser uma expressão coesiva, muitas vezes, é usada como recurso a marcação de turno ou marcador discursivo. A expressão também é usada quando não há título em específico a ser proporcionado ao informe. Como consequência, a ironia construída é mais branda.

Vejamos, então, a variação nos tipos de discursos. Podemos observar que o já dito, ou discurso citado, é base para a presença subjetiva na coluna. Ainda assim, esta é uma forma de atribuir responsabilidade a outros que não a si mesmo e, por vezes, construir um mascaramento favorável ao sujeito discursivo.

O discurso aludido em primeiro plano pode ser observado através do verbo “corre” no enunciado “Corre que Lula teria sugerido a Dilma trocar Levy por Henrique Meirelles.” Tal verbo assume a função do verbo “dizer”, no entanto, o aspecto coloquial é mais evidente naquele do que neste. Além disso, o informe como um todo não tem por objetivo a veracidade, como se comprova ao final, portanto, a opção pelo verbo “correr” confere ao

enunciado características de “boato”. Aqui já encontramos um discurso aludido que tem como fonte um “alguém” indeterminado.

Em segundo plano, a apresentação do discurso direto como fonte de encenação entre dois personagens que serão alvo da ironia proposta adiante. Com efeito o diálogo reportado, ainda que em discurso direto não apresenta a fidelidade do real. Esse é um discurso no qual as subjetividades se comungam entre si e, portanto, as interferências entre as heterogeneidades são constantes. Isso pode ser provado através da frase última inserida em língua italiana, “*Se nom é...vero é bem trovato!*”, ou seja, “se não é verdade é bem provável” constitui um provérbio popular daquela língua.

Ao mesmo tempo que o provérbio ratifica a heterogeneidade como um amálgama de sujeitos, como também põe em dúvida as informações dispostas até ali. De maneira que não há por parte do enunciador certeza quanto aos fatos expostos. Por isso, o tom de ensejo cria um cenário de humor e desconcentração através do provérbio já dito. A modalização autonímica, portanto, é parte da ironização não somente dos alvos: Lula e Dilma, mas também de uma autoavaliação, pois a incerteza não deveria ser esteio do enunciador.

Em outras palavras, o personagem do diálogo é tecido à imagem de seu fiador que, como seus parceiros, opõem-se ao alvo da crítica irônica: Dilma. Ao criar essa cena enunciativa, transfere a outros sujeitos a responsabilidade do discurso. Dessa maneira, a heterogeneidade se faz eficaz para manter a face intacta do sujeito diante do Tu destinatário. A veracidade do suposto diálogo somente se melindra a partir da inserção do provérbio italiano, mas não se abala de todo, pois a compreensão em outra língua que não vernácula fica novamente sob responsabilidade de outrem, o leitor.

O *ethos* construído, em contrapartida, é de indivíduo imaginativo, mas também, novamente refirma a imagem de opositor ao Governo Dilma. Sua esperança de mudança é tamanha que cria uma cena hipotética de para qual não tem provas da veracidade de sua existência e que, ao mesmo tempo, é desejoso de modificação no ministério, tanto que imagina um diálogo no qual propõe por meio do personagem “Lula” uma modificação: “- Melhor assim. Dessa forma, ele cuida sozinho da economia.” Lula assume a voz do enunciador como um alterego deste e seus leitores.

Por outro lado, devemos, mais uma vez, ressaltar que o *ethos* opositor ao governo criado pelo enunciador da coluna se sustenta à medida que reflete os anseios de seus parceiros enunciatários. Em outras palavras, essa imagem é favorável e confortável àqueles que o sujeito supõe serem seus leitores, pois está atento aos gostos, perfis e, principalmente, ao conhecimento partilhado do grupo que se reúne para ser o seu auditório.

13) Ancelmo Gois, O GLOBO, 5.12.2015

À lá Zózimo

E Jacques Wagner, hein? O comandante chefe da batalha contra o impeachment de Dilma já atuou do outro lado. Em junho de 1994, quando era deputado, ele protocolou um pedido contra Itamar Franco.

Na época, não achava que era golpe.

O exemplo número 13 antecipa por meio do título a perspectiva irônica que será tomada no informe. Isso se deve ao fato de Zózimo Barroso do Amaral ser jornalista conhecido pela irreverência discursiva, mas sobretudo, por fazer indagações ao leitor a respeito da temática a ser desenvolvida. Zózimo, como ficou conhecido, já falecido há algum tempo, é sempre fonte de referência e alusão do colunista. Arriscamos dizer que seu estilo discursivo assemelha-se bastante ao daquele colunista.

Dessa maneira, então, observando o título “À lá Zózimo”, podemos dizer que revela a intenção discursiva a seu exemplo, concretizando-se propriamente no questionamento: “E Jacques Wagner, hein?” Notemos que a interlocução não apenas insere um discurso segundo, mas também um possível turno no qual o enunciador chama à lembrança do enunciatário fatos longínquos, mas que contradizem a atitude do alvo: “O comandante chefe da batalha contra o impeachment de Dilma já atuou do outro lado.” Além disso, insere a modalização autonímica mais uma vez como recurso irônico.

Nessa introdução, o alvo ganha um epíteto, “comandante chefe da batalha”, que podemos destacar também como uma inserção irônica, visto que há um exagero em relação à situação do impeachment de Dilma, denominando-o como “batalha”; donde a hipérbole configura a dificuldade do caminho seguido pelo alvo.

Ao continuar sua proposição contra seu opositor, apresenta a modificação de comportamento dele: “Em junho de 1994, quando era deputado, ele protocolou um pedido contra Itamar Franco”. Dessa maneira, a argumentação derradeira se concretiza por meio da contradição e, finalmente, mantém o ambiente irônico com: “Na época, não achava que era golpe.”

Tais argumentos não apenas opõem o enunciador ao alvo, mas também, ao governo em exercício naquele momento. Assim, o *ethos* construído de oponente ao governo Dilma se

mantém nesse informe. Observemos que essa imagem consolidada é favorável ao enunciador, mantida como reflexo de um espelho social de um público leitor do jornal ao qual se vincula a coluna de Gois.

14) Ancelmo Gois, O GLOBO, 15.12.2015

Aliás

É do saudoso Millôr a frase:

- Viva o Brasil!, onde o ano inteiro é primeiro de abril.

Iniciar o informe pelo operador “aliás” é outra marca pertinente à coluna de Gois. Esse operador nem sempre é elemento coesivo a outro informe, mas apenas marcador discursivo, ou marcador de turno, como no caso anterior.

Notemos também que, muitas vezes, para tecer a ironia no discurso, o enunciador recorre ao discurso citado, mais especificamente, a máximas e aforismos ditos por humoristas em geral. Assim, também, ocorre no exemplo que destacamos acima. A “não coincidência do discurso consigo mesmo” acontece a partir da alusão ao escritor Millôr Fernandes, cujos textos, em grande parte, tendem a temáticas bem-humoradas.

A máxima atribuída a Millôr, “Viva o Brasil!, onde o ano inteiro é primeiro de abril.”, introduz uma ironia de pessimismo em torno do país como um local político e não físico, pois segundo a tradição popular, o dia primeiro de abril é dedicado às mentiras, às pregações de peças; também das brincadeiras. Em outras palavras, sendo todos os dias 1º de abril, todos são dias da mentira, brincadeira, da troça; portanto, este não é um país sério.

A recorrência ao discurso dito de Millôr Fernandes antecipa a natureza temática do informe a ser noticiado, visto que o jornalista dentre outras temáticas, destaca o cenário político e a consequente crítica a este. Desse modo, o recurso à modalização autonímica por meio da “não coincidência do discurso consigo mesmo” cria um ambiente irônico de irreverência crítica no qual propõe o leitor à concordância de sua perspectiva a respeito desse cenário.

Ao mesmo tempo, o enunciador cria para si um *ethos* de cidadão descontente com o futuro, pois, acredita-se que todos os dias são 1º de abril, o futuro também o será, ou seja, a mudança não está por vir. É esta ausência de esperança que move a construção irônica no informe anterior. Mais uma vez, o *ethos* corresponde ao que se supõe a respeito do auditório (enunciatário), pois pesquisas de 2015 indicavam a insatisfação do povo com o cenário

político em geral, portanto, o tom de desesperança reflete a subjetividade e, também, a alteridade enunciativa no discurso de Gois.

JANEIRO 2016

15) Imagem 16 - Informe 9



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 05.01.2016.

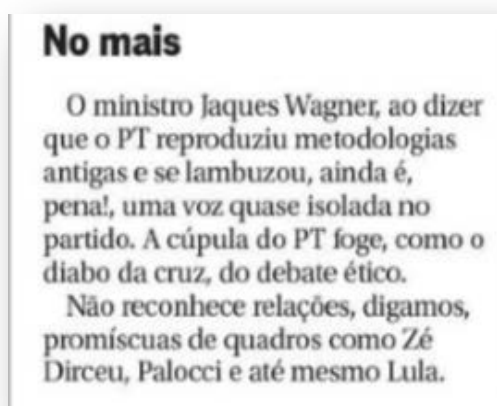
Ao citar o pensador John K. Galbraith, no exemplo anterior, o enunciador recorre a uma fonte confiável para validar seu discurso irônico. Assim a “não coincidência do discurso consigo mesmo” reforça o caminho a ser percorrido por meio da máxima: “Os economistas gostam de ficar brigando entre si para não correrem o risco de estarem todos errados ao mesmo tempo.” Vejamos que a crítica aos economistas se configura através das palavras atribuídas a outrem, permitindo o mascaramento do enunciado. Desse modo, há transferência de responsabilidade do conteúdo discursivo para outrem e não o sujeito da enunciação.

Ao mesmo tempo, o discurso já dito confere crítica aos economistas por meio do discurso controverso, pois, ao observarmos que a citação do pensador John K. Galbraith, ao mesmo tempo que introduz uma crítica, também alude ao livro que será comentado no próximo parágrafo. Assim, novamente, o mascaramento se faz presente mantendo a face do sujeito intacta diante do seu enunciatário.

No último parágrafo, há a introdução, por parte do enunciador, da fonte da qual retirou a citação exposta em seu informe; “Antologia da Maldade”. Isso confirma a veracidade de seu discurso diante do enunciatário e, ao mesmo tempo, ratifica a confiança estabelecida entre os sujeitos como parceiros de um jogo realizado em dupla.

O *ethos* construído para o auditório acrescenta um outro viés aos já emoldurados até aqui, o *ethos* de homem culto. Notemos que não apenas o sujeito cita máxima que sustenta seu discurso, como também é conhecedor de fonte bibliográfica na qual se insere sua citação. Credita para si, com isso, a transparência de indivíduo comprometido com a leitura, mas, sobretudo, comprometido com a verdade.

16) Imagem 17- Informe 10



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO 06.01.2016

No exemplo 16, a “não coincidência do discurso consigo mesmo” se faz presente de diversas formas de apresentação. Assim, a heterogeneidade enunciativa mostrada é a maior fonte de recursos para a tessitura do informe apresentado acima. Isso prova sua importância não só para a construção enunciativa e argumentativa, como também para o nosso ponto de vista defendido até aqui.

O discurso indireto reproduzido, em primeiro plano, confunde-se com a voz enunciativa, provando novamente que nenhum discurso é único em si mesmo, ou seja, não há o dito que seja primordial. Nesse sentido, o enunciador, introduz um juízo de valor, através de uma interjeição, em meio ao discurso, rompendo com a linearidade sintática: “O ministro Jaques Wagner, ao dizer que o PT reproduziu metodologias antigas e se lambuzou, ainda é, **pena!** Uma voz quase isolada no partido.”

A modalização em discurso segundo permanece como um recurso argumentativo e construtor irônico à medida que a inclusão do provérbio popular: “ Como o diabo foge da cruz” é forma de comparação direta e reforça esse ponto de vista de que o alvo da crítica, o PT, não é ético. Observemos também que a utilização de tal provérbio também confere exagero irônico à comparação, tendo em vista que o enunciador compara a “cúpula do PT “com “Jacques Wagner”, ou seja, proporciona um indivíduo a um grupo para dimensionar a disparidade entre os alvos da ironia.

No último parágrafo, do exemplo, podemos encontrar uma outra forma de modalidade autonímica, a “não coincidência entre palavras e as coisas.” Esse terceiro tipo de modalização rompe com a linearidade sintática para introduzir uma retificação no enunciado. Nesse caso, o rompimento se dá em virtude de uma busca, por parte do enunciador, por palavras que se adequariam melhor ao momento enunciativo. Obviamente, esse é um recurso que, muitas vezes, denota um falso decoro diante das palavras e expressões empregadas, como em: “Não reconhece relações, **digamos**, promíscuas de quadros como Zé Dirceu, Palocci, até mesmo Lula.”

Acima, destacamos o termo que introduz a modalização autonímica e, ao mesmo tempo, retifica o pensamento enunciativo, inserindo marca subjetiva no enunciado. Esse tipo de modalização, de forma mais suave também enuncia ironia com sua presença, pois por meio da pausa, pois sugere que maior realce na palavra que se segue, nesse caso, “promíscuas”, isto é, a relação estabelecida entre os alvos é de intimidade libertina. Podemos, então, concluir que escolha da palavra é necessária para construção da ironia crítica ao alvo.

Por sua vez, podemos dizer, então, que o *ethos* apresentado se mantém como um grande ironista político, principalmente, como opositor ao regime de governo vigente no momento enunciativo, fato que prova ser o enunciador, por outro lado, grande fonte de consulta para seus leitores, portanto, possuidor de um *ethos* confiável, já que este *ethos* se mantém.

17) Imagem 18 - Informe 11



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 12.02.2016

O informe destacado como exemplo 17 chama-nos atenção para os títulos escolhidos para nomear as notícias. Os dêiticos observados “Lá” e “Cá” anunciam ao leitor a um intertexto sutil, mas presente em muitos outros trabalhos e obras, a revisitação ao poema de Gonçalves Dias cuja obra é marco para os estudos do movimento Romântico no Brasil. Com efeito o enunciador crê que seu enunciatários são capazes de tecer junto a eles uma relação de referência intertextual ao ponto de reconhecer os títulos como parte do poema “Canção do exílio”

Ao mesmo tempo que alude ao poema como fonte de inspiração a sua criação, subverte-o para construir o enunciado irônico. Diferentemente do poema, o espaço demarcado como “Lá” assume feição positiva diante da crítica sempre presente do sujeito. Isso se comprova por meio da expectativa criada através das reticências em: “A reforma dos Emirados Árabes Unidos inclui criação do Ministério da... Felicidade.”

Observemos que o substantivo “felicidade” posposto ao uso das reticências inclui a esse contorno irônico se somados ao fato o conhecimento de mundo partilhado a respeito dos Emirados Árabes como um país de extremos e regime totalitário. Mais uma vez, o sujeito acredita que essas conexões sejam feitas por seu enunciatário e que a ironia seja

compreendida com parte de sua subjetividade, mas também que seja recurso eficaz ao jogo discursivo.

Quanto à notícia contraposta “E cá”, semelhante ao anterior, assume temática diferente do poema de Gonçalves Dias, no qual o “cá” refere-se à terra estrangeira e não ao país natal. Assim, para ratificar oposição existente entre “lá e cá”, o enunciador convoca a sugestão que, segundo ele, é atribuída ao compositor Chico Buarque: “Ministério do Vai dar Merda”. Não há, nesse caso, preocupação com o registro a ser usado, pois a outro é creditado o título do referido ministério, e, por isso, não seriam suas as palavras, mas a de outrem que, por sinal, é também poeta.

É importante destacarmos, que a escolha do discurso segundo é parte de uma intencionalidade discursiva eficaz que ora revela, ora esconde a face enunciativa. Isso porque, ao mesmo tempo que convoca a heterogeneidade mostrada por meio da “não coincidência do discurso consigo mesmo”, o sujeito se insere na atividade linguageira sem que para isso se comprometa com seu parceiro. Do mesmo modo, cria para si, múltiplos *ethos* que agradem até mesmo ao público mais arredios.

A ironia, portanto, constrói-se não apenas por meio da contradição proposta entre dois ambientes distintos e de culturas muito distantes, como também por meio do alinhar enunciativo que insere a modalização autonímica como parte dessa construção oposta. Assim, a antítese é a base de sustentação da ironia que se manifesta através da oposição em diversos planos: espacial, econômico e psicológico.

O *ethos* proposto a cada informe se mantém como forte opositor ao governo, mas sempre ressalta outros aspectos que o sobrepujam. Desse modo, a ironia favorece a essa construção pois não desgasta a imagem de opositor, pelo contrário, suaviza o embate, permitindo outras máscaras serem apontadas, como o de homem culto apreciador de poesia.

Observemos que o enunciador constrói sua máscara através da referência literária, pois julgando o enunciatário pelos estereótipos pertinentes à sociedade brasileira, a cultura escolar e acadêmica é valorizada como fonte de conhecimento, ainda que superficialmente. Assim, além de o intertexto ao poema de Gonçalves Dias de forma implícita, há também de modo explícito a referência o discurso dito de Chico Buarque, ratificando o *ethos* que se desejava imprimir; pois, de toda forma, mesmo que a alusão a Buarque não seja a nenhuma de suas obras, seu nome confere prestígio ao discurso pavimentado.

18) Imagem 19 - Informe 12



Fonte: Anselmo Gois, O GLOBO, 26.02.2016

Os informes intitutados por “Ponto Final”, como o informe anterior, são acompanhados de conteúdo visual. É comum que seja uma foto que comprove o conteúdo exposto na notícia do box apresentado. Acreditamos que por ser o último dos informes apresentados na coluna venha acrescido de tal nome, conforme poderemos verificar em exemplos adiante.

É também nesse formato que surge um tom irônico mais audaz seguido de forte crítica. Assim, observemos que a notícia é iniciada pela citação a provérbio popular cuja autoria o enunciador atribui à cidade de Frei Paulo: “Casa de ferreiro, espeto de pau”. É desse modo que introduz e antecipa a notícia a ser construída em seguida, mas, ao mesmo tempo, tal provérbio assume o papel de legenda crítica à foto de Monica Moura que se expõe junto ao informe.

Os leitores, por seu turno, não são mais sujeitos pressupostos, mas reais e, portanto, são explicitados na notícia como indignados ao ponto de escreverem para a redação do jornal. Observemos que a presença dos leitores é parte da proteção de face do sujeito enunciador, pois a subjetividade é eclipsada através da manifestação do outro, quando o outro não deixa de ser imagem refletida da construção do Eu.

Podemos afirmar, então, que a subjetividade enunciativa se camufla na presença dos leitores que antes assumiam o papel do Tu, agora, também, de não pessoa. Isso ratifica a presença da polífona enunciativa apregoada por Ducrot (1987)

A presença do discurso segundo, por meio da modalização autonímica, configura-se de duas formas no exemplo anterior. Primeiro, como já destacamos, através da presença do dito popular, cuja presença não é esclarecida., pois o enunciador supõe , mais uma vez, que a relação de proximidade estabelecida com o enunciatário é estreita e que , por esse motivo, ele seja capaz de entender a trama configurada a partir do enunciado : “Faltou à mulher de João Santana, também preso na Lava-jato, um bom marqueteiro que lhe aconselhasse a mostrar diante dos fotógrafos, mesmo que de mentirinha, um olhar, **digamos**, mais compungido.”

A segunda manifestação da modalização autonímica é mais uma vez a presença do modalizador “digamos”, em destaque no trecho anterior. Esse elemento evidencia a presença subjetiva do enunciador como marca pertinente à sua personalidade. Além disso, reforça o ambiente irônico já criado a partir da primeira não coincidência do discurso perpetrada, como também instaura-se relação de proximidade irônica com o enunciado adiante: “Com todo respeito.”

Esse enunciado traduz, por sua vez, o reforço ao ambiente de humor áspero, no qual o enunciado tenta apenas manter a face protegida das consequências de seu discurso irônico diante de seu alvo, quando acredita ter passado dos limites em sua zombaria, escárnio ou afins. O que se tem realmente, não é arrependimento do dito, mas estratégia de polidez diante de possível quebra de contrato social.

Quanto ao *ethos* que se constrói é de ao mesmo tempo um ironista cujo alvo está diante de si, mas também do cidadão indignado mediante a audácia do opositor que não se deixa abater mesmo em situação desfavorável. Devemos esclarecer, aliás, que o *ethos* do “ironista” é construído a partir do “cidadão indignado”, já que é a partir desse fato que se desenvolve o outro.

MARÇO 2016

19) Ancelmo Gois, O GLOBO, 02.03.2016

No mais

Com o socialite João Dória Jr., o PSDB de Covas fica mais fashion e também, digamos, mais abobrinha. Com todo respeito.

O pequeno informe que destacamos para ser exemplo de número 19 triangula novamente a perspectiva irônica em sujeito enunciador, sujeito enunciatário e alvo. Nesse

exemplo, o alvo escolhido é um sujeito que para o enunciador transgrediu as regras do contrato social, portanto, digno de crítica.

João Dória Jr. passa a ser alvo da edificação irônica enunciativa. Assim o recurso é construído através da modalização autonímica, que pode ser identificada a partir do elemento retificar “digamos”. Observemos que o emprego da não coincidência entre as palavras e as coisas” é de uso intencional para manter a face protegida mediante o comentário inadequado, ou até mesmo, ofensivo como em: “[...]o PSDB de Covas fica mais *fashion* e também, digamos, mais **abobrinha**.”

A manutenção da face é reforçada por meio do pedido de desculpas embutido o comentário inserido no enunciado “Com todo respeito”. Notemos que a intenção nesse enunciado é de eclipsar a conotação agressiva na expressão “mais abobrinha”.

O emprego desse termo é de uso corrente em meios corriqueiros. Além disso, é utilizado, frequentemente, para desqualificar o conteúdo dos discursos proferidos. Por isso, um discurso abobrinha ou falar abobrinhas pode ser entendido como vazio ou sem fundamento. Da mesma forma, ao qualificar o alvo como “abobrinha” e ao mesmo tempo *fashion*, ou seja, dentro da moda, significa que este é superficial e vazio, preocupa-se apenas com a aparência.

O *ethos* produzido a partir do informe anterior e, conseqüente inserção subjetiva, é de mais uma vez um homem tradicional avesso a mudanças, pois a comparação entre o campo semântico da moda, através da palavra *fashion* e o político, lembrando antigo filiado, Mário Covas, amplia a discrepância que deseja ressaltar o enunciador.

20) Imagem 20 - Informe 13

A palavra é...

Em inglês, *Shellbill*, nome da polêmica conta secreta de João Santana, marqueteiro de Dilma e Lula, pode representar a fusão de duas palavras: concha e conta.

Pode ser intriga da oposição. Mas tem gente achando que o baiano, cujo romance “Aquele sol negro azulado” é ousado, escolheu o nome por causa da pronúncia, que, na terra dele, lembra como os nativos chamam o órgão genital feminino. Será?

O título do informe anterior seguido de reticências sugere antecipadamente suspense, no entanto, esse recurso, fica atrelado à ironia que será configurada à proporção da construção discursiva sugerida para desqualificar o alvo. Notemos que assim como as aspas, conforme, atesta Authier-Revuz (1990), as reticências são elementos subjetivos da linguagem oral transferidos para o discurso escrito.

Sedo assim, no primeiro parágrafo da notícia, o esclarecimento a respeito da palavra inglesa *shellbill* é posto em dúvida pelo enunciador através do modalizador clássico “pode” em “...pode representar a fusão de duas palavras: concha e conta.” Tal significação para o substantivo seria o fato de o alvo escolhido para a crítica, João Santana, ser marqueteiro de campanha dos ex-presidentes Lula e Dilma.

A ironia, entretanto, é construída a partir do segundo parágrafo quando, o enunciador apresenta outra proposta ao significado dado à palavra *Shellbill* que nomeia a conta do alvo. Novamente, o modalizador “poder” é escolhido como tematizador de dúvida em: “Pode ser intriga da oposição. Mas tem gente achando que o baiano [...] é ousado, escolheu por causa da pronúncia [...]”, mas, diferentemente do primeiro parágrafo, a inserção de dúvida é lançada primeiro ao enunciatário, após isso, a afirmação do novo ponto de vista. Dessa forma, provando, ser essa uma estratégia de articulação argumentativa para atuar sobre o Tu destinatário e persuadi-lo diante de um novo olhar, nesse caso, um novo significado.

Devemos atentar, ainda, para a expressão “tem gente achando”. Essa expressão, comum ao ambiente coloquial, indetermina o sujeito e, ao mesmo tempo, mantém a face enunciativa protegida diante do auditório, pois não é o sujeito que pensa ou age de tal forma que está sendo dita, mas alguém que não ele. Ou seja, o enunciador utiliza a estratégia do discurso aludido a um sujeito indeterminado, inserindo, assim, marca heterogênea no discurso que constrói. De mesmo modo, porém, infringe outra *máxima de Grice* ao dizer que algo que não pode provar, isto é, a máxima da qualidade não está sendo cumprida aqui. Assim, não há como provar que aquilo se diz a respeito do real motivo da conta de João Santa.

O uso da “não coincidência interlocutiva”, por seu turno finaliza o informe provando mais uma vez que a ironia pode ser um recurso construído a partir de elementos modalizadores, principalmente, no que tange à modalização autonímica. Ao propor ao Tu destinatário “Será?” O enunciador o convoca a refletir acerca das duas propostas apresentadas, mas também não se compromete efetivamente com nenhuma das duas. Há apenas uma nuance de sua preferência se analisarmos mais atentamente suas observações a partir de outros informes. Se não concordasse com a observação anterior a respeito da sonoridade da palavra inglesa e de seu uso por esse motivo, o enunciador teria proposto outro

enunciado sob perspectiva modalizadora como “É. Pode ser.”, como vimos no exemplo de número5.

O *ethos*, finalmente, criado nesse informe assume uma perspectiva de além de ser um opositor ao governo como já ficou provado até aqui. Além disso, assume uma tentativa de construção de *ethos* neutro que não se compromete com o conteúdo do já dito, por isso alude a outrem usando a indeterminação como escolha argumentativa. Dessa maneira, a máscara social de integridade e pudor se mantém diante do significado atribuído a *shellbill* conforme a sonoridade da vocalidade do regionalismo baiano.

Somado a isso, o enunciador não corre o risco de desvelar seu *ethos* de filho ilustre diante do povo baiano, mas sobretudo de todos os nordestinos com o risco de posicionamento que possa ser caracterizado como preconceituoso por qualquer que seja o motivo. Isso porque o sujeito comunicante é de Frei Paulo, cidade interiorana de Sergipe, região Nordeste do Brasil. Portanto, a pseudoneutralidade é fator fundamental para a manutenção da face diante do auditório.

ABRIL 2016

21) Imagem 21- Informe 14



Fonte: Ancelmo Gois, O GLOBO, 06.04.2016

O exemplo de número 21 consolida a ironia por meio de referência alusiva à controvérsia Lei de Murphy para embasar sua insatisfação com a presença do regime de

governo estabelecido e, também, reforçar o argumento anteriormente exposto de que as eleições foram fraudadas, portanto, nada do que possa ser feito mudará o cenário político.

Destaquemos, primeiramente, o fato de o enunciador anunciar a lei estabelecida pelo capitão americano como “incrível”. Esse adjetivo, apesar de uso frequente para conotações positivas, pode também destacar aquelas que não sejam. Nesse caso, poderíamos considerar essa inserção como a primeira pertinência irônica, pois o enunciador consideraria a lei tangente ao absurdo. Por esse mesmo motivo, compara-a ao processo a ser julgado em mesmo dia.

Acreditamos que o adjetivo não assume, no informe, feição positiva a partir da análise e observância dos exemplos que destacamos mensalmente até aqui. Se considerarmos o fato que mencionamos a respeito das eleições como pertinente, então, o adjetivo proposto é o primeiro introdutor do tom irônico que vem a se configurar no informe.

Assim, a “não coincidência do discurso consigo mesmo” estabelece, além de ironia, a presença de crítica pessimista mediante um futuro próximo, pois, se observarmos aquilo que a lei estabelece “se alguma coisa pode dar errado vai dar”, é possível identificarmos que tal afirmação confere ao discurso a ratificação da ironia, mas também da a este um tom de previsibilidade dos fatos que estão a advir, como sendo desastrosos. Por isso, o recurso à ironia, desacompanhado da perspectiva de humor, causa a desesperança, cujo sabor amargo não é outro, senão o desgosto.

Notemos, também, que o *ethos* contornado a partir da escolha da lei de Murphy, como suporte irônico, é um *ethos* de “cidadão insatisfeito” como já pudemos verificar em outros exemplos expostos anteriormente. *Oethos*, no entanto, aqui disposto se conforma em um indivíduo pessimista diante dos acontecimentos que estão por vir, já que, diante do impeachment, não há novas eleições, mas ascensão do vice à presidência da República.

22) Imagem 22- Informe 15

CACHIMBO DA PAZ

Mestre Zuenir Ventura lembrou, em artigo sobre este “Fla x Flu político”, que, hoje, é difícil alguém, da boca para fora, não defender a democracia. Isto me lembra, em tempos de intolerância, uma frase de paracheque de caminhão que tem na minha terra: “Todo mundo quer fumar o cachimbo da paz. Mas ninguém traga”.

No exemplo anterior, é possível observarmos a “não coincidência do discurso consigo mesmo” em diversos níveis. O título, por exemplo, antecipa a presença interdiscursiva no informe através de alusão aos costumes adotados por algumas tribos indígenas. Essas tribos, para estabelecerem o comprometimento dos membros da comunidade ou em rituais religiosos, compartilham o fumo de um mesmo cachimbo. Assim, a presença do título “Cachimbo da Paz” explora a representação desse costume como metáfora para a crítica que se seguirá na notícia.

Ao mesmo tempo, o cronista Zuenir Ventura é chamado à luz de exemplificação a respeito de seu artigo em mesmo jornal. O enunciador, no entanto, classifica a temática abordada pelo cronista como um “Fla xFlu”. Observemos que essa expressão, comum ao ambiente esportivo carioca, é também uma alusão, ou seja, não deixa de ser uma referência à antiga disputa entre os dois times de futebol carioca que, apesar de origem comum, possuem torcidas rivais e sempre são sinônimo de grande disputa. Aqui, portanto, já há iniciação irônica sendo construída no discurso, pois é partir desse artigo publicado que se dá a ativação da memória em relação ao que será proferido em seguida. Destaquemos também que, mais uma vez, o enunciador, deixa a subjetividade aparente mediante a alusão à terra natal, sendo esse um dos motivos de sua citação.

O humor inserido ao pensamento que se segue se dá em virtude da origem do aforismo, pois a seriedade com a qual vem se tratando o assunto se perde à medida que o enunciador sinaliza que o pensamento vem estampado em paracheque de caminhão: “uma frase de paracheque de caminhão que tem na minha terra...” Rompendo com a rigidez temática da conversa que, apesar de se iniciar em cachimbo da paz, trata-se da defesa da democracia.

Por sim, ao descrever que “ Todo mundo quer fumar o cachimbo da paz. Mas ninguém traga.” O enunciador concorda com a proposta de Ventura e, portanto, esclarece quem seja seu alvo de ironia: “ todo mundo” O enunciador assim como o cronista critica o alvo, isto é, o povo por sua omissão e não comprometimento diante dos fatos políticos, pois compara a “não tragada ao cachimbo da paz” a o da boca pra fora” de Zuenir.

O efeito do discurso, no informe anterior, produz um *ethos* do ironista crítico à sociedade na qual se insere, principalmente, porque ele é apegado às crenças e costumes tradicionais. Por isso, a imagem que propõe do crítico se mantém, mas também de um homem que possui atitudes diante dos fatos difíceis, por isso a alusão à terra natal. Pois, diferentemente, do alvo objeto de crítica, assume posicionamentos ainda que sob temáticas como a debatida.

23) Imagem 23- Informe 16



Fonte: Anselmo Gois, O GLOBO, 05.05.2016

No informe proposto, a presença do *emoji*, imagem comum ao meio virtual, antecipa o conteúdo a ser apresentado. Essa ilustração provoca curiosidade no leitor, obrigando-o a leitura do informe. Assim, a notícia acrescida tem o propósito de complementar o sentido sugerido pela imagem.

O provérbio português “a merda é a mesma, as moscas é que mudam.” Reforçada através da imagem, sugere maior humor ao informe. Dessa maneira, conferindo à crítica uma ironia tecida à mesma medida das anedotas e piadas para desqualificar atitude tomada pelo alvo, ou seja, a escolha de ministros encrascados com a Lava-Jato.

Salientemos, também, que a introdução à modalização autonímica por meio da “não coincidência do discurso” estabelece efeito comparativo entre a decisão do presidente empossado Temer e sua escolha ministerial com o provérbio. O termo “merda” está para o ambiente, assim como “moscas” estão para pessoas encrascadas. Tal comparação escarnece do alvo como sendo este incapaz de nomear seus assessores. Ao mesmo tempo, empobrece o ambiente qualificando como sujo, imundo, ou seja, excreto cujos seres frequentadores não podem ser outros senão insetos.

Da mesma forma que nos informes anteriores, demonstrando ser esta uma marca de subjetividade, o enunciador recorre ao auxílio do enunciado “Com todo respeito” para atenuar a conotação do conteúdo aludido no provérbio português. Isso porque o enunciador por meio dele rompe com contrato social no qual está inserido, ainda que haja a triangulação proposta por meio da ironia e a enunciação tenha por objetivo atingi-lo. Há, também, a possibilidade

de o alvo não estar de acordo com as regras estabelecidas de extrema informalidade e proximidade estabelecida entre o enunciador e ele. Além disso, devemos recordar que uma das máximas de Grice foram rompidas aqui, a *máxima do modo*, por isso a necessidade de recompor a face mediante o enunciado.

Quanto ao *ethos*, que se constrói ao longo do discurso inserido no informe, não se afasta daquele já proposto anteriormente, um *ethos* de opositor ao governo. A diferença, no entanto, ocorre em virtude da modificação de governo, pois apesar de ser vice-presidente do governo de Dilma, Michel Temer pertence a outro partido e tem outras perspectivas políticas. Além disso, é possível percebermos leve abrandamento diante das constantes críticas feitas à presidente anterior, visto que não encontramos informes que se propusessem ao objetivar como alvo o atual presidente como o fizera em relação à Dilma.

24) Imagem 24 - Informe 17

REPRODUÇÃO

Ponto Final

O mundo não conhece o Brasil. Veja na foto a atriz Maya Rudolph imitando Dilma no humorístico "Saturday Night Live", da americana NBC, semana passada, com um charuto numa mão e um drinque tropical na outra. Se fosse sobre o Temer teria ainda um sombrero, certo, *muchacho*? Ou seja, para os americanos, o Brasil continua sendo do Caribe.



e-mail: coluna.ancelmo@oglobo.com.br
Fotos: fotoancelmo@oglobo.com.br

Fonte: Anselmo Gois, O GLOBO, 24.05.2016

A ironia construída no informe, que se apresenta no exemplo acima, segue o propósito de criticar o alvo em virtude da indignação do enunciador diante de sua postura. Vejamos que há mais de uma possibilidade de se interpretar a foto em que Dilma é satirizada pelo humorístico estadunidense, "Saturday Nigtht Live". O enunciador observou que "para os americanos o Brasil é o Caribe" a partir dos símbolos que associados aquele país. São esses símbolos que desencadeiam a construção irônica em resposta à sátira humorística, pois é a

partir disso que há inserção no enunciado da seguinte proposição: “Se fosse sobre Temer teria ainda um sombrero, certo, *muchacho*?”

Tal proposição se desdobra na “não coincidência interlocutiva,”, proposta por Authier-Revuz, principalmente, à medida que o vocábulo “*muchacho*” é intencionalmente inserido como forma crítica ao pensamento vigente, pois tal elemento pertencente à língua espanhola e não à portuguesa confere maior crítica à interlocução. Esta que, por sua vez, é dirigida ao alvo e não ao sujeito enunciatário, ou seja, o leitor.

O esclarecimento ao pensamento proposto, por sua vez, também assume conotação irônica, após a inserção da modalização partícipe da ‘não coincidência entre as palavras e as coisas’, o termo “ou seja”, em: “Ou seja, para os americanos, o Brasil continua sendo do Caribe.” Essa escolha assume ligação junto à ironia anterior, mas também ao enunciado que introduz transformando o ambiente discursivo em uma só crítica: O Brasil não é o Caribe.

O *ethos* construído ao logo do informe é de um brasileiro indignado com sua brasilidade não ser identificada como única, mas confundida como um latino (que somos), por isso tamanha ofensa. Observemos que mesmo o enunciador tem dificuldade de definir a identidade cultural e geográfica do brasileiro, então por que outros não o teriam?

O alvo, assim como seu povo é intitulado como “americanos”, quando brasileiros e caribenhos também o são. Por isso, a crise indentitária a qual mencionamos, pois, o enunciador deseja ser reconhecido como brasileiro, por intermédio de seus compatriotas, mas deseja distanciar-se de seus vizinhos, também americanos e, ao mesmo tempo latinos. Eis um paradoxo existente dentro da construção do *ethos* patriótico.

JUNHO 2016

25) Imagem 25 - Informe 18

Perguntar não ofende

Por que será que Washington Reis, deputado fluminense e membro do Conselho de Ética da Câmara, deve tanta subserviência a Eduardo Cunha?

O informe disposto no exemplo anterior se revela como uma proposição ao enunciatário já no seu início. A partir do título proposto: “Perguntar não ofende” se desenvolve inferência por parte do destinatário a respeito do conteúdo a ser proposto que, obviamente, uma pergunta, já que a o verbo “perguntar” lança essa proposta.

A pergunta a que se refere o título se desdobra em um único enunciado: “Por que será que Washington Reis, deputado fluminense e membro do conselho de Ética da Câmara, deve tanta subserviência a Eduardo Cunha?” Observemos que o questionamento é introduzido com a fórmula comum à língua falada: “Por que será”. Essa fórmula pode ser considerada um marcador discursivo irônico, pois seu uso comum em língua falada tem a função de conferir ao enunciado tom necessário à fala irônica, principalmente, quando se deseja chamar a atenção do interlocutor para aquilo que se deseja em determinado ponto de vista.

Devemos destacar, ainda, que o questionamento provocado não é com intuito de receber resposta a esse respeito, mas suscitar reflexão e questionamento no Tu destinatário. O recurso, no entanto, à modalização autonímica, por meio do qual se insere “a não coincidência interlocutiva”, carrega em seu cerne a pressuposição da pergunta “Entendeu?” “Você me compreende?”

Outro destaque a ser dado dentro do enunciado proposto para tal construção são as escolhas linguísticas, dentre as quais os substantivos “subserviência” e “Membro do conselho de ética” reforçam a ideia de oposição em relação à postura do deputado, alvo do enunciado irônico. Ao mesmo tempo, são opostas entre si, pois, ao analisarmos a partir da lógica pragmática, é possível observar a oposição. Se pensarmos que Eduardo Cunha é réu em diversos processos que deveriam ser monitorados pelo Conselho de Ética da Câmara do Deputados do qual o referido deputado, Washington Reis, é membro; logo o deputado não deveria “subserviência” a um réu. Isso além de configurar o chamado conflito de interesse, semanticamente, podemos categorizá-lo como paradoxal.

Chegamos à conclusão, portanto, de que a articulação que tece a modalização autonímica se baseia no conteúdo paradoxal para construir a ironia como forma de orientar o enunciatário a este ponto de vista e, dessa forma, persuadi-lo a concordar com sua perspectiva. Assim, o alvo, Washington Reis, participa como elemento fundamental de enunciação irônica em detrimento de Eduardo Cunha.

O *ethos* proposto, portanto, é, como sempre, de um jornalista atento aos fatos políticos e, por isso, os ironiza, como os antigos o faziam, o que se configura de forma eficaz, pois o enunciatário o constrói baseado na “não coincidência do discurso consigo mesmo”

Por fim, chegado ao último exemplo, pudemos observar algumas constâncias aspectuais em relação a esse período em que a coluna foi analisada. Por esse motivo, acreditamos ser necessário apresentarmos alguns aspectos antes de concluirmos nosso trabalho em definitivo.

Na próxima seção, portanto, apresentaremos alguns resultados de observação tanto dos exemplos quanto do corpus como um todo para que dessa forma possamos esclarecer quaisquer pontos ainda obscuros. Procederemos de forma mais sucinta, pois nosso intuito é ilustrar e evidenciar o que nessa seção já foi exposto.

5.1 Um pouco mais de análise:

- **Termos encontrados**

Após a análise que propusemos na seção anterior pudemos observar que alguns termos ou expressões são comuns ao componente subjetivo e também são insígnias desse enunciador. A expressão “Com todo respeito” aparece 4 vezes, opondo-se a outra “É poder ser”; “Faz sentido”; “Maldade”; “Pena!”. Dessas expressões há uma não concordância entre o conteúdo exposto e o aquilo que o sujeito pensa, entre maior ou menor grau, usando as expressões como forma de presença subjetiva.

- **“Ponto final”**

O conteúdo irônico verificado nos exemplos dispostos conferem o grau de parcialidade irônica a que nos referimos quando propusemos nossa análise no capítulo anterior. Assim, na Coluna, verificamos que o informe intitulado “Ponto Final” frequentemente assume contornos irônicos, segundo foi possível verificarmos. Diante disso, dos 25 exemplos que destacamos apresentaram 6 informes sob este título, empatando tecnicamente com outro de titulação “No mais”, que apresentou 5 informes sob tal titulação. Além disso, não podemos dispensar o fato de um dos informes ter apresentado exatamente os dois títulos.

Devemos ressaltar também que, durante nossa pesquisa, em grande maioria os conteúdos discursivos dos informes propostos por ambos os títulos apresentam características irônicas, diferenciando-se apenas na extensão textual, por vezes.

- **As temáticas irônicas**

Foi possível verificar que as temáticas, cujos alvos seriam expostos à perspectiva irônica, em sua grande parte, participavam de temática política. Os exemplos que não estavam sob essa ótica são apenas de 3 em relação aos demais. Desse modo, podemos reafirmar, portanto, aquilo a que já aludimos anteriormente, a coluna Ancelmo Gois, por vezes, assemelha-se bastante ao jornalismo proposto por Zózimo Barroso do Amaral, tanto em proposta temática ao ironizar o cenário político quanto ao estilo descompromissado e irreverente.

- **Não coincidência entre as palavras e elas mesmas**

Conforme já foi possível observar, não encontramos a 4ª perspectiva proposta por Authier-Revuz nesse ano de pesquisa: “Não coincidência entre as palavras e elas mesmas” não apenas nos exemplos que dispusemos, como também em todo o corpus analisado minuciosamente. Acreditamos que deva ao fato de a perspectiva irônica estar atrelada à temática política.

Nas outras três perspectivas, encontramos, em grande maioria, as alusões e citações as quais classificamos como parte da perspectiva 3: “não coincidência do discurso consigo mesmo”. Do total de exemplos, esta classificação apresentou 21 inserções. As outras classificações apresentaram, respectivamente, 7 inserções, a “não coincidência interlocutiva”, e 6 inserções, a “não coincidência entre a palavra e as coisas”

Dessa maneira, a Não coincidência entre o discurso consigo mesmo provou ser evidência relevante de característica subjetiva, como também fundamental à construção do discurso irônico e, principalmente, ser prova da heterogeneidade no discurso jornalístico.

- **Alusões e aforismos**

Gostaríamos de chamar atenção para o fato de não encontramos no *corpus* de um ano de coluna analisado nenhuma citação interdiscursiva em que pensadores, filósofos, articulistas

ou quaisquer que fossem as inspirações intelectuais atribuídas ao gênero masculino, ou seja, articulistas homens.

O componente feminino possui papel temático característico: musa da coluna. Por esse motivo também, apenas uma única mulher além de Dilma Rousseff, ex-presidente, foi alvo de crítica durante os informes, Mônica Moura. Ambas são alvo de conteúdo irônico por estarem no centro de temática política, por isso, a abordagem diferenciada. Isso prova que, os papéis sociais, para o enunciador, são estabelecidos de forma tradicional ou seja, segundo a sociedade tradicional estabelece.

Com efeito, podemos ratificar nosso pensamento a respeito do leitor projetado como leitor para a coluna como um leitor masculino e heterossexual adulto, de classe média, conforme já o fizemos anteriormente. Os elementos dispostos anteriores provam nossa teoria e a solidificam.

Ao chegarmos ao final deste capítulo, portanto, foi possível verificarmos que algumas características são pertinentes não somente ao gênero que propusemos como objeto de análise, como também ao sujeito que, a partir deste gênero, sobressai.

Devemos ressaltar que além de o *ethos* que aqui identificado como base principal, o ironista, esse se desdobra em outros que convenientemente se adequam ao discurso para construir um olhar persuasivo. Assim, o **opositor ao governo Dilma e aos seus aliados; o homem tradicional; homem culto o machista; o cidadão cumpridor das leis; cidadão indignado; jornalista atento e bem informado**, fonte segura de notícias; como também o **indivíduo desesperançoso**, são imagens construídas que se supõem serem adequadas ao público leitor.

Acreditamos que essas imagens são sólidas e eficazes por dois motivos: em primeiro plano porque há muito o espaço destinado à “Coluna Ancelmo Gois” se mantém em mesmo jornal, além disso tem ampliado suas fontes de alcance midiático como redes sociais e a internet com o “blog do ancelmogois”. Dedicamo-nos, no entanto, aos textos publicados em jornal impresso.

O segundo motivo que permeia nosso pensamento se deve ao fato de que o público ao qual se destina é imagem e semelhança ao *ethos* criado pelo sujeito enunciador; visto que o sujeito adequa seu discurso ao público, mas também, em se tratando de discurso jornalístico, o sujeito comunicante conhece a quem se dedica previamente sua palavra, por isso a construção da máscara enunciativa.

É necessário ressaltarmos, ainda, que *ethos* é elemento de composição retórica e, por isso, fundamental na elaboração persuasiva. Por esse motivo, a criação adequada de uma

imagem do orador, ainda que não seja favorável, no discurso jornalístico é passível de modificação e formação de opinião do sujeito destinatário. Em outras palavras, a imagem do sujeito comunicante será formada a partir daquilo que o sujeito comunicante enuncia convenientemente. É dessa maneira que a consolidação do *ethos* ou dos *ethératifica* ou cria um juízo de valor a respeito das notícias como vimos até aqui.

Por fim, é correto afirmarmos que neste capítulo foi possível demonstrar como a sutileza introjetada no discurso pode tecer graus interpretativos e orientar um ponto de vista, principalmente se este ponto de vista tiver por objetivo uma orientação política, já que ideológica todo ponto de vista o é.

CONCLUSÃO

Chegamos ao final deste trabalho e cremos ter alcançado nossos objetivos propostos desde o início, pois, à medida que debatemos passo a passo cada uma das teorias, pudemos consolidar nossas propostas. Além disso, paulatinamente, foi possível identificar novos *ethé* para o discurso de Ancelmo Gois que não apenas os propostos no terceiro capítulo.

Assim, iniciamos nossas discussões, no primeiro capítulo, com o objetivo de construir desde o fenômeno da enunciação já que não há como debatermos a linguagem sem percorremos as perspectivas enunciativas propostas pelos antecessores ao que se chama hoje Análise do Discurso. Decidimos proceder dessa forma para de maneira indutiva construirmos uma orientação metodológica para os conceitos propostos.

Somamos a essas postulações o debate a respeito de discurso *versus* texto; modos de organização e gênero discursivo, para que, assim, construíssemos uma proposta que pudesse contemplar a classificação do gênero *coluna* como um gênero textual. Desse modo, contrariamos as perspectivas dispostas, até mesmo, no meio jornalístico ao afirmarmos que *coluna* é a denominação de um gênero e não, apenas, um espaço tipográfico no qual se é desenvolvido a qualquer outra dinâmica textual.

Para que isso se concretizasse, no entanto, o entendimento a respeito da organização do discurso e as dinâmicas sobre a organização de gênero foram fundamentais a fim de que pudéssemos alicerçar nosso pensamento. Além disso, os elementos textuais e extratextuais como as temáticas variadas, a simplicidade vocabular e, principalmente, a inserção subjetiva por meio da opinião do jornalista, nos textos que escreve, auxiliaram nossa comprovação do nosso pensamento corroborado pelas palavras de Pery Cota.

Nossa proposta a diante, no segundo capítulo, foi demonstrar como uma categoria retórica clássica, datada de V.ac, influencia, até os dias atuais, a concepção de pessoas do discurso e os efeitos produzidos por um orador. Nessa perspectiva, apresentamos o conceito de *ethos* sob diversas concepções, acrescentamos as representações teatrais de Goffman por acreditarmos em viés lógico teórico e na sua influência a outros autores. Além disso, dispusemos as classificações propostas por Maingueneau para verificar a pertinência de nossa abordagem.

O conceito de *ethos* pré-discursivo, semelhante ao de *ethos* prévio de Amossy, proposto por Maingueneau, também nos foi basilar, principalmente, para identificarmos os efeitos de interdiscursividades propostos como recursos irônicos no capítulo 4, pois, muitas

vezes, foi- nos necessário saber mais a respeito do sujeito social para entendermos as nuances subjetivas deixadas no discurso. No entanto, não nos detivemos apenas a essas abordagens *ethóticas* clássicas, principalmente, por considerarmos a linguagem e disposição dinâmica de troca e interação persuasiva do discurso. Por isso, propusemos novos olhares no último capítulo para classificação de *ethos*.

Quanto ao terceiro capítulo, propusemo-nos partir dele discutir as limitações e confluências que abordam o conceito de modalidade para que, a partir disso, pudéssemos abordar a perspectiva de modalização autonímica e o conceito de ironia visto sob esse ângulo. Dessa maneira, delimitar o distanciamento a respeito de modalidade e modalização foi fundamental para podermos entender ambos como processos integrados, mas, ao mesmo tempo, singulares. Por esse motivo, foi necessário que nos detivéssemos em diversas perspectivas, principalmente linguísticas, já que as perspectivas enunciativas são, por vezes, bastante obscuras quanto aos limites dos termos.

Assim, a modalização autonímica proposta por Athier-Revuz nos revelou extremamente eficaz para construção irônica no discurso de Gois, revelando ser esse um recurso para vários tipos de *ethos* que se mantiveram constantes, provando ser essa uma característica subjetiva.

Diversos *ethé* além dos propostos no capítulo 2 foram encontrados como uma construção da máscara social de Gois. Muitos deles se mantiveram ao ponto de confirmarem ser esta uma característica subjetiva e não construída somente para persuasão. Por vezes, o duplo sujeito se confundiu por tamanha presença subjetiva. Assim, o *ethos* mais encontrado nos exemplos analisados neste trabalho, como pudemos ver, foi o *ethos* de opositor ao governo Dilma, fato que justifica a presença irônica na construção discursiva por meio da modalização autonímica.

Observamos também que a presença da modalização classificada como a “não coincidência do discurso consigo mesmo” é fator preponderante na Coluna, provando ser mais uma marca do sujeito no discurso, pois, ainda que o interdiscurso e a heterogeneidade sejam cruciais a qualquer discurso, no caso em apreço esse recurso se destaca como uma característica elementar para o tom irônico dado ao discurso, principalmente, cuja temática fosse política e, também, como forma de proteção de face.

A análise que dispomos mensalmente se destinou a evidenciar os elementos que desejávamos deixar em destaque, não apenas a modalização autonímica proposta, mas toda a construção discursiva para finalizar na confecção do *ethos* a partir do informe exemplificado. Desse modo, acreditamos que ficou evidente que cada elemento linguístico proposto se

organiza de modo intencional visando a um objetivo específico: persuadir o leitor a respeito de um determinado ponto de vista.

O *ethos*, portanto, não é apenas um elemento de apresentação retórico-discursiva, como também, indicador dos graus de aproximação e distanciamento entre os sujeitos da interação languageira. Assim, ao mesmo tempo, que oculta a verdadeira face do indivíduo, permite que a subjetividade enunciativa se revele por meio de pistas linguísticas deixadas por esse enunciador.

Finalmente, esperamos que este trabalho venha a colaborar com os debates acerca da perspectiva *ethótica* para além da perspectiva clássica de classificação, mas suscitar novas abordagens a esse respeito. Além disso, esperamos, ainda, que outros trabalhos, a partir do nosso olhar, possam dar continuidade ao debate aqui proposto, questionando e aprimorando os estudos linguísticos e enunciativos.

REFERÊNCIAS

- ACERVO O Globo. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 28 mar. 2015
- ADAM, Jean Michel. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALMEIDA, Maria Elisete. Valores Modais do imparfait de l'indicatif e do Conditionnel passé (deuxième form) na tradução portuguesa de três obras d' Albert Camus. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DE LINGUÍSTICA DO DISCURSO, 3., 2006, Braga. *Actas...Processos discursivos e modalização*. Braga: Universidade do Minho, 2006. p. 57-69.
- AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2011.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Manuel Alexandre Junior. Coord Antônio Pedro Mesquita. 2. ed. rev. Lisboa:Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades enunciativas. Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos Estudos Linguísticos*, Campinas, 1990.
- BAKHTIN, Michail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BALLY, Charles (1932). *Linguistique générale et linguistique française*. 4. ed. Berne: Francke, 1965.
- BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean et al. *Pesquisas de retórica*. Trad. Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-232.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Cia ed. Nacional, 1976. v. 1.
- _____. *Problemas de Linguística geral*. São Paulo: Cia ed. Nacional, 1974. v. 2.
- BISBAL, Montserrat Ribas. Modalización y representaciones sociales (la representación del Día Internacional de as Mujeres em los telediarios españoles). In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DE LINGUÍSTICA DO DISCURSO, 3., 2006, Braga. *Actas...Processos discursivos e modalização*. Braga: Universidade do Minho, 2006.
- BRAITH, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. *O discurso das mídias*. Tradução: Ângela M. S. Correia. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.

DASCAL, Marcelo. O Ethos na argumentação: uma abordagem prama-retórica. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 57-68.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 29-56.

FIORIN, José Luiz. Da necessidade de distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Org.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

FUSER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico funcional em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Do original em inglês: *The presentation of self in every day life*. 1975.

GOIS, Ancelmo. *Perfil Facebook*. Disponível em: <<http://www.facebook.com/AncelmoGoisOGlobo/about/>>. Acesso em: 23 out. 2016.

HALLIDAY, M. A. K; MATHIESSEN C. M. I. M. *An introduction to function grammar*. 3. ed. London: Routledge, 2004.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La enunciancion: de la subjetividad en la lenguaje*. 3. ed. Buenos Aires: EDICIAL, 1997.

KOCH, Ingedore G Villaça Koch. *O texto e a construção do sentido*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *A interação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Argumentação e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1987.

LESKY, Albin. *História da literatura grega*. Trad. Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução: Maria Cecília P. de Souza -e- Silva, Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo Cortez, 2013.

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. Org. Maria Cecília P. de Souza e- Silva & Sírio Possenti; tradução: Adail Sobral et. al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. A propósito do ethos. In: MOTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo e pré-discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio et al. *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MARQUES, Maria Aldina. Modalização/ modalidade: (in) definições da área. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DE LINGUÍSTICA DO DISCURSO, 3., 2006, Braga. *Actas...Processos discursivos e modalização*. Braga: Universidade do Minho, 2006.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. *Texto e discurso: mídia literatura e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-Tyteca. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

PINTO, Fabiana dos Anjos. *Do humor da crônica a crônica do humor*. 2013. 306 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SCHLEE, Magda Bahia. Breve abordagem da categoria discursiva modalidade. *ABRAFIL*, Rio de Janeiro, ano 9, n.9, p. 157-169, 2011.

SOUZA, Rogério Martins de. *Dos canapés à política: a reinvenção permanente do colunismo como gênero jornalístico*. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.